



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA – PIMES**

Adriana Sandrely Soares da Silva Pereira Costa

**O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NO
CRESCIMENTO E SUSTENTABILIDADE (CICLO DE VIDA)
DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS:**

Estudo realizado no município de Vitória de Santo Antão - PE

Dissertação de Mestrado

Recife

2011

Adriana Sandrely Soares da Silva Pereira Costa

O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NO
CRESCIMENTO E SUSTENTABILIDADE (CICLO DE VIDA)
DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS:

Estudo realizado no município de Vitória de Santo Antão - PE

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Economia - PIMES -
Universidade Federal de Pernambuco
como pré-requisito para obtenção do título
de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Álvaro Barrantes Hidalgo, Dr.
Coorientador: Charles Ulises De Montreuil Carmona, Dr.

Recife
2011

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Rejane Ferreira dos Santos, CRB4-839

C837p	<p>Costa, Adriana Sandrely Soares da Silva Pereira</p> <p>O papel das instituições financeiras no crescimento e sustentabilidade (ciclo de vida) das micro e pequenas empresas: estudo realizado no município de Vitória de Santo Antão – PE. - Recife : O Autor, 2011. 130 folhas : il. 30 cm.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Álvaro Barrantes Hidalgo. Coorientador: Prof. Dr. Charles Ulises de Montreuil Carmona.</p> <p>Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Economia, 2011. Inclui bibliografia e apêndice.</p> <p>1. Micro e pequena empresa. 2. Ciclo de vida. 3. Instituições financeiras. I. Hidalgo, Álvaro Barrantes (Orientador). II. Carmona, Charles Ulises de Montreuil (Coorientador). III. Título.</p> <p>330 CDD (22.ed.)</p>	UFPE (CSA 2012 -089)
-------	--	----------------------

Adriana Sandrely Soares da Silva Pereira Costa

O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NO CRESCIMENTO E
SUSTENTABILIDADE (CICLO DE VIDA) DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS:

Estudo realizado no município de Vitória de Santo Antão-PE

Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal de Pernambuco, como pré requisito para a obtenção do título de mestre em Economia, área de Investimentos & Empresas, sob a orientação do Prof. Dr. Álvaro Barrantes Hidalgo e a co-orientação do Prof. Dr. Charles Ulises de Montreuil Carmona

Banca Examinadora

Orientador: Prof. Dr. Álvaro Barrantes Hidalgo
Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA - UFPE

Coorientador: Prof. Dr. Charles Ulises De Montreuil Carmona
Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA - UFPE

Prof. Dr. José Lamartine Távora Junior
Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA - UFPE

Recife
2011

A minha **FAMÍLIA**, pelo apoio moral e incondicional, em especial:

A minha mãe Marina, minha essência, meu espírito.

A minhas irmãs Andry, Francisca e Michele meus braços direito, esquerdo e meus olhos, respectivamente, minha razão, minha emoção e meu discernimento.

Ao meu filho, João Afonso. **Nele me eternizo.**

AGRADECIMENTOS

Dadas as circunstâncias nas quais esta dissertação foi elaborada, as quais por questões morais e éticas, aqui não posso aqui explicar, pude ratificar o pensamento que já possuo em relação aos conceitos de fé (Deus), de família e dos verdadeiros amigos e ter a certeza de que nossa vida é sustentada nestes três pilares. Daí, os meus sinceros e fervorosos agradecimentos a estes três elementos que me deram força e apoio para dar continuidade a este sonho de há muito tempo almejado.

Como bem dizia Weber, “o trabalho dignifica o homem”, não posso deixar de agradecer a instituição que me possibilitou ingressar com muito orgulho ao Mestrado Profissional em Economia da UFPE, conferindo-me mais este atributo de dignidade. Ao Banco do Nordeste do Brasil S/A, na pessoa do Giovanni Ferro Moreira, gerente da Agência de Vitória de Santo Antão, meus dignos agradecimentos.

Ao professor Charles Carmona pela orientação, apoio e incentivo.

À coordenação do PIMES/UFPE pela orientação, acompanhamento e apoio às nossas atividades: em especial ao professor Lamartine, à Patrícia e à Denise.

Aos meus colegas de trabalho pela confiança e amizade em meu dia-a-dia, tão consumido e atribulado em tarefas, mas que, graças a vocês, torna-se agradável e tranqüilo: Reniane(Nieta), Tamires, Danyel, Gabi (Heitor), Marciano, Mônica, Andréa, Débora, Claudemir, Natália, Rafael, Fernanda, Paulo, Ronald, Sebastião, Ricardo, Renato, Lila, Beth, Rivaldo, Inês, Nadna, Alexandre, Marcelo, Jéssica e a todos os demais colegas que fazem parte dessa agência maravilhosa.

Aos meus colegas do mestrado, pela companhia aprazível e pelos momentos divertidos que passamos juntos.

A banca examinadora, cujos questionamentos, críticas e observações enriqueceram ainda mais o conhecimento aqui exposto e, que, certamente, será propagado em pesquisas futuras.

A todos aqui não citados, contudo, estão em minha memória e que contribuíram direta e indiretamente, em pensamentos e em orações.

Seja em você a mudança que quer para o mundo.

Gandhi

RESUMO

Vários são os fatores que favorecem a longevidade das empresas, dentre eles ganha destaque a forte participação do empreendedor (fundador), cujo comprometimento, capacidade de assumir riscos e de tomar decisões acertadas têm impacto direto no bom andamento do negócio. Não menos importante, entretanto, influenciando diretamente o nível de atividade destes empreendimentos, o crédito também vem se configurando ao longo dos anos como ferramenta incentivada pelo Governo Federal para lhes oferecer melhores condições de sobrevivência. E, como meio de direcionamento dos recursos financeiros para estas empresas o governo se utiliza das instituições financeiras preferencialmente os bancos públicos e de desenvolvimento. Em um estudo *survey* junto ao município de Vitória de Santo Antão buscamos estudar a relação existente entre as instituições financeiras e o ciclo de vida das MPEs localizadas no referido município como meio de sugerir ferramentas de mitigar o problema das altas taxas de mortalidade e promover o desenvolvimento sustentável de tais organizações. Para tal, adaptamos questionário utilizado pelos autores Lester, Parnell e Carraher (2008), através do qual medimos o grau de concordância acerca de 20 afirmações cujas respostas são formatadas na escala Likert, de 1 a 5 pontos e por meio dele identificamos o estágio no qual se encontram as empresas entrevistadas. Ainda no mesmo questionário são colocadas questões acerca do perfil da empresa e seu relacionamento com instituições financeiras. Segundo informações fornecidas pelos entrevistados os bancos têm participação no ciclo de vida das MPEs, contudo o papel do administrador do negócio se sobrepõe aos demais fatores de impacto. O sistema financeiro e mercado de crédito têm de se ajustar à realidade das micro e pequenas empresas, considerando a assimetria de informações e as dificuldades de acesso ao crédito.

Palavras chave: Micro e pequena empresa, ciclo de vida, instituições financeiras.

ABSTRACT

There are several factors that promote the longevity of companies: One of the most important is the strong participation of the entrepreneur (founder), whose commitment, ability to take risks and make qualified decisions have an immediate impact on the smooth running of the business. No less important, however, with direct influence on the activity level of these businesses, credit, over the years, has also become a tool subsidized by the Federal Government in order to offer them better conditions to survive. And, as a means of transferring resources to these companies, the governmental financial institutions preferably use public and development banks. In a survey made by the municipality of Vitória de Santo Antão we study the relationship between financial institutions and the life cycle of MSEs located in the municipality as a means of suggesting tools to mitigate the problem of high mortality rates and to promote sustainable development of such organizations. To reach this goal, we adapted the questionnaire used by the authors Lester, Parnell and Carraher (2008), by which we measure the degree of agreement on 20 statements the answers to which are formatted according to the Likert scale from 1 to 5 points. By these means we aim to identify the stage of all the companies that have been interviewed. In the same questionnaire we ask questions about the company profile and the company's relationship with financial institutions. According to the information gathered from the interviewees banks participate in the life cycle of MSEs, however, the business manager's role overlaps with the other impact factors. The financial system and the credit market have to adjust to the reality of micro and small enterprises, given the asymmetry of information and poor access to credit.

Keywords: Micro and small business, organizational life cycle, financial institutions.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	20
1.1 APRESENTAÇÃO	20
1.2 JUSTIFICATIVA	22
1.2.1 <i>MPEs – Impactos Sócio-econômicos</i>	24
1.2.2 <i>Principais causas de Sucesso e Fracasso das MPEs</i>	28
1.3 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	32
1.4 OBJETIVOS	34
1.4.1 <i>Objetivo Geral</i>	34
1.4.2 <i>Objetivos Específicos</i>	34
1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	34
2. CONTEXTUALIZAÇÃO	37
1.6 CENÁRIO ECONÔMICO MUNDIAL	37
1.7 CENÁRIO ECONÔMICO BRASILEIRO	40
1.8 CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DO PORTE DAS EMPRESAS	48
3. REFERENCIAL TEÓRICO	52
3.1 O ACESSO AO CRÉDITO	52
3.1.1 <i>Intermediação Financeira</i>	52
3.1.2 <i>Instituições Bancárias</i>	55
i. <i>Bancos Múltiplos</i>	56
ii. <i>Banco Comercial</i>	56
iii. <i>Bancos de Desenvolvimento (BD)</i>	57
iv. <i>Caixa Econômica Federal (CEF)</i>	57
v. <i>Banco do Brasil (BB)</i>	58
vi. <i>BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)</i>	58
vii. <i>BNDES x MPEs</i>	59
viii. <i>Banco do Nordeste do Brasil (BNB)</i>	60
3.1.3 <i>Condições de Acesso ao Crédito para as MPEs</i>	61
3.2 CICLO DE VIDA DAS ORGANIZAÇÕES (CVO)	66
3.2.1 <i>Ciclos de Vida segundo Boulding – Sobrevivência da Adequação</i>	66
3.2.2 <i>Ciclos de Vida segundo Adizes – Estágios de Crescimento</i>	68
3.2.3 <i>Ciclos de Vida segundo Greiner – Evolução e Revolução</i>	74
3.2.4 <i>Ciclos de Vida segundo Lester, Parnell e Carraher</i>	79
3.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	81
3.3.1 <i>Natureza da Estrutura Organizacional</i>	81
3.3.2 <i>Macroestruturas</i>	83
4. METODOLOGIA	88
4.1 TIPO DE PESQUISA	88
4.2 HIPÓTESES	89
4.3 AMOSTRA	89
4.4 LIMITAÇÕES	91
4.5 COLETA DE DADOS PRIMÁRIOS ⇒ INSTRUMENTO DE PESQUISA	92

4.6	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	94
4.6.1	<i>Perfil do Município</i>	<i>94</i>
4.6.2	<i>Perfil das MPEs em Vitória de Santo Antão (VSA).....</i>	<i>94</i>
4.6.3	<i>Definição do Ciclo de Vida das MPEs de VSA.....</i>	<i>98</i>
5.	ANÁLISE DOS RESULTADOS	106
5.1	CICLO DE VIDA E ESTRUTURA	106
5.2	EMPRESAS X INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS X CRÉDITO.....	109
5.3	CONCLUSÕES	113
5.4	SUGESTÕES DE ESTUDO	116
	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	118
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO.....	127

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: A NATUREZA DO CRESCIMENTO E DO ENVELHECIMENTO	69
FIGURA 2: METAS AO LONGO DO CICLO DE VIDA.....	74
FIGURA 3: MODELO DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL.....	75
FIGURA 4: AS CINCO FASES DO CRESCIMENTO.....	78
FIGURA 5 - GRAU DE FORMALIZAÇÃO X Nº DE POLÍTICAS, REGRAS E PROCEDIMENTOS.....	82
FIGURA 6 - EXEMPLO DE ORGANOGRAMA ESTRUTURA SIMPLES	84
FIGURA 7 - ORGANOGRAMA DE UMA ESTRUTURA FUNCIONAL.....	85
FIGURA 8 – ORGANOGRAMA ESTRUTURA DIVISIONAL	86
FIGURA 9 - ESTRUTURA MATRICIAL DE UMA EMPRESA MULTINACIONAL.....	87
FIGURA 10 - ESTÁGIO DO CICLO DE VIDA DAS MPEs - VITÓRIA DE SANTO ANTÃO – 2011	105
FIGURA 11 - RANKING MÉDIO GERAL	106
FIGURA 12 - ESTÁGIO DO CICLO DE VIDA DAS EMPRESAS PESQUISADAS	107
FIGURA 13 - FATORES CONSIDERADOS PREJUDICIAIS À OBTENÇÃO DO CRÉDITO NA OPINIÃO DOS ENTREVISTADOS.....	111
FIGURA 14 - FATORES DE SUCESSO OBTIDOS NA PESQUISA	112

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

ADA	Agência de Desenvolvimento da Amazônia
ADENE	Agência de Desenvolvimento do Nordeste
BACEN	Banco Central do Brasil
BB	Banco do Brasil S.A.
BD	Banco de Desenvolvimento
BDMG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CEAG	Centro de Apoio Gerencial
CEBRAE	Centro de Apoio Gerencial à Pequena e Média Empresa
CEF	Caixa Econômica Federal
CMN	Conselho Monetário Nacional
CODEFAT	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
COMICRO	Confederação Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
CVO	Ciclo de Vida Organizacional
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EPP	Empresa de Pequeno Porte
EUA	Estados Unidos da América
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
FGE	Fundo de Garantia à Exportação
FGPC	Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade
FINAME	Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos

Industriais

FIPEME	Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa
FMI	Fundo Monetário Internacional
FND	Fundo Nacional de Desenvolvimento
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
FUNDECE	Fundo de Democratização do Capital de Empresas
FUNTEC	Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico
FUNTTEL	Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações
GEAMP	Grupo Executivo de Assistência à Média e Pequena Empresa
GEM	Global Entrepreneurship Monitor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILO	International Labour Organization
ME	Microempresa
MEI	Microempreendedor Individual
MPE	Micro e Pequena Empresa
MPME	Micro, Pequenas e Médias Empresas
NAI	Núcleo de Assistência Industrial
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PBE	Programa Brasil Empreendedor
PIMES	Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco
PNMPO	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
POC	Programa de Operações Conjuntas
Proex	Programa de Financiamento às Exportações
Proger	Programa de Geração de Emprego e Renda
PROMICRO	Programa de Apoio a Microempresa
RBA	Receita Bruta Anual
RM	Ranking Médio

SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
RF	Receita Federal
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
SWPC	Smaller War Plants Corporation
TEA	Taxa de Empreendedores em Estágio Inicial (TEA)
VSA	Vitória de Santo Antão

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - REPRESENTATIVIDADE DAS EMPRESAS NO BRASIL - 2007-2008	25
GRÁFICO 2 - REPRESENTATIVIDADE DAS EMPRESAS NO NORDESTE EM 2008.....	26
GRÁFICO 3 - QUANTITATIVO DE EMPRESAS EM PERNAMBUCO - 2007-2008.....	27
GRÁFICO 4 - DIFICULDADES NO GERENCIAMENTO DA EMPRESA - EMPRESAS ATIVAS. RAZÕES PARA O FECHAMENTO DA EMPRESA - EMPRESAS EXTINTAS (ESTIMULADA).....	31
GRÁFICO 5 - SPREAD BANCÁRIO E VOLUME DE CRÉDITO	62
GRÁFICO 6 - MEDIDAS DE POLÍTICAS DE APOIO ÀS MPES	65
GRÁFICO 7 - SETORES DE ATIVIDADE DO MUNICÍPIO.....	95
GRÁFICO 8 – SOBREVIVÊNCIA DAS MPES EM VITÓRIA DE SANTO ANTÃO.....	97
GRÁFICO 9 - QUANTITATIVO DE PESSOAS EMPREGADAS EM N°S RELATIVOS.....	97

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - FATORES DE SUCESSO PARA AS MPES - CONSIDERADOS POR EMPRESAS ATIVAS E EXTINTAS.....	30
QUADRO 2 – PRINCIPAIS FATOS QUE FAVORECERAM O DESENVOLVIMENTO E EVOLUÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO CONTEXTO NACIONAL.....	45
QUADRO 3 - CLASSIFICAÇÃO SEBRAE / IBGE DOS ESTABELECIMENTOS.....	49
QUADRO 4 - DEFINIÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE PARA EFEITO DE TRIBUTAÇÃO - RECEITA FEDERAL	50
QUADRO 5 - CLASSIFICAÇÃO BNDES - PORTE DAS EMPRESAS.....	50
QUADRO 6 - VANTAGENS E DESVANTAGENS - ESTRUTURA SIMPLES	84
QUADRO 7 - VALORES CRÍTICOS RELACIONADOS AO GRAU DE CONFIANÇA - AMOSTRA.....	91
QUADRO 8 - CONSTRUCTO ESTÁGIO NASCIMENTO	99
QUADRO 9 - CONSTRUCTO ESTÁGIO CRESCIMENTO	99
QUADRO 10- CONSTRUCTO ESTÁGIO MATURIDADE	99
QUADRO 11 - CONSTRUCTO ESTÁGIO RENOVAÇÃO	100
QUADRO 12 - CONSTRUCTO ESTÁGIO DECLÍNIO.....	100
QUADRO 13 - CLASSIFICAÇÃO DOS ESTÁGIOS DA MPES DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO...	104
QUADRO 14 - MIGRAÇÃO DE ESTÁGIO - PRÓXIMO ESTÁGIO CONSIDERANDO A 2ª MAIOR PONTUAÇÃO OBTIDA	108
QUADRO 15 - MIGRAÇÃO PARA O ESTÁGIO MATURIDADE	109

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS NO BRASIL POR PORTE - 2007-2008	25
TABELA 2 - EVOLUÇÃO DO Nº DE EMPREGOS POR PORTE DAS EMPRESAS NO BRASIL 2000-2008	27
TABELA 3 - PARTICIPAÇÃO (NºS RELATIVOS) DAS EMPRESAS NO BRASIL POR PORTE NO TOTAL DE EMPREGOS 2000-2008	28
TABELA 4 - TAXAS DE SOBREVIVÊNCIA DAS MPEs NO BRASIL PARA OS TRIÊNIOS 2000-2002 E 2003-2005	29
TABELA 5 – QUANTITATIVO DE INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS SOB SUPERVISÃO DO BACEN EM FUNCIONAMENTO NO PAÍS	56
TABELA 6 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS COM E SEM EMPREGADOS NO INTERIOR SEGUNDO PORTE E SETOR DE ATIVIDADE - BRASIL - 2008.....	90
TABELA 7 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR SETOR PARA AS MPEs NO INTERIOR – 2008	96
TABELA 8 - RANKING MÉDIO GERAL - CICLO DE VIDA.....	102
TABELA 9 - QUANTIDADE DE BANCOS QUE SE RELACIONAM AS EMPRESAS ENTREVISTADAS	110

1.1 Apresentação

O crescimento está atrelado à harmoniosa distribuição de capital, em nível de produtividade, crescimento constante e à estabilidade de uma determinada economia, o que, diante da atual “globalização” torna-se difícil e exige cada vez mais ações preventivas e proativas. Dentro desta perspectiva, destaca-se a relevância das *micro e pequenas empresas* na sustentabilidade de um país e, essencialmente, suas perspectivas de evolução em função das políticas governamentais de fomento.

Através de um passeio panorâmico através da história mundial e brasileira, é difícil não reconhecer a participação destas organizações nos processos de reestruturação e reorganização de diversas economias principalmente, após grandes crises e revoluções a nível global, como por exemplo, a II Guerra Mundial (1939-1945) e a recente Crise do *Subprime* (2008). Em seu sentido mais amplo as MPEs representam:

Estímulo à livre iniciativa e à capacidade empreendedora; Relações capital / trabalho mais harmoniosas; Contribuição para geração de novos empregos e absorção de mão-de-obra, seja pelo crescimento das MPEs já existentes, seja pelo surgimento de novas; Efeito amortecedor dos impactos do desemprego; Efeito amortecedor dos efeitos das flutuações na atividade econômica (principalmente, aqueles efeitos de caráter global, de maior impacto em empresas mais dependentes dos mercados externos); Manutenção de certo nível de atividade econômica em determinadas regiões; Contribuição para a descentralização da atividade econômica, em especial na função de complementação às grandes empresas; Potencial de assimilação, adaptação, introdução, algumas vezes, geração de novas tecnologias de produtos e processos. (TASIC,2003, p.6.)

Na economia brasileira os fatos econômicos que se sucedem são respostas aos problemas e deficiências da economia e, para um país com dimensões continentais, torna-se difícil tratá-los uniformemente, considerando que as disparidades regionais são bastante agressivas e, leva as entidades governamentais a trabalhar essa questão regionalmente, por intermédio de políticas regionais adequadas e/ou adaptadas à realidade local. O que se figurou, ao longo dos anos, como a forma mais viável de se trabalhar e, de certo modo, menos dispendioso para o Estado. Elucidar tais acontecimentos torna-se imperativo, uma vez que diariamente nos deparamos com os mais diversos tipos e tamanhos de empresas/negócios/empreendimentos produtivos e nos mais variados estágios de evolução. E que, cada vez mais, interferem em nossas vidas e na de nossos semelhantes, que não deixam de fazer parte destas organizações, seja como fundadores, gerentes, funcionários, clientes e, até mesmo, responsáveis ou intermediadores por fusões e/ou aquisições.

Para Boulding (1956), Adizes (1998) e Lester, Parnell e Carraher (2008), a empresa, assim como um organismo vivo, tem seu comportamento e evolução explicados por sua estrutura e sua interação com o ambiente. Em função desta característica, a empresa também está fadada a morte. A fragilidade dessas instituições face às mudanças conjunturais quase que instantâneas, remete-nos à importância que todos os elementos relacionados à sua sobrevivência (intermediadores, governo, política monetária e demais variáveis) estejam em sintonia, quase que num processo simbiótico prolongando, desta forma, sua existência. E, como demonstrado por Adizes (1998) e Lester, Parnell e Carraher (2008), os estágios de vida em muito se assemelham aos dos seres vivos e, da mesma forma, a cada etapa crises são geradas pela própria evolução (Greiner, 1998) e junto com elas desafios que têm de ser superados para então atingir a Plenitude.

Em análise aos dados relativos ao ciclo de vida e de acordo com Castellani (2008), as micro e pequenas empresas no Brasil vêm a encerrar suas atividades com pouco mais de um ano de existência (exercício social). Segundo o SEBRAE (2004), o fechamento das MPEs (micro e pequenas empresas) torna-se oneroso para o país, pois tem reflexo direto no seu desenvolvimento econômico e social.

Em levantamento realizado pelo Sebrae e pela Vox Populi (2007), relativo do triênio 2003-2005, houve substancial incremento nas taxas de sobrevivência das empresas e o percentual de pequenas empresas que sobrevivem pelo menos dois anos passou de 51% em 2002, para 78% em 2005. Diversos fatores tiveram impacto direto nesse desfecho e o papel das instituições financeiras no ciclo de vida das empresas, desperta-nos interesse, pois, segundo Tavares e Carvalheiro (1985, p.18), “historicamente observa-se que a participação do capital a juros, empréstimos, nas atividades produtivas se tornou crescente uma vez que cresceu continuamente a intensidade de capital requerido em muitos setores produtivos, tanto para a inversão propriamente dita como para o desenvolvimento tecnológico”. Para Holanda (1979), a dependência das empresas do crédito e incentivos, a escassez de capital próprio, o alto endividamento dos empresários, são alguns fatores que dificultam significativamente o relacionamento entre os Bancos e as empresas.

1.2 Justificativa

As MPEs representam um dos principais componentes da economia brasileira, servindo de alicerce para a geração de emprego e de renda, o que entendemos ser justificado “pelo infindável número de estabelecimentos desconcentrados geograficamente” e por se caracterizarem organismos flexíveis e (KOTESKI, 2004). Acompanhar e compreender o que influencia o desenvolvimento destas instituições dentro do universo econômico é uma tarefa árdua e cheia de intempéries, principalmente porque as variáveis envolvidas nesse processo são amplamente caracterizadas por diversos fatores desde os mais simples aos mais complexos, nos ambientes macro e micro.

O governo brasileiro, na busca por meios de garantir a sustentabilidade de sua economia, busca, desde 1999, mecanismos que favorecessem a manutenção das micro e pequenas por entender que, dessa forma, terá mais uma ferramenta de adaptação da economia brasileira às mudanças e possíveis crises econômicas.

Em que pesem as dificuldades, o governo criou, dentre os dispositivos sociais de apoio às empresas o Programa Brasil Empreendedor - PBE em 1999, com o intuito de fortalecer estas organizações e fazer com que os empreendedores informais migrassem para o setor formal da economia, favorecendo o surgimento de

novos negócios. Os principais eixos do programa eram: Capacitação, Acompanhamento ou Assessoria Empresarial e Crédito, destacando neste ponto a participação do SEBRAE e do Banco do Nordeste do Brasil. O programa financiava desde a implantação até a aquisição de máquinas, equipamentos e capital de giro associado, desde que, houvesse plano de negócio elaborado pelo SEBRAE em conjunto com o empreendedor.

No mesmo ano em que foi criado o PBE, o governo federal sancionou a Lei 9.841, de 05 de outubro de 1999, a qual institui o Estatuto da Microempresa (ME) e da Empresa de Pequeno Porte (EPP).

Recentemente, foi criada a Lei Complementar nº 128, de 19 de Dezembro de 2008, que institui o Microempreendedor Individual – MEI e sugere a formalização de empreendedores cujo faturamento bruto anual de até R\$ 36 Mil, o que se configura em mais um passo para a constituição das MPEs, para o surgimento de mais empregos e melhor arrecadação de tributos, obviamente, sem se configurar em maiores ônus para empresário.

Não obstante todos esses problemas, as MPEs ainda possuem grandes dificuldades de crédito junto às instituições financeiras e fornecedores. Essa dificuldade se apresenta em termos de avaliação do potencial que a empresa possui como capacidade de pagamento e de geração de caixa. Isso implica em taxa de juros com altos *spreads*, inviabilizando a alavancagem financeira e em valores inferiores as reais necessidades de investimento dos tomadores. (OLIVEIRA; ROCHA, 2005, p. 426)

Com base nas informações anteriormente mencionadas, podemos dizer que o desenvolvimento por si só encadeia uma série de questionamentos acerca dos quais iniciaremos nossa pesquisa para, a partir daí, tentar elucidar os principais elementos impactantes na formação, sustentabilidade, crescimento e mortalidade das micro e pequenas empresas, especificamente no que concerne a sua dependência ou não em relação às instituições financeiras.

É necessário e imprescindível que tenhamos em mente a seriedade do assunto em questão, haja vista que tais elementos fazem e parte do dia-a-dia das

empresas em geral, e impelem contra suas ações e atitudes, afetando, dessa forma, seu desenvolvimento e do meio no qual estão inseridas.

Ao definir o presente tema, deseja-se esclarecer o que ocorre no panorama atual, explicitando os fatores cruciais para sua compreensão.

1.2.1 MPEs – Impactos Sócio-econômicos

O papel das MPEs e seus benefícios econômicos, para países desenvolvidos ou não, têm sua relevância comprovada mediante pesquisas realizadas por estudiosos ao longo dos anos.

Segundo estudo realizado por Vieira (2007, p. 27) “[...] crescimento econômico é uma condição necessária para a redução da pobreza no Brasil” e a interiorização do crescimento econômico traria reflexos mais impactantes no desenvolvimento do país e, sugere elaboração de políticas públicas voltadas ao investimento em educação principalmente em áreas rurais e urbanas que não façam parte das áreas metropolitanas, complementadas por políticas de renda que estimulem a formação, o desenvolvimento e a longevidade das micro e pequenas empresas.

Em 2003, o IBGE realizou estudo direcionado às micro e pequenas empresas das atividades de comércio e prestação de serviços, tendo como referência os dados relativos ao ano de 2001. Naquela época as MPEs que exerciam estas atividades (comércio e prestação de serviços) correspondiam a 80% das totais que eram exercidas pelo segmento. Obviamente, essa representatividade sócio-econômica instigou o desenvolvimento de novas pesquisas para o desenvolvimento e execução de políticas públicas voltadas a esses empreendimentos.

“Uma importante contribuição das micro e pequenas empresas no crescimento e desenvolvimento do País é a de servirem de “colchão” amortecedor do desemprego.” (IBGE, 2003). Dado o reconhecimento do papel da MPE para a economia nacional foi instituído o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte tendo como cerne principal promover o desenvolvimento econômico.

Tabela 1 - Número de Estabelecimentos no Brasil por porte - 2007-2008

Porte	2007	2008
Micro	5.313.753	5.486.649
Pequena	279.066	300.047
Média	31.403	33.597
Grande	16.648	17.777
TOTAL	5.640.870	5.838.070

FONTE: Adaptado de MTE. Rais (apud SEBRAE (org); DIEESE, (2010)

O Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa 2009 (SEBRAE; DIEESE, 2010) corrobora a relevância deste segmento para a economia brasileira bem como, sua contribuição para a geração de postos de trabalho. Em números, só em 2008, os micro e pequenos empreendimentos representaram cerca de 5,8 milhões de estabelecimentos responsáveis por 13,0 milhões de empregos formais.

Ao analisar os dados do referido anuário percebe-se quão notória é a participação das MPEs no mercado e na economia brasileira. Estas representaram em 2007 e 2008, cerca de 99% dos estabelecimentos com e sem emprego. Tal representatividade se estende para as demais regiões do país. Neste caso o nosso foco está voltado para a região Nordeste.

As figuras abaixo evidenciam a notória participação das MPEs na economia brasileira e, conseqüentemente, seus reflexos ocorrem na mesma dimensão.

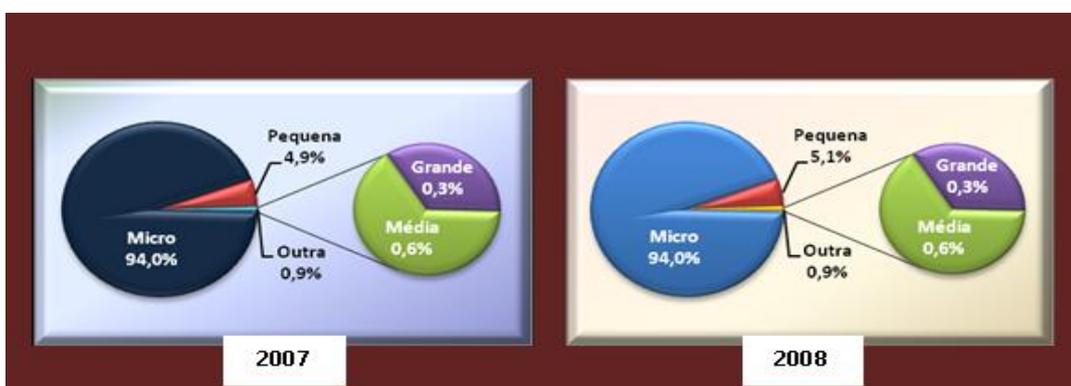


Gráfico 1 - Representatividade das Empresas no Brasil - 2007-2008
FONTE: Adaptado de MTE. Rais (apud SEBRAE (org); DIEESE, (2010)

Analisando as informações constantes na pesquisa organizada pelo SEBRAE, em parceria com o DIEESE (2010), verifica-se que o mesmo comportamento, ou seja, a proporção da participação destes estabelecimentos ocorre basicamente com a mesma significância em nível regional. Logo adiante, no **Gráfico 2**, exemplificamos essa situação específica da região Nordeste.

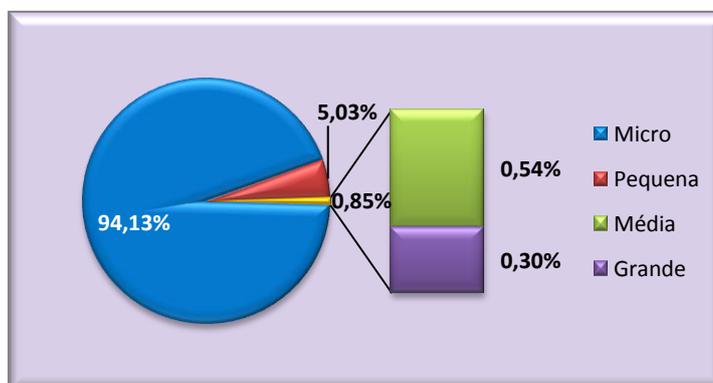


Gráfico 2 - Representatividade das Empresas no Nordeste em 2008
FONTE: Adaptado de MTE. Rais (apud SEBRAE (org); DIEESE, (2010)

Mais uma vez os altos índices de participação se tornam evidentes e nos remete a pensar acerca do que seria da economia brasileira se não existisse tal seguimento para aliviar a **tensão** causada pelos altos percentuais do desemprego. Essa questão torna-se mais forte quando tratamos acerca da região Nordeste, cujo histórico de desemprego e deficiências sócio-econômicas foram marcantes ao longo dos anos e que tinha na **migração nordestina** (êxodo nordestino) em direção às regiões Sul e Sudeste do país uma fuga para seus problemas estruturais.

Os maiores reflexos e impactos sócio-econômicos gerados pelas MPEs estão fortemente atrelados à manutenção do ritmo de atividade da economia nacional, em especial à geração de emprego por forte iniciativa do empreendedor brasileiro, como uma reação adaptativa às condições atuais de mercado, às quais, em função de suas estruturas serem enxutas e altamente flexíveis, tendem a se ajustar.

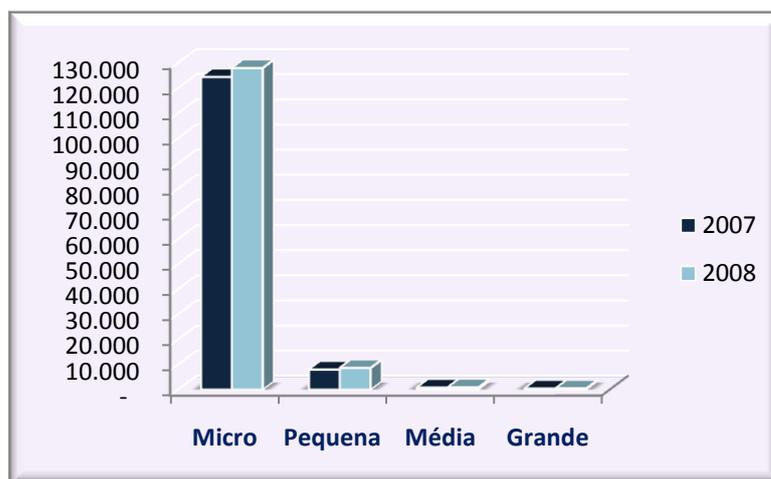


Gráfico 3 - Quantitativo de Empresas em Pernambuco - 2007-2008

FONTE: Adaptado de MTE. Rais (apud SEBRAE (org); DIEESE, (2010)

Em 2008, o número total de empregos gerados por este segmento foi de pouco mais de R\$ 13 milhões, o que em números relativos correspondeu a 52, 27% total existente no mesmo exercício, como bem demonstrado através das Tabelas 2 e 3 adiante.

Tabela 2 - Evolução do nº de Empregos por porte das empresas no Brasil 2000-2008

Porte	2000	2002	2004	2006	2008
Micro e Pequena	8.596.928	9.515.330	10.466.450	11.594.247	13.027.233
Média	2.649.584	2.783.296	3.076.278	3.468.593	3.988.142
Grande	4.631.536	4.824.686	5.563.608	6.581.638	7.908.324
TOTAL	15.878.048	17.123.312	19.106.336	21.644.478	24.923.699

FONTE: Adaptado de MTE. Rais (apud SEBRAE (org); DIEESE, 2010)

Do total de empregos que foram criados no período compreendido entre 2000 e 2008, pouco mais de 4.4 milhões, 49% foram gerados pelo segmento de micro e pequenas empresas e “a importância das micro e pequenas empresas se traduz com maior intensidade na economia dos estados brasileiros através daqueles municípios que não dispõem de grandes empresas industriais, comerciais ou de serviços.” (VIEIRA, 2007, p. 19)

Tabela 3 - Participação (n^os relativos) das empresas no Brasil por porte no total de empregos 2000-2008

Porte	2000	2002	2004	2006	2008
Micro e Pequena	54,14%	55,57%	54,78%	53,57%	52,27%
Média	16,69%	16,25%	16,10%	16,03%	16,00%
Grande	29,17%	28,18%	29,12%	30,41%	31,73%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

FONTE: Adaptado de MTE. Rais (apud SEBRAE (org); DIEESE, (2010)

A pulverização do segmento aqui estudado, sua flexibilidade e papel como ferramenta propulsora do desenvolvimento e, principalmente, seu impacto direto na geração de empregos, estabelece e determina que sua participação como objeto de políticas públicas com efeito socioeconômico é irrevogável. Fato esse que é cada vez mais intensificado quando pesquisas como esta são tornam-se de conhecimento público.

É importante destacar também a grande parcela de empreendedores informais, que por assim exercerem suas atividades, contribuindo em maior proporção serão igualmente às MPEs para a erradicação do desemprego, ficam de fora das estatísticas. Dados estes de grande relevância política. Contudo, na intenção de sanar esse gargalo, o governo criou a figura do Microempreendedor Individual (MEI), que possibilita ao autônomo se cadastrar para obter os benefícios previdenciários, bem como, também ter acesso ao crédito com taxas e prazos diferenciados.

1.2.2 Principais causas de Sucesso e Fracasso das MPEs

Em diversos países começam as iniciativas de pesquisar a sobrevivência de segmentos de pequenas empresas. No Canadá pesquisam-se as taxas de empresas organizadas em cooperativas, nos Estados Unidos, as empresas geridas por mulheres ou por minorias étnicas, na Inglaterra, por microrregiões, e em outros países as empresas inovadoras localizadas em parques tecnológicos e incubadoras ou então os pequenos negócios apoiados por microcrédito. No Brasil, a atual pesquisa já buscou os dados para cada um dos estados e deve, numa próxima pesquisa, buscar outras

segmentações. Isso permitirá aprimorar ainda mais as políticas públicas e os programas de apoio às micro e pequenas empresas. (SEBRAE, 2007)

O Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) é órgão de referência na análise no acompanhamento da vida destas instituições, que hoje representam 99% dos estabelecimentos com e sem emprego no Brasil. Apesar da grande relevância que as micro e pequenas empresas significam para a economia, as taxas de mortalidade destes estabelecimentos ainda é altíssima. Em função disto, cada vez mais, os holofotes estão sendo voltados para estas instituições. O que nos chama mais atenção é o aspecto relacionado à sua sustentabilidade e o que ocorre para garantir o seu sucesso e sua sobrevivência, considerando seus reflexos socioeconômicos.

Em pesquisa realizada pelo Sebrae para os triênios 2002-2000 e 2005-2003, foram avaliadas os fatores de sucesso e de fracasso das micro e pequenas empresas em nível nacional, por região e por unidade da federação.

Tabela 4 - Taxas de Sobrevivência das MPEs no Brasil para os triênios 2000-2002 e 2003-2005

Anos de existência das empresas	Ano de constituição formal das empresas (Triênio 2002-2000)	Taxa de sobrevivência (A)	Ano de constituição formal das empresas (Triênio 2005- 2003)	Taxa de sobrevivência (B)	Varição da taxa de sobrevivência (B-A)
Até 2 anos	2002	50,6%	2005	78,0%	+27,4%
Até 3 anos	2001	43,6%	2004	68,7%	+25,1%
Até 4 anos	2000	40,1%	2003	64,1%	+24,0%

FONTE: SEBRAE (2007)

A taxa de sobrevivência das MPEs em 2002 era de 50,6%, já na segunda pesquisa realizada pelo Sebrae para 2005, esse índice foi elevado em 27,4%, ou seja, indica que, além o número de empresas enquadradas neste porte estarem crescendo ano a ano, elas também estão permanecendo mais tempo “vivas”.

A dedicação integral do dirigente ao negócio foi fator determinante para a boa gestão do empreendimento, como bem definido por Adizes (1998), que veremos logo mais adiante, na fase inicial de constituição do negócio, o comprometimento do fundador ganha destaque para a continuidade do negócio.

Outro ponto em evidência para a melhoria da qualidade de vida nos pequenos negócios no Brasil foi a redução gradativa e o controle sistemático da inflação, que possibilitou a diminuição das taxas de juros e, por conseguinte maior disponibilidade de crédito no mercado e elevação do consumo.

Os dados a seguir foram coletados pelo Sebrae e representam a opinião dos empresários entrevistados acerca do que influencia positivamente, ou seja, o que favorece o sucesso da empresa. Os fatores foram distribuídos em três categorias: Habilidades gerenciais, Capacidade empreendedora e Logística Operacional.

Dentre as características relatadas, os entrevistados relataram que ter bom conhecimento do mercado em que atua; boa estratégia de vendas; persistência, perseverança e criatividade; bom administrador e buscar o uso de capital próprio são fatores essenciais para obter o sucesso.

Quadro 1 - Fatores de sucesso para as MPEs - considerados por empresas ativas e extintas

	Característica	Categoria
→	Bom conhecimento do mercado onde atua	Habilidades Gerenciais
→	Boa estratégia de vendas	
→	Criatividade do empresário	Capacidade Empreendedora
→	Empresário com persistência/perseverança	
	Aproveitamento das Oportunidades de Negócio	
	Capacidade de liderança do empresário	
→	Capacidade do empresário para assumir riscos	Logística Operacional
→	Escolha de um bom administrador	
	Uso do capital próprio	
	Reinvestimento dos lucros na empresa	
	Acesso a novas tecnologias	
	Terceirização das atividades por meio das empresas	

FONTE: Adaptado de SEBRAE (2007)

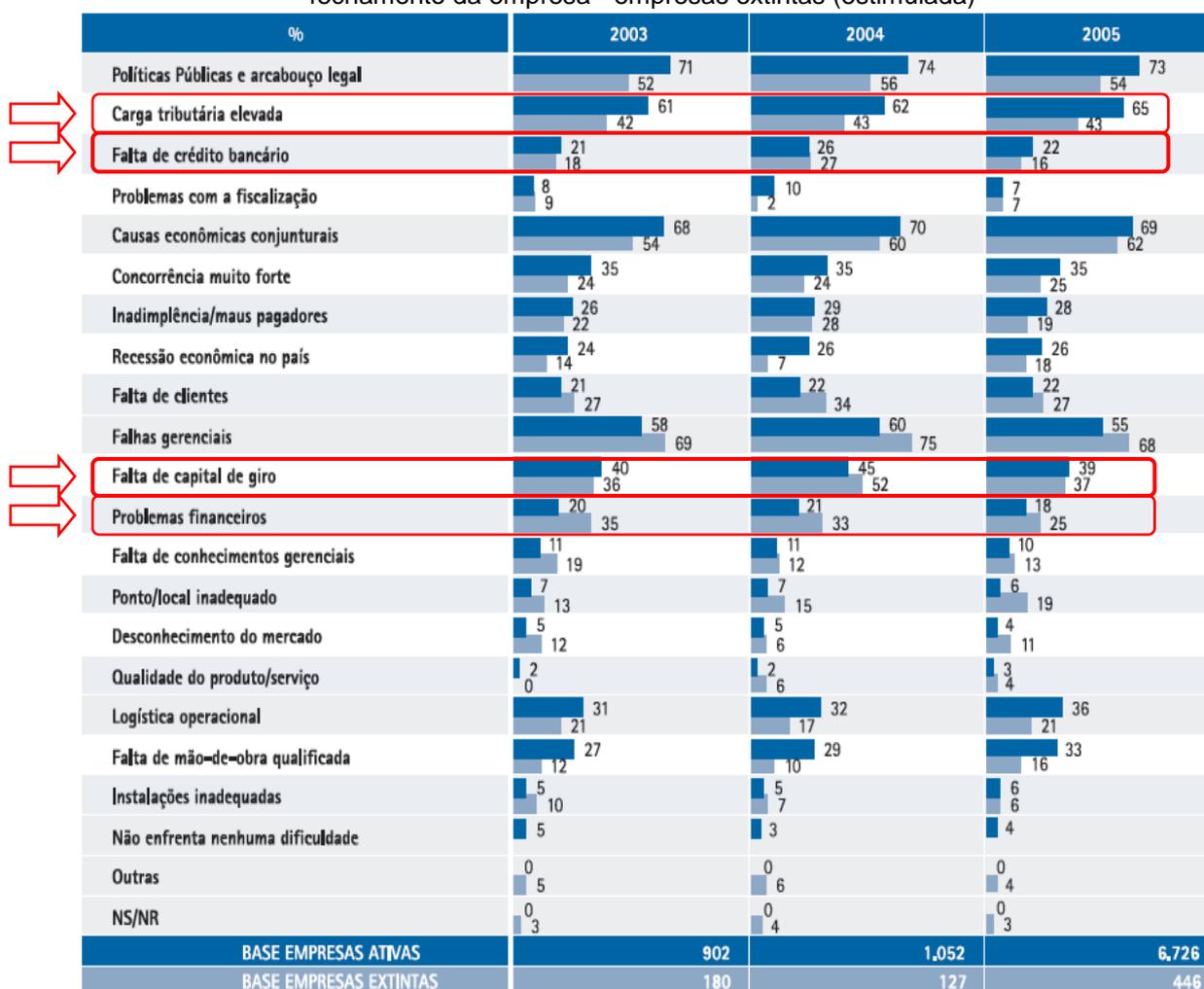
O Brasil, segundo o GEM¹, é o país com maior taxa de empreendedorismo em estágio inicial (TEA), dentre 17 países que foram alvo da pesquisa esse é um

¹ Global Entrepreneurship Monitor – Pesquisa que mede a evolução do empreendedorismo e é coordenada pelo London Business School e o Babson College (pesquisa realizada em 2010)

sintoma positivo para a economia haja vista que os pequenos negócios surgem do desejo do empreendedor em colocar sua idéia em prática, pois demonstra a tendência de crescimento da atividade empreendedora, contudo, em boa parte dos casos, o empreendedor tem a idéia, mas, não tem o recurso (dinheiro), estrutura e, dificilmente, o seu histórico possibilita a obtenção de crédito junto às instituições financeiras, para as quais tais operações são altamente arriscadas.

A academia destaca que nos novos empreendimentos a mortalidade prematura apresenta índices elevadíssimos, pois ao iniciar um novo negócio o fundador está sujeitos, inicialmente, a inúmeros riscos e perigos. (Chiavenato, 2008, p. 15)

Gráfico 4 - Dificuldades no gerenciamento da empresa - empresas ativas. Razões para o fechamento da empresa - empresas extintas (estimulada)



FONTE: SEBRAE (2007)

O Gráfico 4 detalha os principais fatores, obtidos (não observados) mediante entrevista realizada pelo Sebrae, que, estão segundo a visão do empresário, relacionados aos obstáculos enfrentados na trajetória empresarial (empresas ativas) e às causas de mortalidade (fechamento) para as empresas extintas que foram questionadas.

As políticas públicas e arcabouço legal são fatores de maior impacto negativo na sobrevivência das MPEs, seguido pela carga tributária elevada e por problemas relacionados à conjuntura econômica que, logicamente, interfere na economia como um todo.

1.3 Definição do Problema

Destacamos no Gráfico 4 os pontos que, em nossa opinião poderiam ser minimizados com participação das instituições financeiras mediante a concessão de crédito: 1) *Falta de Capital de Giro*, 2) *falta de crédito bancário* e 3) *problemas financeiros*. Diante dessa pré-análise a qual tentaremos demonstrar empiricamente mais adiante, podemos considerar que mesmo não sendo considerado fator de sucesso, a intermediação financeira pode colaborar com a longevidade das MPEs. Também compreendemos que a decisão de tomar ou não crédito é do proprietário, bem como, a sua correta administração e aplicação.

Segundo FIUZA (2010, p. 14), dentre as diversas causas apontadas acerca da mortalidade das MPEs, as decisões e indecisões tomadas pelos gestores tem maior impacto.

“É importante lembrar que a mortalidade não acontece de um dia para o outro. Ela é resultado de um acúmulo de desempenhos desfavoráveis ao longo do tempo que, quando não percebidos, o levarão ao fracasso.” (PEREIRA; LUCAS; MINCIOTTI, 2008)

A sustentabilidade e as questões relacionadas à sua sobrevivência são pontos cruciais a serem analisados quando se considera que as micro e pequenas empresas são peças fundamentais na economia brasileira.

A mortalidade das micro e pequenas empresas, os chamados “*small business*”, é problema de ordem mundial, pois, segundo pesquisa realizada por Mason (s.d.), “a nível mundial existem cerca de 300 milhões de pessoas tentando

abrir cerca de 150 milhões de empresas, aproximadamente um terço será bem sucedido, então se pode admitir que nasçam 50 milhões de empresas novas por ano ou, cerca de 137.000 por dia. Considerando que as taxas de nascimento e morte são praticamente equivalentes, o mesmo número de empresas ativas, 120.000 encerra seus negócios diariamente – no mundo inteiro.” (tradução nossa)

Em estudo realizado pelo Sebrae (2004, p. 15), dentre os componentes da categoria políticas públicas e arcabouço legal, a falta de crédito bancário ocupa o 5º lugar, do ranking das dificuldades enfrentadas pelas empresas e razões para o encerramento de suas atividades.

No Brasil as MPEs têm acesso a diversas linhas de crédito nos bancos do país, principalmente junto aos bancos públicos, tais como: Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal (BRASIL, 2009), e bancos de desenvolvimento, como por exemplo, BNDES e Banco do Nordeste do Brasil, que atende todos os estados da região nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo (região do semi-árido).

A representatividade das MPEs na economia brasileira é notória e reconhecida pelo governo, pois, o mesmo vem ao longo das duas últimas décadas preocupado em desenvolver e aperfeiçoar dispositivos legais e sociais que possibilitem a evolução destas entidades.

No Brasil, por exemplo, é precoce o nível de mortalidade das empresas, em relação a outros países, uma vez que grande parte delas não consegue superar a primeira etapa do desenvolvimento. Cerca de 80% das empresas que são registradas morrem antes de um ano e apenas 5% vão além de cinco anos: esses dados são preocupantes, já que representam um desgaste do capital e, em razão da frustração, do emocional. (SILVA; JESUS; MELO, 2010)

Considerando o tamanho e grau de consolidação da empresa, o aporte de recursos pelas instituições financeiras é determinante para a continuidade do negócio?

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Geral

Analisar os fatores determinantes da sustentabilidade das empresas de acordo com o ciclo de vida e tamanho das mesmas, considerando a participação das instituições financeiras.

1.4.2 Objetivos Específicos

- Através de pesquisa de campo, ratificar a importância do apoio creditício às MPEs por parte das instituições financeiras e verificar a possibilidade de definir as necessidades de crédito para cada estágio do ciclo de vida destas.
- Tornar claro o funcionamento, composição e desenvolvimento das micro e pequenas empresas, bem como, sua relevância na economia como um todo, ressaltando seu impacto enquanto entidade de fomento ao desenvolvimento econômico.
- Coletar informações criando um base de dados com variáveis específicas com os principais entraves ao desenvolvimento das micro e pequenas empresas.
- Analisar as informações coletadas, perceber se as maiores necessidades destas empresas são de perfil longo prazo (investimentos) ou de curto prazo (capital de giro).

1.5 Estrutura da Dissertação

A estrutura de nosso trabalho está dividida em três seções, além da análise de resultados. A primeira, além de apresentar os critérios para a estruturação do perfil e enquadramento dos empreendimentos de micro e pequeno porte, compreende também aspectos relativos à evolução dos principais acontecimentos

econômicos que contribuíram para o desenvolvimento e o amadurecimento do conceito de micro e pequenas nos cenários mundial e brasileiro. Expomos também os aspectos relacionados à definição do problema que motivou nosso estudo e que tem enfoque nas seguintes questões: o papel socioeconômico das MPEs em números, sua representatividade na economia brasileira e para a geração de empregos e o percentual de participação desses empreendimentos quase atinge 100%, logo, é indiscutível e inegável o seu impacto na economia brasileira.

Da mesma forma que nos chama atenção os percentuais de representatividade das MPES também nos intrigam os altos índices de mortalidade destes estabelecimentos nos primeiros anos de vida. Aqui mostramos pesquisas realizadas sobre os principais fatores condicionantes à mortalidade e os fatores de sucesso de modo que, estudadas estas questões, possamos chegar à conclusão do que realmente afeta para, a partir daí, buscar ferramentas que minimizar os elementos que prejudicam a longevidade destas empresas e, ao mesmo tempo, identificar aqueles que se figuram como catalisadores do crescimento, desenvolvimento e sustentabilidade das micro e pequenas organizações.

Na segunda parte nos voltamos ao *Estado da Arte*, por meio de busca em livros, artigos, internet etc., apresentando conceitos e estudos realizados por pesquisadores e acadêmicos relativos ao tema em questão, no intuito de compreender os principais fatores de impacto na sobrevivência das MPE, desde o acesso ao crédito passando pela intermediação financeira, os aspectos e situações relacionadas ao crédito proporcionado por instituições bancárias às MPEs. Abordamos também os tipos de estrutura organizacional e ao mesmo tempo, demonstramos alguns dos principais modelos de ciclo de vida e condições de sobrevivência das organizações propostos pela academia, dentre eles os desenvolvidos por Adizes, Greiner, Boulding e Lester, Parnell e Carraher.

Os elementos que compõem a terceira seção são referentes a metodologia utilizada e seus componentes. Mencionamos o critério de seleção da amostra, bem como, a forma como serão coletadas as informações necessárias a nossa análise, mediante coleta de dados primários, que ocorrerá por intermédio da aplicação de questionário contendo 35 questões, sendo 20 delas (referentes ao ciclo de vida) baseadas na escala likert, ao quantitativo de empresas definidos para a amostra no município de Vitória de Santo Antão – PE. Nesta etapa, pretendemos identificar o

estágio do ciclo de vida, segundo Lester, Parnell e Carraher, em que se encontram as empresas entrevistadas, bem como, o seu perfil (idade, setor, quantitativo de funcionários e porte) e, por último, o seu relacionamento e dependência das instituições financeiras.

Diante destes aspectos, ressalta-se que, cada vez mais, o governo reconhece tal papel e, com isso, procura desenvolver políticas de fomento, tanto tributárias quanto creditícia adaptadas às características e disparidades regionais de modo a assegurar o desenvolvimento sustentável das MPEs.

1.6 Cenário Econômico Mundial

A Revolução Industrial da Inglaterra (1760-1860 - 1ª Fase e 1860-1900 – 2ª Fase) foi o acontecimento histórico que se configurou no marco inicial para as mudanças nas pequenas organizações produtivas as quais, até então, surgiam de forma espontânea, isto é, sem incentivos dos governos e nem esforço da sociedade para sua evolução. Esta também foi conducente à reorganização de todo o sistema, iniciando o revolucionário processo de profundas transformações econômico-sociais de caráter global. A partir do novo sistema industrial, foram dados os primeiros passos para o fortalecimento das micro e pequenas empresas com o surgimento de duas novas classes sociais: *os empresários* e *o proletariado*.

Como conseqüência da Revolução, a preocupação em definir instrumentos para tratar de forma diferenciada as micro e pequenas empresas das demais remota desde o século XIX, tendo como berço a Europa. Segundo PALERMO (2002), o Código Alemão, em 1897, já fazia a distinção entre os comerciantes plenos ou normais dos pequenos comerciantes, com isto não havia aplicação para estes das disposições sobre firma, registro comercial, livros de comércio e mandato mercantil. Contudo, foi na Itália que, *a priori*, foram traçadas as primeiras diretrizes que melhor definiriam e mais perfeitamente disciplinariam o regime da pequena empresa (*piccola impresa*).

Em 1911, Schumpeter² (apud, COSTA, 2006, p. 12), reforça destaca a relevância da pequena empresa como sustentação política do sistema, ressalta também o papel do “empresário” no processo de desenvolvimento econômico, através de seu perfil empreendedor e inovador, contudo, para concretizar suas idéias, já nessa época, o economista austríaco ressalta também a necessidade de crédito para o empreendedor.

² Economista austríaco, ex-professor da Universidade de Czernowitz (Áustria) e Universidade Harvard (EUA), autor do livro *Theory of Economic Development (1911)* e presidente-fundador da Sociedade de Econometria (1933).

A II Guerra Mundial também teve significativa importância no crescimento e o desenvolvimento das MPEs (“*boom*” do desenvolvimento), com o seu término (1946) houve a absorção de toda mão-de-obra oriunda da guerra pelo mercado junto a estas organizações. Durante esse período a preocupação com a micro e pequena empresa foi intensificada, a exemplo do governo dos Estados Unidos que em 1942 criou a *Smaller War Plants Corporation (SWPC)*, uma das atribuições desta entidade era incentivar as instituições financeiras a disponibilizar crédito para as pequenas empresas.

A conferência de *Bretton Woods* em julho de 1944, que reuniu cerca de 45 nações, em New Hampshire (EUA), teve relevância no ordenamento econômico global, pois deu novo direcionamento à dinâmica da economia, detalhando e expondo claramente as regras de comércio e de relações internacionais (*Bretton Woods Agreement*) bem como, estabelecendo o novo padrão monetário internacional. Com o presente acordo subjuguamos a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, como também, passamos a ter o dólar como moeda de referência global. Tal fato possibilitou a reestruturação do sistema financeiro nacional atribuindo mais confiança e solidez às relações comerciais no mercado internacional, o que, *ex post*, reflete-se na reorganização da estrutura e economia dos países individualmente. Em agosto de 1971, o então presidente dos EUA, Nixon, pôs fim ao Acordo de *Bretton Woods* e à convertibilidade do dólar em ouro, manifestando sua vontade de realizar o realinhamento das taxas de paridade.

Em 1973, a primeira crise do petróleo, também representou fator decisivo para o amadurecimento das economias e, principalmente, para os pequenos empreendimentos, pois culminou no “aumento do número de micro e pequenos negócios que, pela sua estrutura mais ágil e flexível, puderam se adaptar mais rapidamente às sérias transformações por que passava o mundo”. (SPÍNOLA, 2002).

A queda do muro de Berlim ocorrida em 1989 foi fundamental para a reestruturação da ordem econômica mundial, pois propiciou a quebra do paradigma de “mundo dividido” e favoreceu também as relações comerciais.

Mas recentemente e de impacto em maior proporção dado o estreitamento das relações comerciais internacionais, a crise de 2008, não poderia ser deixada de fora desse *ranking*. “A profundidade e severidade da desaceleração econômica

mundial que começou em 2008 tomou empregadores, trabalhadores e governos de surpresa.” (VANDENBERG, 2009, p.3, tradução nossa)

A crise econômica não abalou o empreendedorismo no Brasil. Em 2010, a Taxa de Atividade Empreendedora (TEA) foi a mais alta desde o início da realização da pesquisa no País. Isso demonstra uma tendência de crescimento inclusive no empreendedorismo motivado pela oportunidade, **que volta a ser maior que o dobro do que o empreendedorismo por necessidade.** (GRECCO *et al*, 2010, p. 23, **grifo nosso**)

Desde a Segunda Guerra Mundial, o mundo, até então, não havia vivenciado tamanha desaceleração e poucos países não foram afetados (ficaram de fora). Tal fato teve impacto direto na oferta de crédito em nível global. Nessa época, micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), as quais representam mais de 90% das empresas de todos os países, tiveram seu papel como importante fonte de geração de emprego e renda reforçados. (Ibid, p. 6, tradução nossa) Embora a concessão de financiamentos estivesse inibida, como consequência das perdas ocorridas mundialmente, o crédito foi incentivado em muitos países para que as pequenas empresas pudessem se reerguer não obstante o desconhecimento de seu real impacto.

Verdade é que as micro e pequenas empresas são fator de estabilidade social de qualquer País, pela sua capacidade de gerar empregos, distribuir renda e girar a economia. Inexistindo aquelas, é trazido para a sociedade um número considerável de pessoas que, ou atuam na informalidade ou se mantêm desempregadas. (SPÍNOLA, 2002)

Os acontecimentos aqui relatados representam mais de dois séculos para o amadurecimento e evolução do conceito de micro e pequeno negócio no âmbito mundial e, cujos reflexos se estendem até os dias atuais.

Trata-se, como visto, de um panorama mundial, uma tendência e uma constatação o fato de que a constituição de pequenas firmas possui a condição de servir de valioso instrumento auxiliar de política de rendas e desenvolvimento a qualquer governo. No Brasil, essa situação não é diferente. A importância das micro e pequenas empresas, doravante denominadas MPEs, é de há muito reconhecida por sucessivos governos, sociedade e Academia. Contudo, apenas em um passado recente é que políticas mais concretas de apoio institucional a essas firmas foram colocadas em prática. (REIS, 2007, p. 11)

1.7 Cenário Econômico Brasileiro

As micro e pequenas empresas que surgiram no Brasil tiveram origem de empresas familiares, com surgimento a partir da primeira guerra mundial e do processo de imigração e migração, em que se deslocaram artesãos e mestres operários, que constituíram seus negócios com o apoio das famílias, a fim de não parar os seus ofícios e suprirem o mercado com artigos desenvolvidos por eles em substituição aos importados. (MONTEIRO, 2010, p. 28)

A inclusão dos micro e pequenos empreendimentos nas políticas do governo é algo relativamente recente, tendo seu início a partir do governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), período este, em que o Brasil obteve um desenvolvimento notável. Na mesma época, foi realizada a primeira tentativa de planejamento nacional e regional, com a elaboração do Plano de Metas e também, dá-se início, em maior escala, à abertura da economia brasileira ao capital internacional.

A partir do Plano de Metas do governo de Kubitschek, foi elaborado e divulgado o *Documento 33*, o qual foi confeccionado pelo Conselho de Desenvolvimento da Presidência da República e apresentava o estudo “Problemas da Pequena e Média Empresa”. O documento propunha a criação do Grupo Executivo de Assistência à Média e Pequena Empresa – GEAMP.

As idéias do GEAMP dificilmente saíram do papel, contudo serviram de base para a criação de entidades e programas, que, *a posteriori*, favoreceriam o desenvolvimento dos micro e pequenos negócios.

Como evolução do GEAMP gerou-se o CEPEME – Centro da Pequena e Média Empresa, criado pela SUDENE, e o CEBRAE – Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (1972), pelo BNDE. (FALCÃO, [200-]).

Em 1959 foi criada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) que tinha como escopo favorecer e acompanhar o desenvolvimento da região nordeste. Surgiu da percepção da grande disparidade industrial que o país apresentava de região para região sendo “gritante” a existente entre a região nordeste e a centro-sul do Brasil. Preocupada em acelerar o desenvolvimento econômico, a SUDENE, em parceria com o BNDES, abriram linhas de crédito específicas e buscaram, no exterior, programas direcionados a pequenos negócios e que estavam logrando êxito para então tentar adaptá-los à realidade brasileira.

Baseado no modelo da SUDENE³, em 27 de Outubro de 1966, por meio da Lei 5.173, foi instituída a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que possuía objetivo similar àquela, contudo, voltado à região da *Amazônia Legal*⁴. Muitos questionamentos foram feitos em relação à sua atuação e, por isso, em 24 de agosto de 2001, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, foi extinta, dando lugar a ADA – Agência de Desenvolvimento da Amazônia. Posteriormente, em 2007, com a medida provisória 2.157-5, de 24/08/2001, foi recriada e reestruturada, pelo presidente Lula, desta vez, substituindo a ADA.

Durante o regime militar (1964-1985), foi realizada reforma bancária, que, por intermédio da Lei 4595, de 31/12/1964, criou o Banco Central do Brasil (BACEN). Até aquele momento o Banco do Brasil, desempenhava o papel de banco central e antes do surgimento do BACEN, a SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito traçava a política monetária nacional, contudo, devido ao fato de estar

³ SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, criada pela Lei 3.692, de 1959, durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek. Por conta disso e após uma sucessão de escândalos, em 1999 a imprensa iniciou um debate sobre a existência do órgão, extinto finalmente em 2001 por Fernando Henrique Cardoso. Foi recriada em 2002, na gestão do presidente Lula, desta feita com o nome de Agência do Desenvolvimento do Nordeste – ADENE. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Superintend%C3%Aancia_do_Developimento_do_Nordeste. Acesso em: 01 abr. 2011.

⁴ Área que engloba os oito estados da região norte e parte do estado do Maranhão.

dispersa em diversos órgãos, não detinha o controle da execução de suas políticas (BARBOSA, s.d.). O BACEN passou a ser o “banco dos bancos”, responsável por autorizar o funcionamento das instituições financeiras, bem como aplicar as sanções cabíveis para assegurar o correto funcionamento do Sistema Financeiro Nacional (SFN), e incumbido de fazer cumprir a política econômica então definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Embora o Brasil tenha sido um dos últimos países do mundo a criar o seu Banco Central, isto representou o prenúncio de maior segurança às transações financeiras e, conseqüentemente garantiu maior credibilidade ao sistema.

“Em 1965, o BNDE⁵ cria o FIPEME – Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa, e, em 1967, a SUDENE inicia o Programa de Assistência às Pequenas e Médias Indústrias do Nordeste.” (SEBRAE, 2002)

Foram instituídos também pela SUDENE, nos estados da região nordeste, os Núcleos de Assistência Industrial (NAI), os quais eram destinados a prestar apoio gerencial às empresas de pequeno porte. Em outras regiões entidades semelhantes, fundamentadas na mesma idéia, receberam o nome de CEAG – Centro de Apoio Gerencial.

O FIPEME se configurou como a primeira importante linha de crédito para financiamento de investimento para as empresas de menor porte, sendo o passo inicial de aperfeiçoamento do sistema de crédito em direção ao atendimento prioritário para as MPEs.

Em 1970, o Conselho Monetário Nacional (CMN) criou uma linha de crédito para Capital de Giro para as micro, pequenas e médias empresas, cuja fonte de recursos era proveniente da dispensa de parte dos depósitos compulsórios mantido pelos bancos tanto da rede pública, quanto da rede privada, junto ao BACEN, tal medida só vigorou até 1990. (MORAIS, 2008).

Em 1988, foram criados os Fundos Constitucionais de Financiamento por intermédio da Constituição Federal, a saber: FCO – da região Centro-Oeste; FNO – da região Norte e FNE – da região Nordeste, os recursos destes poderiam ser

⁵ O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) foi criado em 20 de junho de 1952, pela Lei nº 1.628, durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954). Atualmente é chamado de BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/BNDE>. Acesso em: 01 abr. 2011.

direcionados para as empresas de todos os portes das regiões beneficiadas, contudo, havia a exigência de priorizar as MPEs.

Para incentivar e favorecer as exportações realizadas por micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), em 1991 foi instituído o “Programa de Financiamento às Exportações” (Proex), cujo apoio creditício estava direcionado à modalidade pós-embarque e à equalização das taxas de juros (financiamentos de exportação).

Nos anos de 1993 e 1994, em meio ao movimento Ação da Cidadania, foi formulado o “Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger)”, que utiliza recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Tais recursos são direcionados aos bancos oficiais federais para então ser objeto de linhas de crédito de financiamento, em consonância com as regras estabelecidas pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT ou por sua Secretaria-Executiva.

O público-alvo prioritário do Programa inclui as micro e pequenas empresas que apresentam, além da expressiva participação no total de empregos existentes na economia, enorme potencial de geração de emprego e renda, as cooperativas e associações de produção, devido aos diversos benefícios econômicos advindos dessa forma de organização; e as pessoas físicas de baixa renda, que formam um dos grupos mais atingidos pelo desemprego e com grande potencial de se tornarem empreendedores. (Ministério do Trabalho e Emprego, 1994)

Em 05 de outubro de 1999, foi instituído o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, por sanção da Lei 9.841/1999, a qual dispõe acerca do tratamento diferenciado e simplificado, previstos nos Arts. 170 e 179 da Constituição Federal. A referida Lei também estipulou os limites de receita bruta anual para o enquadramento das micro e pequenas empresas.

Durante o período de 1999 a 2002, foi implementado o “*Programa Brasil Empreendedor (PBE)*”, de abrangência nacional e que englobava a coordenação e articulação junto aos agentes públicos dos programas por eles desenvolvidos.

Buscava o atingimento de objetivos comuns e cujo foco principal está relacionado à capacitação, o crédito e assessoria empresarial, em outras palavras, buscava agilizar a oferta de crédito para as MPMEs, sem deixar de lado o acompanhamento gerencial e técnico. Uma vez que sua magnitude é todo o território nacional, integrava diversos órgãos e instituições federais na execução de suas atribuições, como por exemplo: Casa Civil, Ministério do Trabalho e Emprego, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco da Amazônia, Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil, Caixa Econômica Federal, o SEBRAE, dentre outros. O apoio creditício para o microempreendedores se fortaleceu a partir de 2003, quando foram traçadas várias ações no sentido de estimular o aumento dos recursos disponíveis para empréstimos, designadamente:

- Para elevação dos recursos destinados ao *microcrédito* e *microfinanças*, o BACEN reduziu em 2% os depósitos compulsórios;
- Pela Lei 11.110, de 25 de abril de 2005, foi instituído o “Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), cujo público-alvo era microempreendedores (pessoas físicas ou jurídicas de atividade de pequeno porte) com renda bruta anual de até R\$ 60 Mil (valor alterado pelo Decreto 6.607, de 21/10/2008, para R\$ 120 Mil). Uma vez que a fonte de recursos é proveniente do FAT e 2% dos depósitos liberados dos depósitos compulsórios, as instituições financeiras que autorizadas a operar o programa são: *Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil, Banco da Amazônia, Caixa Econômica e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social* (instituições financeiras oficiais).

Em 2008, pelo Projeto de Lei Complementar 128/2008, foi criada a figura do *Microempreendedor Individual – MEI*, denominação que classifica o empresário que auferir receita bruta anual até o montante de R\$ 36.000,00, não possui sócios e é optante pelo SIMPLES. O cadastro como MEI permite ao trabalhador do setor informal obter benefícios (aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença e salário-maternidade) de uma forma menos onerosa do que seria se enquadrado como microempresa.

Quadro 2 – Principais fatos que favoreceram o desenvolvimento e evolução das Micro e Pequenas Empresas no Contexto Nacional

Ano/ Período	Crise/ Deficiência/Causa	Ferramenta (Solução)	Objetivos e/ou Consequências
1952	☞ Apoio financeiro direcionado aos empreendimentos produtivos	★ Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	☞ Apoiar negócios e/ou projetos que favorecessem o desenvolvimento do país.
1952	☞ Problemas estruturais causados por insuficiência de recursos hídricos no nordeste; ☞ Escassez de recursos financeiros.	★ Criação do Banco do Nordeste do Brasil S/A - BNB	☞ Executar as políticas públicas de fomento assegurando o desenvolvimento do Nordeste;
1956-1961	☞ Desigualdade de Condições entre as empresas nacionais e estrangeiras	★ Plano de Metas do Governo de Juscelino Kubitschek; ★ Documento 33; ★ GEAMP	☞ Prestar assistência à média e pequena empresa; ☞ Abertura da Economia Brasileira ao Capital Estrangeiro.
1959	☞ Disparidade Industrial entre as regiões Centro-Sul e Nordeste do Brasil; ☞ “Indústria da seca” ⁶	★ SUDENE	☞ Promover e coordenar o desenvolvimento da região Nordeste.
1961	☞ Atraso econômico do Estado de Minas Gerais; ☞ Centro Industrial Rio de Janeiro (Guanabara) – São Paulo.	★ Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG)	☞ <i>Diagnóstico</i> da Economia Mineira; ☞ Tornou-se Banco de fomento baseado nos moldes do BNDES; ☞ Acelerar o desenvolvimento da economia mineira.
1962	☞ Atraso econômico pelo qual passavam os estados da região sul; ☞ Diferenças regionais; ☞ Centralização econômica e industrial, afervorada na década de 50.	★ Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)	☞ Resposta política ao desenvolvimento que foi desencadeado com o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek; ☞ Atendia aos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná; ☞ Promover o desenvolvimento dos três estados aos quais estava direcionado e desta forma, acompanhando o processo de mudança econômica pelo qual o país estava passando.

⁶ Termo utilizado pelo fato de os recursos destinados a melhorias da infraestrutura em função das secas serem desviados para outros fins.

Ano/ Período	Crise/ Deficiência/Causa	Ferramenta (Solução)	Objetivos e/ou Consequências
1964	<ul style="list-style-type: none"> ☞ Conflitos entre SUMOC e Banco do Brasil; ☞ Política Monetária; ☞ Combate à Inflação. 	<ul style="list-style-type: none"> ★ Banco Central do Brasil (BACEN) 	<ul style="list-style-type: none"> ☞ Banco dos bancos; ☞ Maior controle na formulação das políticas monetária e de crédito; ☞ Gestão da política monetária passou a ser centralizada; ☞ Criação do Orçamento Geral da União (OGU).
1964-1968	<ul style="list-style-type: none"> ☞ Apoio creditício às empresas. 	<ul style="list-style-type: none"> ★ FIPEME - Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa (iniciativa de crédito para as empresas de menor porte direcionado a investimento – criado pelo BNDES); ★ FINAME - Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais; ★ FUNDECE - Fundo de Democratização do Capital de Empresas; ★ FUNTEC - Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico 	<ul style="list-style-type: none"> ☞ Apoiar as empresas brasileiras, as quais se encontravam debilitada em relação às estrangeiras; ☞ Estimular as exportações;
1966	<ul style="list-style-type: none"> ☞ Isolamento do Amazonas e da região Norte; ☞ Ineficiência da SPVEA⁷. 	<ul style="list-style-type: none"> ★ SUDAM 	<ul style="list-style-type: none"> ☞ Promover o desenvolvimento da <i>Amazônia Legal</i>; ☞ Atração de Capital privado para a região; ☞ Incorporação da Economia Amazônica ao mercado Nacional; ☞ Política de incentivos para fomentar o desenvolvimento da Amazônia.
1972	<ul style="list-style-type: none"> ☞ Ausência de apoio exclusivo à pequena e média empresa. 	<ul style="list-style-type: none"> ★ CEBRAE e CEPEME 	<ul style="list-style-type: none"> ☞ Auxílio gerencial à pequena e média empresa.
1987	<ul style="list-style-type: none"> ☞ Organograma dos bancos, baseado na especialização 	<ul style="list-style-type: none"> ★ CMN – Resolução 1.524 de 21/09/1988 	<ul style="list-style-type: none"> ☞ Criação dos Bancos Múltiplos⁸ ☞ Diversidades de produtos financeiros (PINHEIRO, 2009, p. 54); ☞ Acesso a novas carteiras de negócios; ☞ Redução da burocracia; ☞ Maior agilidade nas operações.
1988	<ul style="list-style-type: none"> ☞ Escassez crédito exclusivo à micro e pequena empresa. 	<ul style="list-style-type: none"> ★ FNE, FCO e FNO – Fundos Constitucionais 	<ul style="list-style-type: none"> ☞ Priorizar o atendimento às MPEs.

⁷ Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (1953)

⁸ Prevê a formação dos bancos com base num encarteamento de atividades de quatro instituições, as quais são segundo Assaf Neto (2009, p. 45): “banco de investimento e desenvolvimento, sociedade de crédito, financiamento e investimento e sociedade de crédito imobiliário.” Para se classificar como banco múltiplo, a instituição tem de operar, no mínimo, em duas destas carteiras, necessariamente uma de banco comercial e a outra de banco de investimento.

Ano/ Período	Crise/ Deficiência/Causa	Ferramenta (Solução)	Objetivos e/ou Consequências
1991	☞ Desvantagem competitiva no mercado internacional.	★ PROEX – Programa de Financiamento às Exportações	☞ Concessão de Assistência Financeira mediante operações de financiamento e equalização da taxa de juros.
1993-1994	☞ Combate à fome e à miséria.	★ PROGER – Programas de Geração de Emprego e Renda	☞ Aumento da Competitividade; ☞ Melhoria das condições de vida; ☞ Democratização do crédito produtivo popular.
1999	☞ Fragilidade das MPEs face às demais empresas.	★ Estatuto da Micro e Pequena Empresa – Lei nº 9.841/99	☞ Tratamento diferenciado conforme dispõem os Arts. 170 e 179 da Constituição Federal de 1988. ☞ Critérios para enquadramento;
1999-2002	☞ Demanda crescente por mecanismos estruturadores; ☞ Alto índice de mortalidade dos micros, pequenos e médios negócios.	★ PBE – Programa Brasil Empreendedor	☞ Fortalecimento das MPEs; ☞ Incentivo aos empreendedores, favorecendo o surgimento de novas empresas.
2004-2005	☞ Combate à pobreza; ☞ Inclusão bancária; ☞ Democratização do acesso ao Sistema Financeiro.	★ PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – Lei nº 11.110/05	☞ Microcrédito junto com orientação técnica para pequenos empreendedores; ☞ Incentivo às microfinanças e à bancarização.
2008	☞ Grande número de empreendedores na informalidade; ☞ Marginalidade e exclusão social do microempreendedor informal.	★ MEI – Microempreendedor Individual – Lei Complementar nº 128/2008.	☞ Acesso aos benefícios sociais, creditícios e principalmente, previdenciários; ☞ Aumento da arrecadação de tributos; ☞ Representa um grande passo para a regularização da informalidade.
2011	☞ Cresce o número de micro e pequenos empreendimentos no Brasil. ☞ Demanda/exigência das entidades representativas.	★ Projeto de Lei que cria a <i>Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa</i> com status de Ministério.	☞ Desenvolvimento de políticas e diretrizes de apoio não só aos micro e pequenos negócios, como também, para os trabalhadores artesãos.

FONTE: Adaptado pelo autor com base nos dados secundários

A conquista mais recente para os micro e pequenos empreendimentos é a iminente criação do Ministério da Micro e Pequena Empresa que, após diversas reivindicações dos órgãos e entidades representativas, a exemplo da COMICRO⁹, em 2011 passou a ser objeto de diversas discussões no Planalto e a promessa da

⁹ Confederação Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

Presidente da República, Dilma Rousseff, que inclusive encaminhou ao Congresso Projeto de Lei que cria a *Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa*, com status de ministério.

O que se percebe é que crédito, em vários momentos, aparece como elemento essencial aos programas de apoio às MPEs, sem eles muitos empreendimentos não teriam condições de seguir adiante. Já no início do século XX, Schumpeter, economista austríaco, destacava a importância da pequena empresa como base econômica e política, e, vislumbrava seu fortalecimento com base em três pilares: a intuição do empreendedor, a inovação tecnológica e o crédito. O Brasil, segundo o GEM¹⁰, é o país com maior taxa de empreendedorismo em estágio inicial (TEA - Total Entrepreneurial Activity => Atividade Empreendedora Total), dentre 17 países que foram alvo da pesquisa, esse é mais um sintoma a ser moldado em ferramenta de crescimento econômico.

Esses fatos e acontecimentos foram de grande relevância para o que essas organizações representam hoje na economia brasileira e seu destaque se acentua ainda mais na medida em que as transformações sociais e econômicas se sucedem.

1.8 Critérios de Classificação do Porte das Empresas

Na literatura brasileira, diversas formas são apresentadas acerca de como se definir o porte de uma determinada empresa. As variáveis para determinação dessa classificação variam desde a abordagem do quantitativo de pessoas ocupadas até a mensuração e o registro de sua Receita Bruta Anual.

“Fatores mercadológicos, tecnológicos e geográficos fazem com que as características iguais tenham significados diferentes, o que dificulta a uniformização do conceito. Por exemplo, uma empresa com faturamento aproximado e mesmo número de empregados podem ser consideradas diferentes se atuarem em segmentos econômicos diferentes”. (LIMA JÚNIOR, 2009, p. 19)

¹⁰ Global Entrepreneurship Monitor – Pesquisa que mede a evolução do empreendedorismo e é coordenada pelo London Business School e o Babson College (pesquisa realizada em 2010)

A classificação utilizada pelo Sebrae (2010, p. 25) é fundamentada pelo número de pessoas empregadas e também em função do setor de atividade, como demonstrado no quadro adiante. Vale salientar que estes critérios também são utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE no desenvolvimento de estatísticas cuja abordagem engloba o segmento de MPEs.

No âmbito federal (Lei 9.841/99) considerava-se microempresa, a pessoa jurídica e firma mercantil individual com receita bruta anual até R\$ 244.000,00 e empresa de pequeno porte, aquela cuja receita bruta anual é maior que R\$ 244.000,00 e igual ou inferior a R\$ 1.200.000,00. Estes valores vieram posteriormente a ser alterados pelo Decreto nº 5.028 de 31 de março de 2004, que para microempresa o novo teto seria R\$ 433.755,14 e pequena empresa, aquela cuja receita bruta é superior a R\$ 433.755,14 e menor ou igual a R\$ 2.133.222,00. *E em 2005, com a Lei 11.196, de 21 de novembro, houve uma nova alteração e a que atualmente vigora: microempresa, com teto de até R\$ 240.000,00 (RBA e pequena empresa, com RBA¹¹ maior que R\$ 240 Mil e inferior a R\$ 2.400.000,00.*

Quadro 3 - Classificação SEBRAE / IBGE dos estabelecimentos

Porte	Setores	
	Indústria ¹²	Comércio e Serviços
Microempresa	até 19 pessoas ocupadas	até 9 pessoas ocupadas
Pequena empresa	de 20 a 99 pessoas ocupadas	de 10 a 49 pessoas ocupadas
Média empresa	de 100 a 499 pessoas ocupadas	de 50 a 99 pessoas ocupadas
Grande empresa	500 pessoas ocupadas ou mais	100 pessoas ocupadas ou mais

FONTE: Adaptado de Sebrae (2010, p. 25) – Elaboração: DIEESE

Esta última alteração facilitou a vida de muitas empresas que passaram a ser enquadradas nestas categorias e conseqüentemente puderam ter acesso aos seus benefícios dimensionados pelo governo que cada vez mais tem as MPEs como pilar de erradicação do desemprego.

¹¹ RBA - Receita Bruta Anual

¹² As mesmas delimitações de porte foram utilizadas para o setor da construção (SEBRAE, 2010, p.25)

Quadro 4 - Definição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte para efeito de tributação - Receita Federal

Porte	RECEITA BRUTA ANUAL
Microempresa (ME)	Igual ou inferior a R\$ 240 mil
Empresa de Pequeno Porte (EPP)	Maior que R\$ 240 mil e menor ou igual a R\$ 2,4 milhões

FONTE: Adaptado de BRASIL (2006) – Lei Complementar 23/2006, DOU 15/12/2006

Para o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) a classificação de porte de empresa adotada e aplicável a todos os setores, é estabelecida de forma que segue: faturamento menor ou igual a R\$ 2,4 milhões – microempresa, e superior a R\$ 2,4 milhões e inferior ou igual a R\$ 16 milhões é enquadrada como pequena empresa.

Quadro 5 - Classificação BNDES - porte das empresas

Porte	RECEITA OPERACIONAL BRUTA ANUAL
	VALORES
Microempresa	Menor ou Igual a R\$ 2,4 milhões
Pequena empresa	Maior que R\$ 2,4 milhões e menor ou igual a R\$ 16 milhões
Média empresa	Maior que R\$ 16 milhões e menor ou igual a R\$ 90 milhões
Média-grande empresa	Maior que R\$ 90 milhões e menor ou igual a R\$ 300 milhões
Grande empresa	Maior que R\$ 300 milhões

FONTE: Adaptado de BNDES – Circulares nº 10/2010 e 11/2010 de 05/03/2010

Pode-se notar a partir do que foi apresentado acima que os tipos de classificações dadas as MPE diferem-se quanto ao número de empregados (classificação adotada pelo Sebrae), o tipo jurídico e faturamento anual (Simples Nacional e Lei Geral), e a receita operacional anual (BNDES). Estas diferenças podem ser atribuídas às finalidades com que essas instituições pretendem interagir com tais empresas. Podendo-se observar que o Sebrae é uma instituição de apoio e incentivo as micro e pequenas empresas e busca auxiliar gestores e empreendedores oferecendo apoio e capacitação aos

mesmos desde a abertura, legalização e manutenção destas empresas, adotando em sua classificação a quantidade de pessoas ocupadas na empresa de acordo com o setor. (PEREIRA; SOUSA,2009)

Tudo isto como ferramenta para auxiliar o desenvolvimento e sustentabilidade das micro e pequenas empresas, haja vista que tais enquadramentos fazem com que estas instituições possam ser objeto de benefícios políticos, fiscais, tributários e inclusive, creditícios perante as instituições financeiras.

3.1 O ACESSO AO CRÉDITO

3.1.1 Intermediação Financeira

A intermediação financeira desenvolveu-se ao longo do tempo, passando de simples cunhagem de moeda e de operações de crédito praticadas por pequenos grupos de comerciantes, à exclusiva emissão de moeda por um banco central e ao aparecimento de diversos tipos de instituições financeiras e conglomerados bancários como os bancos múltiplos. (BERQUO, 2006)

As deficiências de recursos financeiros por si só encadeiam a necessidade de busca do equilíbrio, com isso, e como medida de ajuste dos mercados financeiros, surge a figura do intermediador, que emerge para preencher essa lacuna. Nesse cenário o intermediador financeiro é responsável por captar recursos junto aos agentes superavitários e direcioná-los aos agentes econômicos deficitários. (KAUFMAN, 1973, p. 77).

Assaf Neto (2009, p. 61) diz que a instituição financeira interfere no processo de mediação, sem ter envolvimento direto com os recursos, simplesmente, favorece a realização da transação entre poupadores e tomador de recursos, financiando, desta forma, as necessidades de investimentos, gastos de consumo e capital de giro.

As operações financeiras de transferência de recursos dos agentes econômicos superavitários para os deficitários poderiam ser diretas, entretanto, os agentes econômicos superavitários, em sua maioria, não têm como foco de suas atividades a destinação de seus recursos excedentes, com vistas a financiamento dos agentes econômicos deficitários. (CLEMENTE; KÜHL, 2006)

A execução das atividades de intermediação é realizada, geralmente, por instituições financeiras que fazem a captação de recursos no mercado financeiro a uma determinada taxa, chamada *taxa de captação* e aplicam tais recursos a uma taxa, que é conhecida como *taxa de aplicação*. Da diferença entre estas taxas, obtemos o **spread bancário** que nada mais é que o percentual exigido pelos bancos para compensar as despesas inerentes à transação, ou seja, as despesas administrativas, tributárias, inadimplência, margem de lucro e demais gastos.

A intermediação financeira, em seu sentido mais amplo, envolve quatro subdivisões peculiares e características do mercado financeiro (ASSAF NETO, 2009, p. 53):

- ↪ Mercado Monetário;
- ↪ Mercado de Crédito;
- ↪ Mercado de Capitais;
- ↪ Mercado Cambial.

Nossa análise se detém ao Mercado de crédito, o qual é responsável pelo financiamento dos setores produtivos da economia abrangendo e contribuindo para o suprimento de suas deficiências de capital de giro, investimentos e das chamadas operações correntes (curto e longo prazo), amparadas por garantias, que podem ser hipotecas, penhor ou fiança. (CLEMENTE; KÜHL, *loc. cit.*)

Dentro desse mercado, faremos referência às principais instituições que possibilitam a circulação saudável do crédito, que a partir de 1994, com a criação do Plano Real e, posteriormente, com a redução dos altos índices de inflação, puderam proporcionar crédito de uma forma relativamente tranquila e sem os altos impactos dos indexadores ajustados pelos índices inflacionários.

O período que a economia brasileira está vivenciando favorece as relações creditícias, até mesmo após a recente crise *Subprime de 2008*, o recesso que ocorreu em dimensão global não apresentou, pelo menos, nesse primeiro momento, reflexos negativos em grandes proporções que chegasse a prejudicar o mercado de crédito interno de maneira significativa.

Como instrumento de intermediação financeira, o crédito, segundo Mayer (apud BERQUÓ, 2006, p.3) também se configura como moeda.

De acordo com Silva (1998, p. 63), o conceito de crédito, assume diversos significados dependendo de como está sendo empregado, neste caso, representa a entrega de um determinado valor na data presente, com a promessa de seu pagamento numa data futura.

“Evoluindo junto com os povos e a utilização da moeda como instrumento de trocas, o **crédito** foi em seu primeiro estágio, utilizado até mesmo como forma de minimizar riscos, quando se evitava a transferência física de moeda obtida na troca por mercadorias.”
(MATOS; BARBOSA, 2003, p. 2, **grifo nosso**)

Dados os argumentos anteriores, também podemos dizer que, o correto funcionamento do sistema financeiro nacional exige alguns elementos essenciais a sua continuidade, dentre eles:

[...] serviços de emissão de moeda, distribuição equilibrada da moeda e do crédito por todos os segmentos da economia e por todas as regiões do país, controle da oferta de moeda e do crédito, controle da distribuição de títulos e valores mobiliários¹³ e conversão da moeda estrangeira em nacional e vice-versa. (SANTOS; BERNARDES, 2011, p. 150)

Nesse contexto, as instituições financeiras¹⁴, em particular as instituições bancárias, desempenham um papel fundamental, pois atuam como principal catalisador das operações de crédito. Além do que, fazem parte do subsistema Operativo do SFN – Sistema Financeiro Nacional cuja prioridade é operacionalizar os recursos dos poupadores, isto é, captando o excedente de poupança dos agentes superavitários, e os transferindo para aqueles carentes de recursos, os quais são reconhecidos no mercado como os tomadores de crédito.

¹³ São considerados valores mobiliários: ações, bônus de subscrição, debêntures, partes beneficiárias e notas promissórias para distribuição pública. Para maiores informações acessar: <http://www.nsgcapital.com.br/arquivos/Cartilha%20-%20Bolsa.pdf>.

¹⁴ Podem ser classificadas em dois tipos: bancárias ou monetárias e não bancárias ou não monetárias.

Consideram-se instituições financeiras, para efeitos de legislação em vigor, as pessoas jurídicas, públicas e privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros. Equiparam-se às instituições financeiras as pessoas físicas que exerçam qualquer dessas atividades, de forma permanente ou eventual. As instituições financeiras somente podem funcionar no Brasil mediante prévia autorização do Banco Central do Brasil ou, quando estrangeiras, por intermédio de decreto do presidente da República. É ilegal o desempenho de atividades de coleta, intermediação ou aplicação de recursos prévia autorização. (FERREIRA, 2011)

Para compreendermos melhor a relação MPEs *versus* Instituições financeiras, o enfoque deste trabalho será direcionado ao detalhamento das atribuições das instituições financeiras de caráter bancário, por estarem mais próximas da realidade e do cotidiano de tais entidades.

3.1.2 Instituições Bancárias

Em nosso trabalho nos limitamos a detalhar aspectos relacionados às principais instituições bancárias existentes no Brasil e que a sua atuação tenha tido impacto direto no desenvolvimento das MPEs.

Tais unidades são responsáveis por captar depósitos à vista (moeda escritural ou bancária), e, com a captação realizar operações de empréstimos e financiamentos, as quais poderão ser contratadas com curto e médio prazo, atendendo tanto pessoas físicas quanto pessoas jurídicas. Em função disso, tornam-se multiplicadoras do crédito e criadoras da chamada moeda escritural (ASSAF NETO, 2009, p. 36)

Representantes fundamentais destas instituições são os bancos comerciais e os bancos múltiplos, os quais segundo o Bacen, no Brasil, simbolizam cerca de 98% dos bancos existentes.

Tabela 5 – Quantitativo de instituições bancárias sob supervisão do BACEN em funcionamento no país

CATEGORIA	QUANTITATIVO
Bancos Múltiplos	137
Bancos Comerciais	12
Banco Comercial Estrangeiro com Filial no país	6
Bancos de Câmbio	2
Banco Comercial Cooperativo	1
Banco Múltiplo Cooperativo	1
Caixa Econômica Federal	1
TOTAL	160

FONTE: BACEN (<http://www.bcb.gov.br/>)

i. Bancos Múltiplos

– A partir de sua criação em 1988, a burocracia excessiva para as operações, até então existente, foi reduzida, pois foi possível vincular a uma única razão social. Autorizados pelo Bacen, tais instituições podem operar concomitantemente em diversas atividades (carteiras múltiplas) de banco comercial:

[...] de investimento, de crédito imobiliário, de crédito, financiamento e investimento, de arrendamento mercantil (*leasing*) e de desenvolvimento, constituindo-se em uma só instituição financeira de carteiras múltiplas, com personalidade jurídica própria e que pode selecionar o que deseja operar, entre as modalidades referidas. (PINHEIRO, 2009, p. 68)

ii. Banco Comercial

– De controle público e/ou privado, os bancos comerciais são hoje uma das principais instituições financeiras cujo escopo é atender as necessidades de financiamentos para o comércio, indústria e demais público do mercado de crédito, atendendo pessoas físicas e jurídicas e suas atividades classificam-se em prestação de serviços bancários e concessão de crédito. No cenário nacional e por operarem em nicho de mercado com maior risco, conseqüentemente,

exigem um prêmio alto pelo risco em suas operações e pagam altas taxas de captação de recursos e, portanto, o perfil de seus clientes detentores de operações e, por conseguinte, devedores, é predominantemente de empresas com maior risco.

iii. Bancos de Desenvolvimento (BD)

– Constituem-se em instituições públicas cuja formatação está voltada a promover o desenvolvimento econômico e social da região correspondente a sua área de atuação. O seu principal propósito é, conforme determina o governo, analisar e suprir as carências de recursos financeiros, por meio de financiamentos a médio e longo prazos de programas ou projetos cujo fim seja de cunho promover o crescimento socioeconômico.

Na mira da eficiência e, considerando que o Brasil é um país com dimensões continentais em que as disparidades regionais prevalecem, os bancos de desenvolvimento que nele atuam podem ser regionais ou estaduais. São exemplos de bancos de desenvolvimento no Brasil: Banco do Nordeste, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, Banco da Amazônia, todos com funções e especificidades semelhantes às do BNDES.

iv. Caixa Econômica Federal (CEF)

– Como órgão auxiliar do Governo Federal na execução de sua política creditícia com efeito social, tanto a CEF, quanto as demais *caixas econômicas* são instituições de caráter público atuando na economia de modo autônomo. As atividades que desenvolve possuem características tanto de banco comercial quanto de bancos múltiplos, como por exemplo: cadernetas de poupança, empréstimos sob consignação a funcionários de empresa com desconto em folha de pagamento, recebimento de depósitos à vista e a prazo etc. No segmento de baixa renda, a Caixa é responsável por operacionalizar as políticas do governo federal para a habitação popular.

v. Banco do Brasil (BB)¹⁵

– Foi a primeira instituição financeira a ser criada no Brasil, Sociedade de economia mista, de controle acionário da União e até 1986 representava a maior autoridade monetário do país. Atualmente as atividades desempenhadas pelo BB estão mapeadas nas seguintes atribuições:

- i) **Agente Financeiro do Governo Federal** – Executor da política financeira e creditícia;
- ii) **Banco Comercial** – Mantém contas correntes, poupança, concede créditos de curto prazo, realiza operações de desconto e outros papéis peculiares aos bancos comerciais;
- iii) **Banco de Investimento e Desenvolvimento** – Nas modalidades de crédito de médio e longo prazos. Sob esse aspecto, pode financiar diversas atividades sejam elas rurais, comerciais, industriais e de serviços, executando o papel de *Banco de Investimento* e atender regionalmente as necessidades creditícias, atuando como *Banco de Desenvolvimento*.

Vale destacar que: “Nessa atividade de fomento, ainda, o Banco do Brasil objetiva o fortalecimento do setor empresarial do país por meio do apoio a setores estratégicos e às pequenas e médias empresas nacionais.” (ASSAF NETO, 2009, p. 40, **grifo nosso**)

vi. BNDES (*Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social*)

– Empresa pública que atua na esfera federal, a qual é, atualmente, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O BNDES age tanto diretamente como de forma indireta por intermédio de outras instituições

¹⁵ Para maiores informações, acessar: www.bb.com.br.

financeiras, como por exemplo, Bancos Comerciais, Bancos de Investimento e Sociedades Financeiras¹⁶.

Com o objetivo de sanar as deficiências de capital de longo prazo, o governo criou fundos especiais que são operados pelo BNDES e os principais são:

- ↪ Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT;
- ↪ Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND;
- ↪ Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – FUNTTEL;
- ↪ Fundo de Garantia à Exportação – FGE;
- ↪ Fundo de Garantia para a promoção da Competitividade – FGPC.

Em parceria com os órgãos regionais e setoriais de desenvolvimento, tanto o BNDES, quanto os demais BDs, procuram promover o crescimento econômico superando as restrições geográficas mediante atuação conjunta.

vii. BNDES x MPEs

O BNDES tem historicamente evoluído no seu atendimento às micro e pequenas empresas, desde 1965, e, na segunda metade dos anos 70, através da incorporação do FIPEME – Financiamento à pequena e média empresa ao POC – Programa de Operações Conjuntas foi-lhe atribuído maior agilidade e capilaridade e, vem ao longo desses anos, buscando aperfeiçoar e desenvolver novas formas de atender a esse segmento.

A título de experiência nos anos 80, foi posto em prática o PROMICRO – Programa de Apoio à Micro Empresa, conferindo aos bancos trabalharem com condições diferenciadas proporcionando benefícios a estas empresas, em contrapartida o agente financeiro é favorecido com *spreads* mais elevados e maior facilidade operacional.

¹⁶ Voltadas basicamente ao financiamento de bens duráveis a pessoas físicas, por meio de CDC – Crédito direto ao Consumidor, bem como, também podem realizar repasse de recursos governamentais. (ASSAF NETO, 2009, p. 44)

Em 1996, foi originado o PMPE (Programa de Apoio à Micro e Pequena Empresa), para proporcionar facilidades ao BNDES em trabalhar com esse segmento e favoreceria as MPEs da mesma forma que o PROMICRO.

Em 1998, foi gerado o FGPC (Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade), um fundo de aval¹⁷ cujo escopo era compensar o risco inerente às operações realizadas com micro e pequenas empresas, que era um dos argumentos trazidos pelas instituições financeiras pelos baixos valores até então aplicados, este fundo deixou de apoiar novas operações desde agosto do ano de 2009.

Com o BNDES/FINAME o banco ampliou sua rede de atuação e seu público-alvo, atualmente, o BNDES possui praticamente toda a rede bancária do país credenciada como agente financeiro das linhas de crédito do FINAME¹⁸.

“Como instituição especializada no fomento da atividade econômica do país, o BNDES contribui, com investimentos prioritários, para o desenvolvimento setorial ou regional, segundo critérios seletivos próprios.” (PINHEIRO, 2009, p. 83)

viii. Banco do Nordeste do Brasil (BNB)

– Criado em 1952, o BNB é hoje, além de administrador dos recursos do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste), considerado o maior banco de desenvolvimento regional da América Latina. A maior motivação para sua criação foi baseada nos problemas estruturais os quais a região Nordeste apresentava, em maior intensidade do que ocorre nos dias atuais, como por exemplo, as constantes secas e a escassez de recursos estáveis.

Seu público-alvo são todos os agentes produtivos de fato ou em potencial, isto é, “[...] aqueles que praticam ou que venham a praticar atividades

¹⁷ “Formados com recursos financeiros de entidades públicas e privadas, os fundos de aval destinam-se a fomentar a instalação e o desenvolvimento de micro e pequenas empresas que, em razão do patrimônio reduzido, têm dificuldades de contratar operações de crédito.”(DI BACCO, s.d) Disponível em: <http://www.tdbvia.com.br/arquivos/web/fundo%20de%20aval.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2011.

“A garantia de risco por conta do FGPC podia ser concedida a operações cujo risco estivesse classificado como nível "AA", "A", "B" ou "C", de acordo com a Resolução nº 2.682, de 21.12.1999, do Banco Central do Brasil.” (BNDES). Para maiores informações acessar: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Navegacao_Suplementar/Perfil/Instituicao_Financeira_Credenciada/FGPC/

¹⁸ A relação complete dos agentes credenciados encontra-se disponível em www.bndes.gov.br.

econômicas prioritárias para alavancar o desenvolvimento da região, impulsionando a geração de emprego, renda, impostos e infraestrutura.” (PINHEIRO, loc. cit.)

3.1.3 Condições de Acesso ao Crédito para as MPEs

O Brasil hoje é considerado um dos países com maior taxa de empreendedorismo (GRECCO *et al*, 2010, p. 25), com percentual em torno de 17,5% (em 2010), e ao longo dos 11 anos de existência do presente levantamento, nosso país mantém uma TEA superior à média dos países que participaram da pesquisa, mesmo assim, as condições creditícias para o micro e pequenos empreendedores ainda não acompanham o mesmo ritmo.

A teoria desenvolvida por Schumpeter destaca a importância do crédito, da intuição do empresário e da inovação tecnológica como fatores preponderantes para o crescimento e o desenvolvimento de um país e, para que o crédito seja direcionado ao empresário a intermediação financeira tem papel fundamental. Contudo:

A dificuldade de **acesso ao crédito** figura entre os principais fatores apontados pelos micro e pequenos empresários, em todas as pesquisas e encontros empresariais, como principal fator limitativo para o crescimento dos negócios. A falta de capital de giro, também tem sido apontada como uma das principais causas de mortalidade de empresas. (OLIVEIRA; ROCHA, 2005, **grifo nosso**)

Como consequências do Plano Real em 1994, a estabilidade econômica e redução da inflação, proporcionaram maior fluxo de operações de crédito na economia brasileira, contudo, o percentual direcionado às MPEs ainda se encontra aquém do que realmente é demandado. Segundo Pinheiro & Moura (2001), esta data foi referência para o mercado de crédito brasileiro, pois, de acordo com os autores, os bancos privados brasileiros se viam inibidos com relação à concessão de empréstimos e, nem tampouco, estavam preocupados na elaboração e ajuste de suas políticas de crédito.

Até então, a maior parte dos serviços bancários era oferecida gratuitamente aos clientes. Por outro lado, os bancos detinham uma fonte cativa de renda decorrente das receitas inflacionárias (*floating*). Com a redução da inflação, essas instituições passaram a desenvolver novas estratégias de mercado em substituição ao *floating*. (DIEESE, 2008)

Segundo Zolet, Lozecky (2006) e Oliveira e Rocha (2005) a linha de crédito mais solicitada por esse segmento é para capital de giro. E, muitas vezes, os administradores destas empresas não sabem analisar e avaliar onde e como obter tais empréstimos e/ou financiamentos, e na maioria dos casos, recorrem, em função da urgência, a obtenção de crédito a altas taxas de juros, podendo conduzi-la condições financeiras ainda mais prejudiciais a sua sobrevivência. E, de acordo com Zica e Martins (2005), dentre os motivos que levam tais empresas à morte, estão questões relacionadas à falta de crédito bancário.

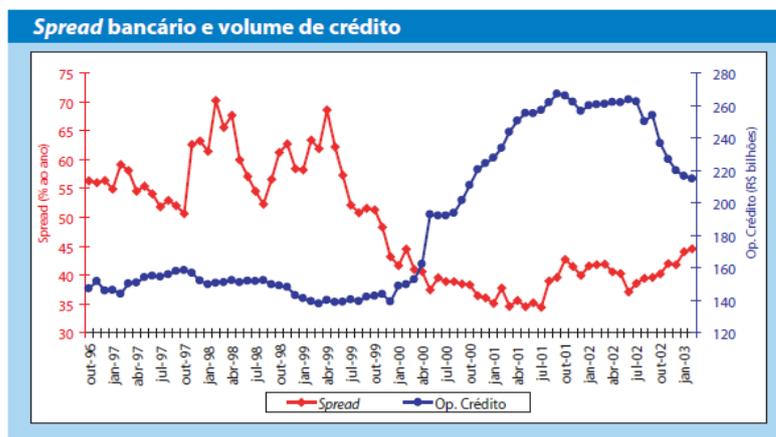


Gráfico 5 - Spread bancário e volume de crédito
FONTE: BACEN (apud SANTOS (org.) et al, 2004)

Os lucros obtidos pelos bancos ganha dimensões de maior magnitude, ano após ano, contudo a demanda por crédito não está sendo atendida na mesma proporção e a demanda por crédito por parte das MPE torna-se mais evidente. E,

conforme mencionado por Carvalho e Abramovay (2004, p. 17), o custo de crédito no Brasil, mesmo quando comparado, sob qualquer parâmetro internacional, ainda se apresenta bastante elevado reprimindo, de certo modo, o acesso aos empréstimos e/ou financiamentos. O Gráfico 5 demonstra claramente a relação inversa entre a variação dos spreads bancários e o volume de crédito.

Figueiredo (2001, *apud* OLIVEIRA; ROCHA, 2005, p.3) sugerem que algumas das principais causas associadas às dificuldades das MPEs terem acesso ao crédito são:

- ↳ Preferência dos bancos em operar com grandes empresas, dada a menor relação risco/retorno;
- ↳ Em função da assimetria de informações, os bancos não possuem instrumentos suficientes para avaliar as condições das empresas de menor porte e compreender o perfil do setor;
- ↳ “Para minimizar o risco de crédito, os bancos adotam uma linha de corte que exclui, em função do porte, muitas pequenas que teriam condições de obter financiamentos.”

Oliveira e Rocha (2005) e Tasic (2003) em seus estudos, fundamentados na pesquisa realizada pelo Sebrae, entre 1999 e 2004, demonstraram que o percentual de MPEs que estava sendo atendidos por crédito bancário ainda estava muito abaixo do que era demandado, ou seja, aproximadamente 10% das necessidade de crédito pelas micro e pequenas empresas estavam sendo atendidos pelo sistema financeiro. E os principais motivos de recusa das propostas/solicitações de financiamentos e/ou empréstimos foram:

[...] 36% atribuíram à falta de garantias, 23% à falta de documentos e à burocracia e 11% ao cadastro negativo (restrições). Quase metade das empresas pesquisadas recorreram a empréstimos como pessoas físicas em substituição ao crédito negado a pessoa jurídica. (OLIVEIRA; ROCHA, 2005)

A avaliação de propostas de financiamentos apresentadas por grandes empresas possuem análise melhor estruturadas, pois as instituições financeiras

podem acessar informações que englobam o exame criterioso dos seguintes aspectos: demonstrações financeiras, como por exemplo, balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício, dentre outros através dos quais, pode-se mensurar e extrair índices, medidas de giro e de rentabilidade, tais como: índice de liquidez, endividamento, lucro e/ou prejuízos etc. Tais medidas propiciam uma melhor análise geral, reduzindo, consideravelmente, os riscos e os custos de crédito.

Tal análise não pode ser aplicada da mesma forma às MPEs, cujo embasamento é focado em consultas realizadas a órgãos de proteção ao crédito, isto é, SERASA e SISBACEN, que fornecem dados acerca do endividamento e das restrições financeiras dos clientes. Em complemento, as instituições financeiras também verificam informações inerentes ao faturamento anual, ramo de atividade, referências pessoais, bancárias e comerciais, sazonalidade, periodicidade de geração de receitas (mensal, bimestral, anual), para, a partir daí, calcular os possíveis limites e prazos da futura operação de crédito.

Com base nestes argumentos, Oliveira e Rocha (2005, *loc. cit.*) propõe em seu trabalho que seja criado um instrumento específico de

[...] análise de comportamento de crédito para as MPEs com a finalidade de permitir um melhor acompanhamento das operações de crédito, beneficiando as empresas tomadoras com recursos que se adaptem as suas necessidades e beneficiando as instituições financeiras e fornecedores com minimização do risco e com a alavancagem de seus negócios, bem como o benefício à sociedade pelo crescimento da produção. (OLIVEIRA; ROCHA, 2005, p. 424)

O governo, em seu papel de entidade maior do Estado e que determina as políticas de crescimento e desenvolvimento econômico, participa desse cenário fomentando a sustentabilidade das MPEs. Principalmente, no que tange aos aspectos relacionados à carga tributária e à determinação de programas e fundos de investimentos com taxas e prazos compatíveis com o porte e faturamento das empresas, contribuindo desta forma para a geração de empregos e renda.

Dentre as políticas de apoio consideradas as mais necessárias às MPE, crédito preferencial (juros e prazos) foi a mais assinalada pelos empresários no triênio anterior¹⁹ e permaneceu com assinalações, em média, na faixa de 65%. O tratamento tributário diferenciado, nesta edição, passou a ser a política mais premente para os empresários de cerca de 70% das empresas ativas e extintas. (SEBRAE, 2007)

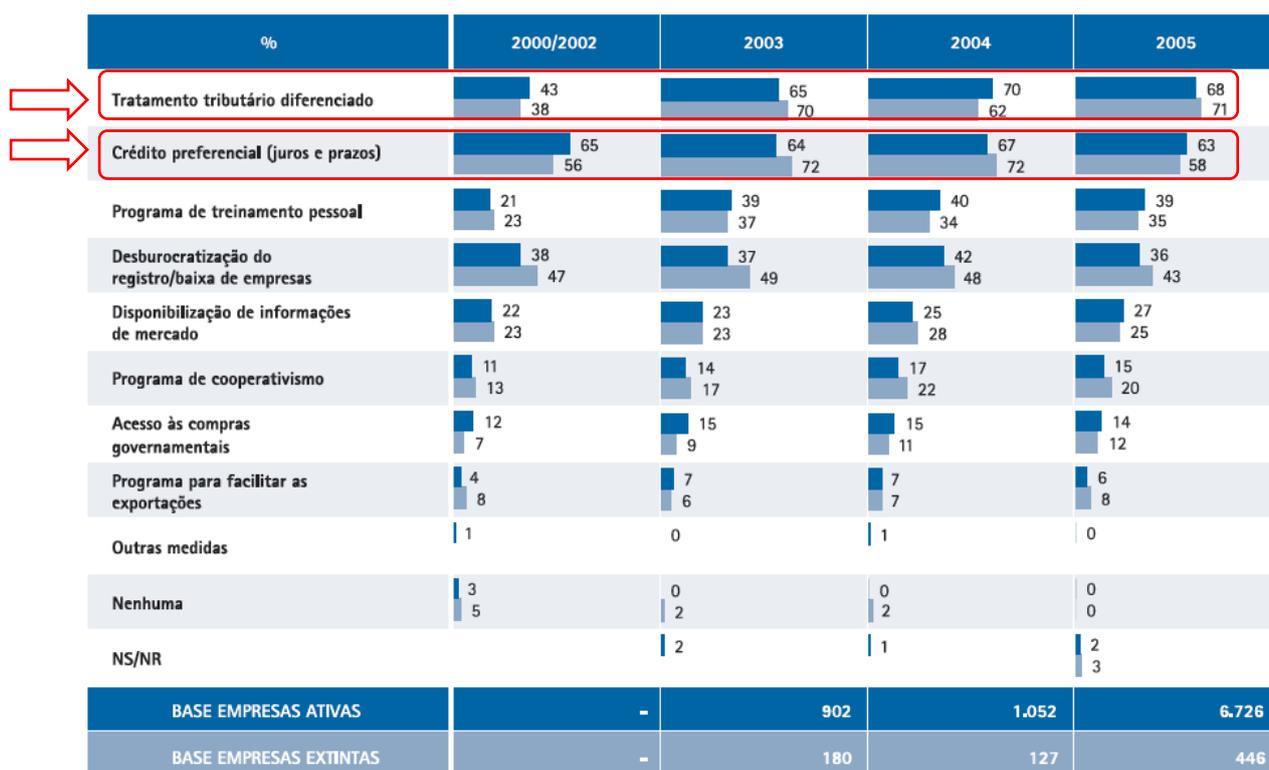


Gráfico 6 - Medidas de Políticas de Apoio às MPES
FONTE: SEBRAE (2007)

Mesmo com essa participação extremamente importante da MPES verificou-se em recente estudo do BID (2005^a), nas mais de 10.000 empresas pesquisadas de 81 países, que perto de 38% das MPES declararam o acesso ao financiamento ser um importante obstáculo ao desenvolvimento, enquanto que para as grandes empresas representam 27%, seguido da inflação, impostos e regulamentações e instabilidade política. (PEZZI, 2005, p. 43)

¹⁹ Triênio – 2000-2002

Diante destes argumentos, não há como descartar a forte relação dos bancos no desenvolvimento e sustentabilidade das MPEs, logicamente, a maneira como o empresário conduz assegura maior credibilidade e consistência a sua longevidade, pois, nos pequenos negócios, na maioria dos casos a empresa é o seu fundador e vice-versa.

3.2 CICLO DE VIDA DAS ORGANIZAÇÕES (CVO)

3.2.1 Ciclos de Vida segundo Boulding – Sobrevivência da Adequação

Os primeiros passos voltados à análise do ciclo de vida das organizações foram dados por Boulding em 1950, em analogia ao sistema biológico humano (IUNESCO; NEGRUSA, 2007), sugere que ao processo pelo qual o genótipo se transforma em fenótipo, ou seja, quando determinado organismo é submetido a determinadas condições ambientais e de desenvolvimento. Tais condições interferem em suas características vitais ou a sua sobrevivência, e este, por sua vez, a partir de suas características vigentes e, obviamente, considerando sua combinação genética, possivelmente sofrerá mutação para se adaptar às novas condições, caso contrário, tenderá ao fim (*soluções adaptativas - seleção natural*), a esse processo evolutivo (*genótipo + ambiente + variação ao acaso => fenótipo*), o economista inglês classificou como “organização”. (HART; GREGOR, 2005)

O uso de metáforas pelos teóricos econômicos é uma constante na história da disciplina. Desde os primeiros trabalhos, tentou-se encontrar isomorfismos entre o sistema econômico e sistemas naturais, do movimento dos corpos celestes à dinâmica dos fluidos; da dinâmica populacional de espécies em um determinado ambiente à seleção natural e à transmissão de informações a partir do código genético. (JACOB, 2007, p. 8)

O modelo biológico proposto por Boulding (apud IUNESCO; NEGRUSA, 2007) envolve as seguintes etapas: nascimento, maturidade, declínio e morte. “Kenneth Boulding cunhou a expressão "sobrevivência da adequação, não sobrevivência do mais adequado". Organização e meio estão engajados num modelo de co-criação, onde um produz continuamente o outro.” (WOOD JR, 2009, p.105)

Nascimento – Seu aparecimento é mais frequente quando um empresário tem uma ideia e tenta, de todas as formas, colocá-la em prática, seja sozinho ou convocando uma equipe para promover seu produto ou serviço e, além disso, assumir em conjunto o risco. Nesta fase a preocupação do empreendedor é, antes de tudo, obter lucros. Portanto, sua orientação é para a produção e sua estrutura tecnológica é simples, constituída de uma única unidade produtiva. Os elementos desenvolvidos em sua formação implicarão no futuro em quão propensa ou não a organização estará a se reajustar às exigências do ambiente, para então assegurar sua longevidade e a sua “genética” ganha destaque.

Maturidade – O crescimento da empresa dá ao seu proprietário status, pois o mesmo adquire o respeito perante os demais, mesmo que a empresa não esteja gerando lucro. A organização passa a dar maior ênfase ao Marketing como estratégia para elevar as vendas e justificar a ampliação de sua estrutura. A tecnologia utilizada passa a ser mais complexa e existem múltiplas unidades de produção contínua. Cada vez mais, passa-se a exigir pessoal qualificado para assumir cargos de gestão. A influência do ambiente é conhecida e um tanto quanto calculável.

Declínio – A empresa já é grande, sua tecnologia é mais complexa e sua estrutura é predominantemente burocrática. Nesta etapa, as forças externas (mercado e sociedade) exercem considerável influência sobre sua orientação financeira, uma vez que passa a ver nessas variáveis o perigo a sua sobrevivência, por serem pouco controláveis nesta fase.

Morte – Como mencionado anteriormente, o conceito de *seleção natural* é fortemente trabalhado por Boulding e, em sua concepção aquelas instituições que não tiverem propensão genética ou que não desenvolverem mecanismos para se adaptar às exigências do ambiente, estarão fadadas à extinção.

Contudo, posteriormente, muitos teóricos vieram a questionar a sinalização de que as organizações precisam morrer (WALONICK, 1993). O que se observa é que as organizações não sobrevivem por acaso, sua longevidade está atrelada a combinação genética, isto é, todos os elementos que favorecem sua adaptação e que já estão inseridos em sua memória desde a sua concepção, favorecendo e fortalecendo, de certo modo, sua aptidão reativa e proativa, as suas “crises existenciais”, sejam de natureza endógena ou exógena. Cabe a elas perceber o momento certo de reagir para asseverar sua resistência. “Tomando emprestada a Teoria da Evolução de Darwin, a visão da **Ecologia Populacional**²⁰ diz que o ambiente é o fator crítico na definição de quais organizações têm sucesso e quais falham.” (WOOD JR., 2009, *loc. cit.*, grifo nosso)

3.2.2 Ciclos de Vida segundo Adizes – Estágios de Crescimento

Assim como os organismos vivos, as organizações também são concebidas, nascem, crescem e morrem, isto é, possuem *Ciclos de Vida*. Contudo, de acordo com Boulding (1956), o grau de complexidade das organizações é superior ao dos organismos vivos.

Como toda mudança acarreta dispêndio de energia, não é diferente na transição de estágios que ocorre na evolução das empresas. Entender a hora de migrar para uma nova fase não é tarefa simples e exige que este esforço seja direcionado à resolução dos problemas inerentes ao processo de crescimento, os quais quando não diagnosticados e tratados da maneira correta podem acarretar, segundo Adizes (1998, p. XVIII, grifo nosso), “doenças” anormais que impedirão o crescimento – problemas que geralmente não poderão ser resolvidos sem a intervenção externa profissional.”

Um mix de *flexibilidade* e *controlabilidade* acompanham a empresa durante toda sua existência e, dada as proporções, é o que vai indicar em que estágio se encontra. Com o crescimento, deficiências relacionadas à flexibilidade e/ou ao controle não podem ser consideradas de imediato como problemas e sim como

²⁰ Segundo Hoffman (2004), o ambiente é quem decide se a organização prosperará ou não e, desta forma, prevalece a sobrevivência do mais apto. Daí a importância da adaptação às exigências impostas pelo meio.

sintomas de que é hora de rever as estratégias no sentido de ajustar a estrutura às atuais e reais necessidades da instituição. A tendência é que organizações menores (exemplo: micro e pequenas empresas – MPEs), logicamente em função de sua composição simplificada, sejam mais flexíveis ao contrário das que possuem maior dimensão, o que está estritamente relacionado à necessidade de maior controle das atividades que se apresentam em número bem maior nas grandes corporações.

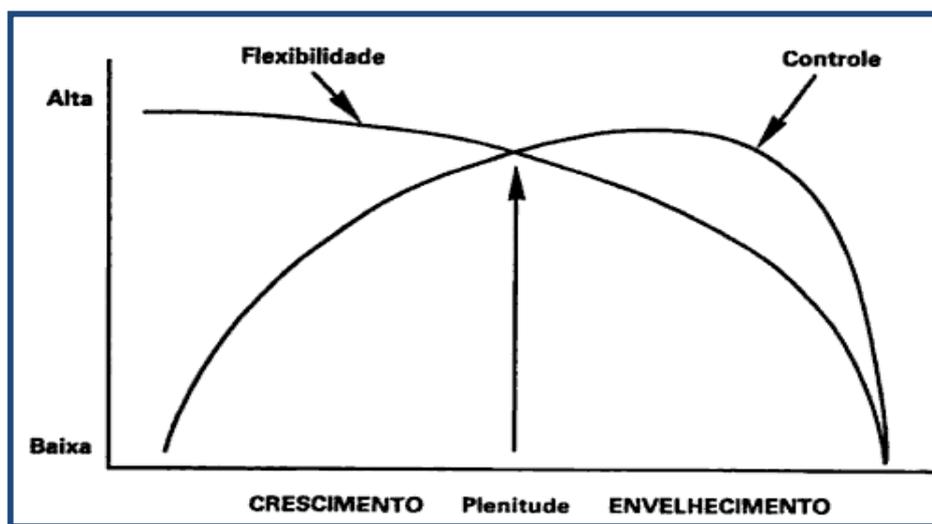


Figura 1: A Natureza do Crescimento e do Envelhecimento
FONTE: ADIZES, 1998, p.3

A Figura 2 resume como seria a evolução sob estes aspectos (flexibilidade e controle). Vale salientar que “quando uma organização é ao mesmo tempo flexível e controlável, ela não é nem jovem nem velha demais”. Esta fase é denominada por Adizes (1998, p. 3) de *Plenitude*, no qual a empresa pode se dar ao luxo de mudar sua direção conforme sua vontade, por isso, o foco da gerência é fazer com que a organização atinja a plenitude e se mantenha lá.

Para o autor, o ciclo de vida das organizações é compreendido nas seguintes etapas:

- **Namoro** – Esta é a etapa da concepção da empresa, é quando ela surge na mente do seu idealizador e também onde são definidos os primeiros passos a serem dados em direção a sua constituição. A

empolgação do fundador é marcante, a vontade de que sua idéia seja concretizada é tamanha que o mesmo passa a vendê-la, todavia, depende principalmente do seu compromisso e determinação. Talvez um *insight* pelo qual se apaixonou, contudo para esse *affair* tenha continuidade o fator primordial é o *comprometimento do fundador*. Como ainda não há nada sólido é comum haver dúvidas e questionamentos e, para que se evolua ao estágio seguinte (*Infância*) é *mister* que se tenha consciência acerca dos riscos que serão assumidos. Nesta etapa o fundador é a “figura marcante”, tudo depende dele. *É assim que, na maioria dos casos, surgem os micro e pequenos negócios na mente do empreendedor.*

- **Infância** – Agora a empresa já existe e deixou de ser apenas uma ideia (nasceu) e, se isto ocorreu é porque os riscos do negócio foram assumidos de fato pelo fundador. Nesta etapa, uma vez que os fluxos de caixa iniciais são negativos, o foco principal é reverter esta situação, pois a deficiência maior é de dinheiro, isto é, a empresa necessita de capital de giro para se manter e a determinação e comprometimento do fundador com os objetivos da organização são fatores cruciais para a sua sobrevivência. Aqui começa a se formar a memória organizacional e as experiências adquiridas, que até então são escassas, serão os pilares de sustentação da empresa em direção ao próximo estágio e seu principal problema é o da **subcapitalização**. *Os problemas com o fluxo de caixa são hoje comprovadamente um dos motivos de mortalidade precoce das micro e pequenas empresas.*
- **Toca-Toca** – O problema de fluxo de caixa negativo foi sanado e a empresa começa a engatinhar e as vendas estão aumentando. Com o sucesso da organização fundador e empresa tornam-se arrogantes, muitas vezes, achando-se invencíveis. Nesta fase não se vê problemas, só oportunidades. “Torna-se uma organização *impulsionada* pelas oportunidades, não uma organização *geradora* de oportunidades.” (ADIZES, 1998, p. 37) O foco da vez são as *vendas*

(quanto mais, melhor), contudo, seu aumento exagerado pode gerar descontrole da sua contabilidade de custos. O que é claramente explicado pela Teoria Econômica com a função de Custo Total (*Custos Fixos + Custos Variáveis*) e neste caso específico, o custo marginal ganha destaque, pois, representa o “aumento incremental do custo total que resulta de um acréscimo de uma unidade de produto.” (McGUIGAN; MOYER; HARRIS, 2004, p. 162). O fundador é a figura marcante, ele tem de despertar para o fato de que a organização não deve depender tanto de sua pessoa e iniciar o processo de *Delegação*, sob pena de incorrer no falecimento da instituição. A empresa cresce muito depressa, os focos são dispersos, há deficiência de concentração e enfoque. Tudo é prioridade e, portanto, são necessárias regras e diretrizes para que a organização possa se institucionalizar e evoluir para o estágio seguinte.

- **Adolescência** – É hora de delegar e é indispensável que isto seja feito sem que o controle da situação seja perdido. Nova liderança é necessária para levar a organização a novos horizontes e representa a resolução dos problemas atuais e preparação para os futuros desafios. Aqui se vislumbra a mudança da cultura organizacional e a empresa passa a ser mais *profissional*, isto significa trabalhar para gerar oportunidade e não mais agir por impulso. A intuição cede lugar ao profissionalismo. A empresa neste estágio atingiu tamanho adequado para que sua estrutura seja organizada e suas diretrizes documentadas. A empresa cresceu, contudo para os olhos do fundador, muitas vezes ela ainda não deixou de ser uma criança, mas agora começa a dar indícios de que as regras precisam ser estabelecidas, por essa razão vários conflitos são traçados entre o administrador e o fundador que o contratou. O conflito atinge várias dimensões:
 - *A velha guarda e a nova guarda.*
 - *O fundador e o gerente profissional.*
 - *O fundador e a empresa.*

- *As metas da empresa e as metas individuais.*

Numa organização Adolescente, é normal haver conflito nas três dimensões mencionadas acima. A patologia ocorre quando o conflito resultar numa perda crítica de confiança e do respeito mútuos entre aqueles que detêm o controle formal e informal do processo decisório da empresa. (ADIZES, 1998, p. 60)

- **Plenitude** – A organização tem o equilíbrio e sabe o que quer aonde ir e como irá atingir os seus objetivos. Nesta fase a empresa se encontra no auge e executa suas ações conforme planejado. Porém, não diferente dos outros estágios (o que é normal), também tem problemas. Os problemas no crescimento das organizações são um mal necessário e alertam os seus administradores (fundadores/gerentes) do que ela está precisando para se aperfeiçoar e evoluir. Quando os problemas surgem a luz amarela do sinal está acesa exigindo atenção e providências, um deles está associado à escassez de pessoal treinado. Diferentemente dos seres vivos, a plenitude nas organizações não significa que ela está envelhecendo e que não permanecerá no ápice por muito tempo, mas que ainda está em fase de crescimento. Desta forma, a plenitude mais um processo e não o “ponto final”, sendo o grande desafio da organização se manter lá. (ADIZES, op. cit. p. 65)
- **Estabilidade** – Embora com força, a empresa começa a perder sua flexibilidade e começa a declinar. Todos os cuidados são tomados para que o que foi conseguido com esforço não seja exposto a riscos. O controle orçamentário é bem maior que nos outros estágios, os gastos são reduzidos para aumentar a lucratividade e o espírito empreendedor já não tem tanto vigor como antigamente. Há maior preocupação com as pessoas e a vontade de se arriscar é cada vez menor. A partir da Plenitude, os estágios seguintes retratam o processo de degradação da organização.

Após atingir a estabilidade, o ideal seria a organização desenvolver ferramentas para se manter nesta etapa, contudo, dada diversidade de ambientes e de estruturas organizacionais, possivelmente, a empresa poderá iniciar o processo de envelhecimento.

- **Aristocracia** – A organização deixa de ser ativa em si mesma, embora continue gerando resultados. A insignificância começa a ganhar espaço e o comportamento organizacional mais uma vez passa por mudanças. Ganha força a preocupação com a aparência e o estilo de relacionamento de seus membros. Padrões de comportamento peculiares à fase Aristocracia:
 - *Alta formalidade;*
 - *Ênfase no “como” fazer (know-how);*
 - *Baixa inovação interna;*
 - *Uma vez que os recursos financeiros são satisfatórios, é muito comum neste estágio que a organização seja alvo de fusões e/ou aquisições.*

- **Burocracia Incipiente** – A falta de inovação prolongada e a despreocupação realista com os resultados vêm afetar negativamente o desempenho da organização, cuja estratégia para a obtenção de lucros era, até então, a elevação de preços. A demanda pelo produto acaba por perder a sua elasticidade, por conseguinte, as receitas diminuem em detrimento da redução da fatia de mercado. Agora se procura o culpado pela situação na qual a empresa está (*paranoia gerencial*).

- **Burocracia** – Neste estágio só se existem sistemas, estruturas, normas e procedimentos. Praticamente a organização se enrijeceu. A mudança e inovação são coisas do passado e comunicação formal torna-se uma característica marcante dessas organizações. “A

Burocracia vive de rituais, não da razão.” Não existe cooperação e o trabalho em equipe torna-se cada vez mais difícil de mobilizar.

- **Morte** – Em muitas organizações burocráticas a morte pode levar anos para ocorrer. Isto se dá porque na maioria dos casos a sobrevivência destas está estritamente ligada aos interesses e apoio políticos e não porque os clientes são fiéis aos seus produtos ou serviços e nem pelo comprometimento que a empresa tem para com os seus clientes. “A morte ocorre quando ninguém mais tem um compromisso com a organização.” (ADIZES, op. cit. p. 93)

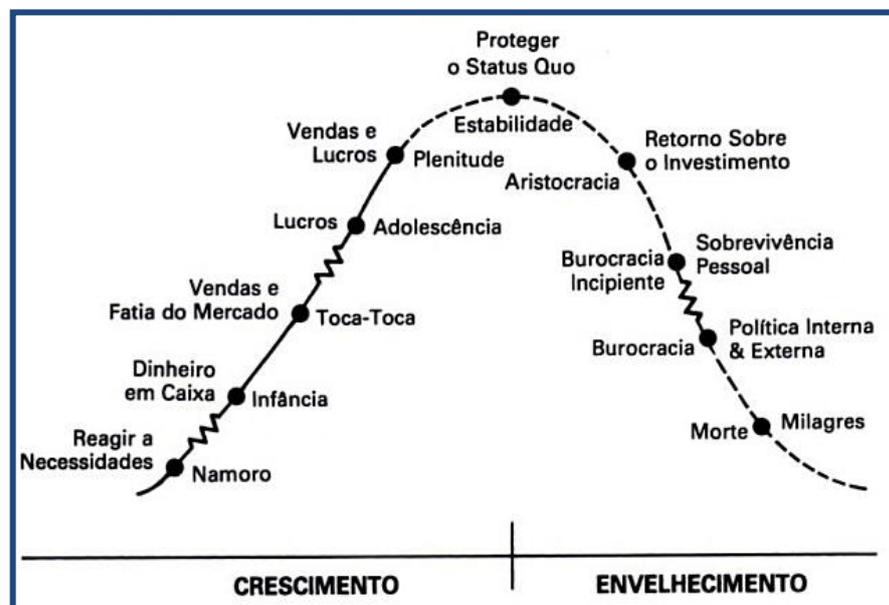


Figura 2: Metas ao Longo do Ciclo de Vida
FONTE: ADIZES, 1998, p.113.

3.2.3 Ciclos de Vida segundo Greiner – Evolução e Revolução

Greiner (1998) tentou compreender o desenvolvimento dinâmico das organizações demonstrando que as forças históricas, de fato, moldam o desenvolvimento e o crescimento futuro das organizações. Mais uma vez fazendo analogia ao comportamento humano, as organizações aprendem com os acontecimentos e experiências anteriores, e, não com o que está *adiante*.

Para ele, as organizações passam por períodos alternados de *evolução* e *revolução*, ou seja, estágios prolongados de crescimento (sem quaisquer problemas que afetem as práticas da empresa) seguidos de períodos de turbulências substanciais. E assim sucessivamente cada período evolutivo cria sua própria revolução.

Segundo o autor, quatro dimensões-chave influenciam consideravelmente o desenvolvimento da organização:

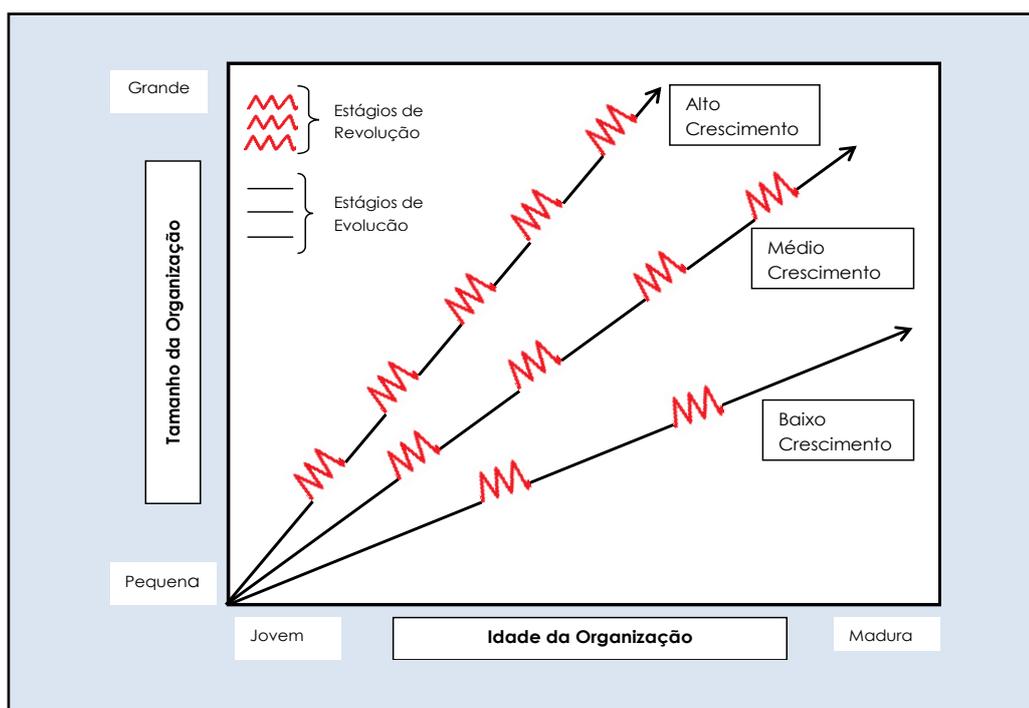


Figura 3: Modelo de Desenvolvimento Organizacional
FONTE: Adaptado de Greiner (1998)

Idade – Logicamente, em todo ciclo de vida, a idade é o fator de maior destaque e sua presença é indiscutível. A linha do tempo serve como referência para selecionar pontos em sua trajetória para então realizar comparações para entender o comportamento evolutivo da organização, sob essa perspectiva pode-se dizer que uma empresa não mantém as mesmas práticas durante um longo período de tempo.

Tamanho – A complexidade dos problemas de uma organização evolui na medida em que aumenta a produção, o número de funcionários e,

consequentemente, sua estrutura. Da mesma forma, as soluções a serem tomadas acompanham a mesma dinâmica dos problemas.

Estágios de Evolução – À medida que amadurece, o normal acontecer é a empresa aumentar de tamanho. Os períodos em que a empresa cresce continuamente e sem transtornos ou quaisquer perturbações que abalem sua estrutura e sem reveses econômicos, Greiner classifica como *Estágios de Evolução*.

Estágios de Revolução – O crescimento de uma organização não ocorre de forma linear e segundo o estudo realizado por Greiner (1998), há indícios de que períodos de turbulências são alternados entre períodos de evolução suave.

Taxa de crescimento – É estabelecida forte relação entre o ambiente de mercado e a velocidade com que a empresa evolui, ou seja, com a qual passa pelos estágios de crescimento. Um mercado em rápido crescimento reflete o mesmo comportamento nas organizações que compõem sua estrutura. Os períodos evolutivos são menores em mercados em rápido desenvolvimento e mais prolongados em mercados de lento crescimento.

As dimensões detalhadas anteriormente estão agrupadas na Figura 4, para melhor compreensão entre suas correlações.

Considerando as dimensões de Greiner, as fases pelas quais a organização passa em seu processo de desenvolvimento são essencialmente determinadas por sua história. Cada período evolutivo apresenta um estilo de gestão predominante, ao passo que cada período revolucionário está associado a um determinado problema de gestão dominante da fase que o antecede.

Fases propostas por Greiner e suas **Crises**:

Fase 1 - CRIATIVIDADE – “A maioria das empresas parece ser formada por um impulso de uma personalidade criativa” (MILLER, 1990). Esta fase representa marca o início da organização, onde o foco está em criar um produto e em ganhar mercado. Comunicações e estrutura extremamente informais e o controle ocorre ainda apenas pela percepção dos feedbacks do mercado. *Várias horas de trabalhos são direcionadas para o alcance do objetivo com a esperança do benefício de propriedade.*

Crise de LIDERANÇA – Com o crescimento mais funcionários são contratados e a comunicação informação já não é eficiente, novos mecanismos de controle contábil e financeiro são exigidos. A gerência tende a agir como no passado, daí os conflitos entre os líderes começa a ser cada vez mais frequente.

Fase 2 – DIREÇÃO – A estrutura da organização evoluiu e passou a ser mais especializada (funcional) e com comunicação mais formal. Sistema de controle contábil/financeiro e de recompensas são instalados. “Os supervisores são tratados mais como especialistas funcionais do que como gestores autônomos em suas decisões.” (GREINER, 1998)

Crise de AUTONOMIA – Ocorre quando os gerentes de nível inferior começam a demandar maior autonomia. Como solução a empresa recorre à **delegação**.

Fase 3 – DELEGAÇÃO - Com estrutura e comunicação formalizadas, nesta etapa, maiores responsabilidades são atribuídas aos gestores intermediários.

Crise de CONTROLE – Com a liberdade que foi dada, a alta gerência percebe que, de certo modo, está perdendo o controle da situação. A perturbação causada como consequência da autonomia começa a dar indícios de desequilíbrio e exige da administração medidas para solucioná-la, isto é, um novo estilo de gestão.

Fase 4 – COORDENAÇÃO – Neste período evolucionário novas diretrizes (formais) para coordenação das atividades são estabelecidas. Estrutura é divisional e o planejamento formal (procedimentos e controle) são revisados periodicamente e, concomitantemente, um maior controle do capital investido é aplicado (alocação eficiente).

Crise de BUROCRACIA(red tape crisis) – Com o tempo a utilidade dos sistemas e programas desenvolvidos na revolução da fase anterior passa a ser questionada, pois seu uso, neste estágio está sendo exacerbado. “Em suma, a organização tornou-se muito grande e complexa para ser gerida pelo uso formal de programas e sistemas rígidos.” (GREINER, 1998)

Fase 5 – COLABORAÇÃO – A abordagem assumida pela alta gerência assume caráter mais comportamental e flexível que nas anteriores. São palavras-chave nessa etapa: Controle Social, Auto-disciplina, espontaneidade e colaboração interpessoal. Há incentivo para que novas práticas sejam desenvolvidas em toda a organização.

Crise (?) SATURAÇÃO PSICOLÓGICA – Em função das fortes pressões por *soluções inovadoras*, nesta etapa, a energia precisa ser renovada. Suas palavras-chave são: revitalização, reflexão e descanso. Segundo o autor, o problema de saturação poderia ser resolvido com a criação de uma nova estrutura que favorecesse a renovação psicológica de seus colaboradores.

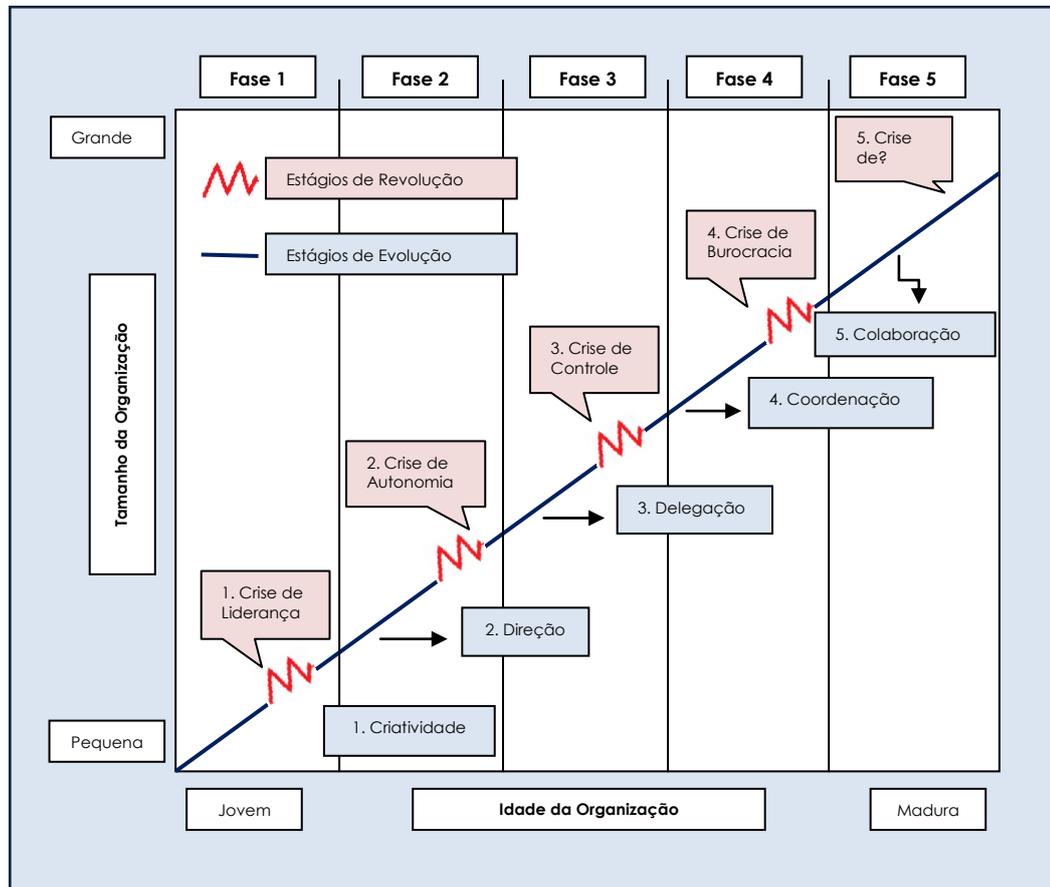


Figura 4: As Cinco Fases do Crescimento
FONTE: Adaptado de Greiner (1988)

Em suma, a cada nova etapa apreciada por uma organização, a estratégia utilizada e o estilo de gestão diferem do utilizado na fase anterior, cabe entender que o estilo gerencial empregado gerará crises e, conseqüentemente uma solução, que por sua vez, não pode ser a mesma aplicada no estágio antecedente. Uma nova dinâmica de gerenciamento surge na medida em que os degraus de evolução são vivenciados.

Compreender em que etapa a organização está e desenvolver elementos que realmente sejam necessários ao seu progresso e evolução não é uma tarefa tão complexa quanto parece. O que se precisa é parar, avaliar e delimitar (no espaço e tempo) os problemas que estão em evidência e, a partir elaborar instrumentos para eliminá-los de modo a prolongar longevidade do empreendimento, pois o que está em jogo é a sobrevivência.

3.2.4 Ciclos de Vida segundo Lester, Parnell e Carraher

Por apresentar estudo empírico acerca da sobrevivência das organizações o modelo sugerido por Lester, Parnell e Carraher (2008) foi escolhido para aplicação em nosso estudo. Seu modelo, da mesma forma, que a maioria dos modelos propostos pela academia, também retrata o ciclo de vida das organizações em analogia com o ciclo de vida dos seres vivos, considerando a trajetória que vai do nascimento à morte.

A metodologia proposta em cinco estágios por Lester, Parnell e Carraher (2003) corrobora as pesquisas predominantes nos estudos organizacionais sobre ciclo de vida. Os autores desenvolveram uma escala para classificar as organizações, e com base no modelo proposto, foi desenvolvido um instrumento empírico para classificar e identificar os estágios do ciclo de vida organizacional, a partir de uma escala de vinte itens que buscou captar a percepção dos gestores sobre a posição das suas empresas no contexto do ciclo de vida. As variáveis utilizadas na escala foram: a estrutura da organização, o tamanho da empresa, o processamento das informações e o processo de tomada de decisão. Vale ressaltar que as escalas propostas pelos autores foram validadas por meio de testes estatísticos. (CORREIA *et al*, 2011)

Similarmente a Greiner, os autores também nos apresentam um ciclo de vida sistematizado em cinco etapas: *I) Existência; II) Sobrevivência; III) Sucesso; IV) Renovação e V) Declínio.*

I) Existência ou Nascimento: É o estágio onde as características do empreendedor são postas em ação, por isso, é também chamado de empreendedor ou nascimento. É o ponto de partida do negócio e o seu principal direcionamento está voltado à viabilidade do negócio. A propriedade da empresa se limita a um pequeno número de pessoas senão, um único proprietário, assim também é a tomada de decisão.

II) Sobrevivência: Aqui a busca pela sobrevivência toma as rédeas na condução do empreendimento. Começam a ser estabelecida uma estrutura formal e as suas próprias competências distintivas. Assegurando a sobrevivência, crescendo e se desenvolvendo, a organização pode chegar à maturidade.

III) Sucesso: Dado o tamanho da organização neste estágio, há predominância de uma estrutura formalizada, com maior controle exercido por instrumentos burocráticos.

IV) Renovação: A organização sente a necessidade de maior colaboração e criatividade, pelo fato de sua evolução em direção a burocracia e ao controle, propiciar, de certo modo, uma redução destes dois elementos tão importantes ao seu equilíbrio. Então, busca-se a promoção do trabalho em equipe incentivando a criatividade e a cooperação. Estes incentivos, na maioria das situações, são promovidos mediante a constituição de uma estrutura matricial e pela descentralização da tomada de decisões.

V) Declínio: Como consequência das modificações inseridas no estágio anterior, os indivíduos que fazem parte da organização passam a colocar os objetivos pessoais a frente dos objetivos organizacionais, em função disso, apresenta características do enfraquecimento do poder e decadência política e, com isso, a organização pode ser levada à morte.

Portanto, utilizamos o modelo de Lester, Parnell e Carraher (2008), pelos mesmos motivos elencados por Correia et al (2011), os quais transcrevemos a seguir:

- a) Apresenta uma escala estatisticamente validada;
- b) É um modelo abrangente e que pode ser aplicado em qualquer tipo de organização, ***independente do porte ou tamanho***;
- c) Incorpora as melhores características dos principais modelos;
- d) Reconhece o estágio de declínio, como uma fase independente das demais.

3.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

3.3.1 Natureza da Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional é a representação formal das relações de uma determinada organização, considerando todos os seus recursos e fluxos e sob estes aspectos abrange e estabelece as conexões entre os indivíduos que participam da empresa, obviamente de modo que se ajuste aos seus objetivos.

Segundo Gil e Gameiro (2009, p. 3), três pilares sustentam a definição da estrutura de qualquer empresa, a saber:

- ↳ Formalização
- ↳ Centralização
- ↳ Complexidade

Formalização: Para Robbins (1990) está relacionada ao grau de padronização de execução dos trabalhos e tarefas, as quais possuem descrição detalhada e precisa que deve ser seguido à risca, o que para Gil e Gameiro (2009), diminui consideravelmente a incerteza administrativa. Segundo DuBrin, Cook e Leal (2003, p. 328), “é o grau para o qual as expectativas quanto aos métodos de trabalho são especificadas, registradas por escrito e aplicadas.” A figura seguinte demonstra claramente o grau de formalização em função do número de regras e procedimentos de qualquer organização.

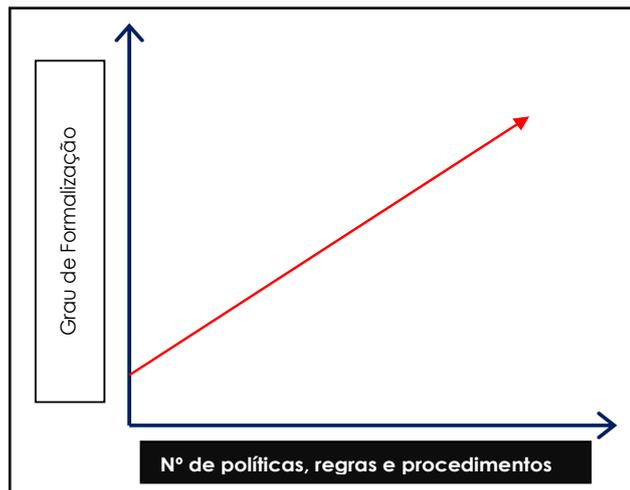


Figura 5 - Grau de formalização X nº de políticas, regras e procedimentos.
FONTE: Adaptado de DuBrin, Cook e Leal (2003)

Centralização: Representa quão dispersa está a autoridade que responde pelo poder decisório, o que para DuBrin, Cook e Leal (2003, *loc. cit*), “refere-se ao limite em que os executivos delegam autoridade para as unidades organizacionais inferiores. Quanto menor o volume de delegação, mais centralizada é a organização.” De acordo com o seu grau poderá facilitar ou não o controle e a coordenação das tarefas realizadas na empresa. De acordo com o Mintzberg (1995), classificar uma organização como centralizada ou descentralizada não pode ocorrer de forma absoluta, pois, esse enquadramento varia numa escala contínua, e o que podemos dizer é que uma determinada organização é mais ou menos centralizada que outra.

Complexidade: O nível de complexidade de uma empresa é mensurado com base nas seguintes dimensões:

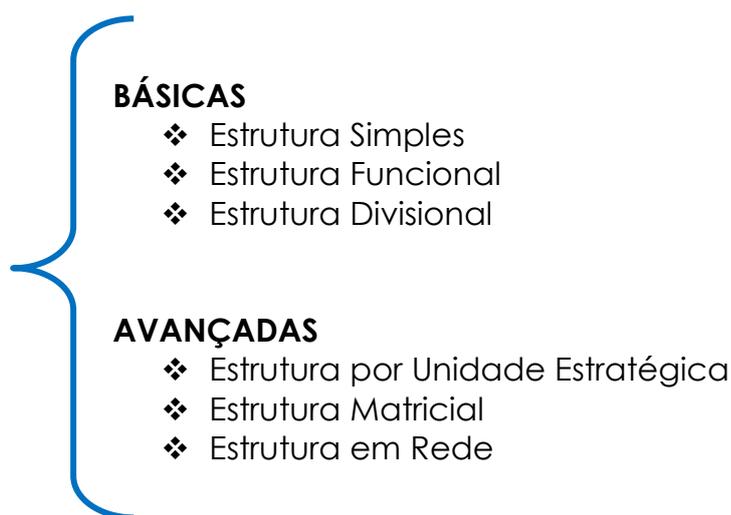
Dispersão ou diferenciação espacial: Quão distribuída geograficamente a organização atua. Em função disso, corresponde ao número de cargos e unidades organizacionais que a empresa possui.

Dispersão ou diferenciação vertical: Está diretamente relacionada ao quantitativo de níveis hierárquicos, bem como, ao grau de especialização dos envolvidos.

Dispersão ou diferenciação horizontal: “Quanto maior o número de ocupações dentro da organização que requerem diferentes conhecimentos e habilidades especializados, mais complexa é a organização” (ROBBINS, 1990). Nesse contexto, podemos considerar que a diferenciação horizontal está intimamente ao nível de especialização das tarefas e à departamentalização.

3.3.2 Macroestruturas

As macroestruturas representam as diretrizes que a organização deve observar estrategicamente em prol do alcance dos seus objetivos. Assim, estas estão divididas em duas categorias distintas: básicas e avançadas. De acordo com Gil e Gameiro (2009, p. 5), as *macroestruturas básicas*, cujas peculiaridades são menos complexas e menos elaboradas, dado o baixo grau de diferenciação, e as *macroestruturas avançadas* que exigem mais detalhes e diferenciação, em função disso, são mais complexas e mais trabalhadas.



- ❖ **Estrutura Simples:** Segundo Gil e Moreira (2009), a presente estrutura é normalmente adotada por empresas de tamanho pequeno, onde todas as decisões principais acerca das diretrizes e objetivos da empresa são tomadas por uma única pessoa e de forma centralizada, que neste caso, pode ser o empresário fundador da empresa, o seu principal e único gestor. Também é

característica peculiar a estruturas simples, o planejamento de curto prazo, em função de sua reduzida complexidade como consequência do tamanho da instituição.

A representação gráfica da estrutura organizacional é o organograma, que para a estrutura simples pode ser desenhado da seguinte forma:

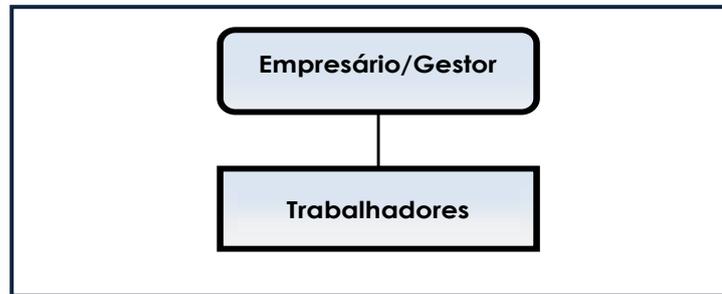


Figura 6 - Exemplo de Organograma Estrutura Simples
FONTE: Adaptado de Loures, Silva e Moreira (2010)

Quadro 6 - Vantagens e Desvantagens - Estrutura Simples

Estrutura Simples	
Vantagens	Desvantagens
<ul style="list-style-type: none">• Extrema flexibilidade• Facilidade de coordenação• Grande dinamismo comercial• Maior rapidez de actuação	<ul style="list-style-type: none">• Pode ser desmotivador para membros mais capazes da empresa• Excessiva dependência dos empresários• Continuidade operacional pode ser afectada

FONTE: Loures, Silva e Moreira (2010)

- ❖ **Estrutura Funcional:** Aumenta-se o grau de especialização na execução e no controle das atividades. Diferentemente da estrutura simples, a dependência de um único gestor já não existe. A empresa que se utiliza desta estrutura já possui tamanho relativamente médio e um mercado mais amplo,

daí a sua aplicação para “empresas com diferentes linhas de produtos e mercados sendo geridas por uma gestão descentralizada”. (GIL; GAMEIRO, 2009, p. 6)

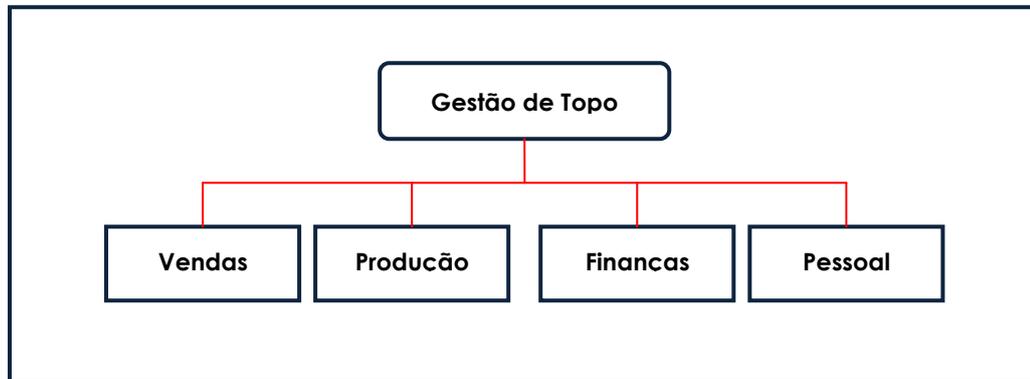


Figura 7 - Organograma de uma Estrutura Funcional
FONTE: Adaptado de Loures, Silva e Moreira (2010)

Embora a estrutura funcional proporcione a utilização eficiente dos recursos em função da economia de escala, proporciona uma lenta e dificultosa comunicação interdepartamental e uma visão restrita dos objetivos organizacionais.

- ❖ **Estrutura Divisional:** Marcada pela existência de divisões para diferentes linhas de produtos e/ou para atender diferentes mercados. Nesta existe um órgão central responsável pela direção e controle de cada divisão em suas tarefas globais.

As grandes vantagens desta estrutura são o facto de a empresa poder crescer sem constrangimentos organizacionais e ter capacidade de fazer o acompanhamento da evolução de novas linhas de produtos ou de mercados. Neste tipo de estrutura vai ocorrer uma maior motivação nos membros q fazem parte da empresa. (GIL; GAMEIRO, 2009, p. 6)

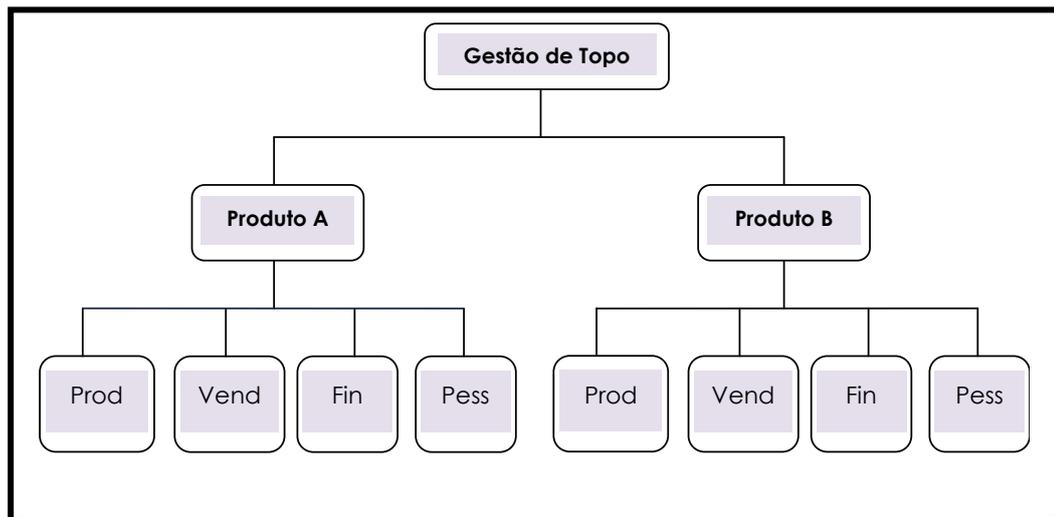


Figura 8 – Organograma Estrutura Divisional
FONTE: Adaptado de Lourdes, Silva e Moreira (2010)

Em função de fornecer uma estrutura que atende a diversos mercados, a divisional possibilita uma resposta mais rápida e mais flexível às variações no ambiente.

- ❖ **Estrutura por Unidade Estratégica de Negócios (UEN):** Ideal para empresas que possuem diversas empresas complementares, por possuírem muitas operações e um quantitativo de indústrias reduzido. Aqui as decisões de maior relevância podem ser de responsabilidade de uma única unidade, sendo mais adequada para empresas de grande porte e a grupos empresariais. Seu impacto sobre a motivação da equipe é positivo, pois, segundo Gil e Gameiro (2009), isso se dá em função do “aproveitamento de efeitos sinérgicos”.

- ❖ **Estrutura Matricial:** Utilizada por grandes empresas que possuem uma grande diversidade de produtos similares e que, ao mesmo tempo atua em vários mercados. “Este tipo de empresas está em melhores condições de captar sinergias estratégicas. [...] A estrutura matricial combina as estruturas funcionais e divisionais que se cruzam e se complementam.” (GIL; GAMEIRO, loc. cit.)

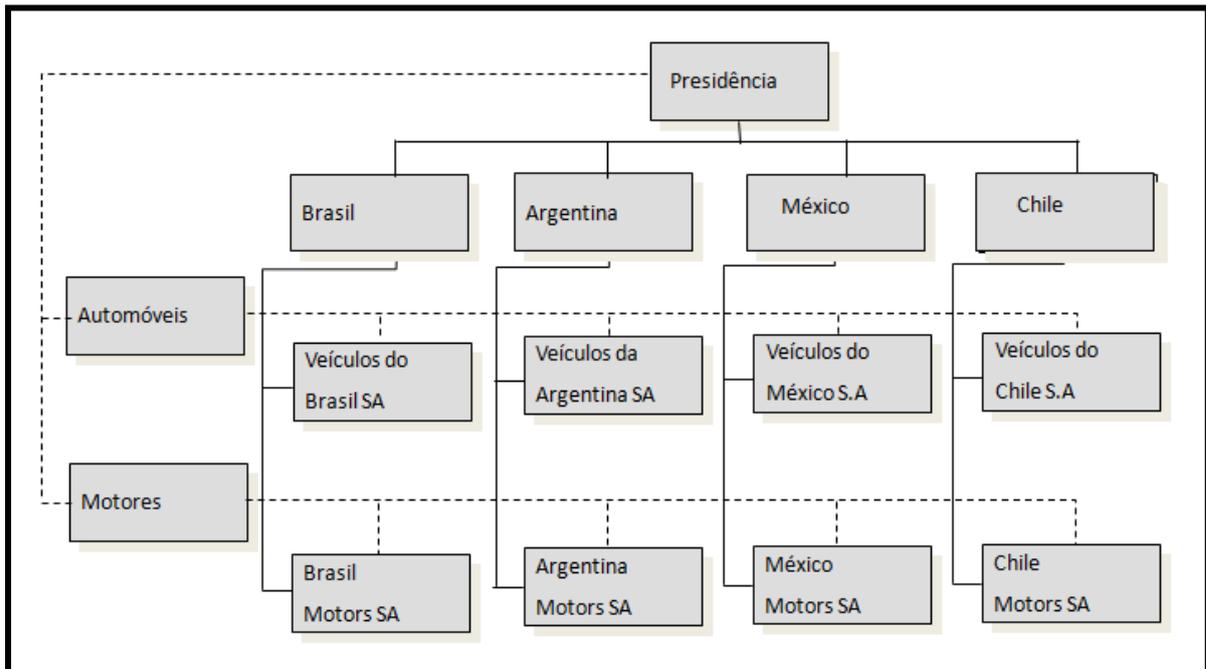


Figura 9 - Estrutura Matricial de uma Empresa Multinacional
 FONTE: Chiavenato (2004)

- ❖ **Estrutura em Rede:** “A estrutura em rede consegue combinar a descentralização da organização com a eficiência da organização funcional aproveitando assim os efeitos sinérgicos da organização matricial.” (GIL; GAMEIRO, loc. cit.) O seu principal escopo é estabelecer conexão de uma só organização com um significativo número de empresas externas e unidades externas e internas de forma complementar, contudo, preservando suas características individuais. Graficamente o organograma dessa relação assemelha-se a uma teia.

4. METODOLOGIA

A ciência é um modo de compreender e analisar o mundo empírico, envolvendo o conjunto de procedimentos e a busca do conhecimento científico através do uso da consciência crítica que levará o pesquisador a distinguir o essencial do superficial e o principal do secundário. (CERVO; BERVIAN, 2002, p. 16)

Para Gil (apud SILVA e MENEZES, 2001, p.25), um “conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos” são necessários para que o objetivo da pesquisa seja alcançado, ou seja, é imprescindível que se utilize os métodos científicos adequados de modo a assegurar a credibilidade ao trabalho científico é considerando esse ponto de vista que delineamos nosso estudo e enfatizando o conhecimento empírico.

4.1 *Tipo de Pesquisa*

Com o intuito de compreender o que ocorre atualmente com as micro e pequenas empresas, o presente estudo é fundamentado em no método indutivo, isto é, será justificada no conhecimento empírico, alicerçado na observação de casos reais.

Através de pesquisa descritiva e exploratória, que segundo (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 63) possibilita a familiarização com o fenômeno sob uma nova perspectiva com a geração de novas ideias e soluções a seu respeito, busca-se esclarecer e descobrir relações existentes entre os componentes que servem de referência para o tema em questão. E, fundamentado num exame minucioso de dados estatísticos, leitura de bibliografias sobre o assunto, artigos e periódicos, verificaremos quais os principais aspectos e variáveis que interferem positivamente e negativamente para o desenvolvimento das micro e pequenas empresas, especificamente, o papel das instituições financeiras.

4.2 Hipóteses

✚ Hipótese Básica

O relacionamento entre as micro e pequenas empresas e as instituições financeiras é essencial para a sua sobrevivência

✚ Hipótese secundária

O crédito obtido junto aos bancos favorece a longevidade das MPEs.

4.3 Amostra²¹

Ao conjunto total dos elementos que possuem as mesmas características a serem analisados e acerca dos quais se procura estabelecer generalizações, denominamos *população* ou *universo*. Como o pesquisador dispõe de tempo e recursos limitados, muitas vezes, quando o tamanho da população atinge amplitude elevada e que sua avaliação como um todo compromete ou foge aos recursos acessíveis ao observador, selecionar um pequeno grupo de indivíduos que fazem parte da população, mais viável as suas condições e recursos de análise. A este pequeno grupo chamamos de *amostra* (LEVIN, 1987).

A população-alvo da presente pesquisa são as micro e pequenas empresas localizadas no município de Vitória de Santo Antão – PE, que em função de não localizarmos nas fontes pesquisadas o quantitativo exato de MPEs por município, utilizaremos a técnica de determinação do tamanho de uma amostra com base na *estimativa da proporção populacional*²², cuja equação é apresentada a seguir:

$$n = \frac{Z_{\alpha/2}^2 \cdot p \cdot q}{E^2} \quad \text{Equação 1}$$

²¹ Erro Amostral = É a diferença entre o resultado amostral e o verdadeiro resultado populacional. Disponível em: http://www.fesppr.br/~centropesq/Calculo_do_tamanho_da_amostra/Tamanho%20da%20Amostra%20-%201.pdf. Acesso em 01 jul. 2011.

²² Segundo Hair *et al* (2010, p. 167), “em situações nas quais estimativas de uma proporção populacional estão em pauta”, a fórmula aqui apresentada é utilizada para definir o tamanho da amostra necessária para análise.

Onde:

- n = Número de indivíduos da amostra
- $Z_{\alpha/2}$ = Valor crítico que corresponde ao grau de confiança desejado.
- p = Proporção populacional de indivíduos que pertence a categoria que estamos interessados em estudar.
- q = Proporção populacional de indivíduos que NÃO pertence a categoria que estamos interessados em estudar ($q = 1 - p$)
- E = Margem de erro ou ERRO MÁXIMO DE ESTIMATIVA. Identifica a diferença máxima entre a PROPORÇÃO AMOSTRAL e a verdadeira PROPORÇÃO POPULACIONAL (p)

O cálculo da amostra foi feito seguindo as seguintes etapas:

- i) Considerando que 99,3% das empresas do interior, conforme SEBRAE (2010, p. 76), estão classificadas como micro e pequenas, para o cálculo da amostra utilizamos para as proporções p e q os valores abaixo.

$$p = 0,993 \Rightarrow 99,3\%$$

$$q = 0,007. \Rightarrow 0,7\%$$

Tabela 6 - Número de Estabelecimentos com e sem empregados no interior segundo porte e setor de atividade - Brasil - 2008

Porte	Indústria	Construção	Comércio	Serviços	TOTAL	Participação
Micro	442.338	138.043	2.170.464	1.071.072	3.821.917	94,7%
Pequena	35.786	7.227	91.503	49.353	183.869	4,6%
Média	7.804	1.296	6.379	5.155	20.634	0,5%
Grande	1.553	186	3.160	4.602	9.501	0,2%
Total	487.481	146.752	2.271.506	1.130.182	4.035.921	100,0%

FONTE: Adaptado de MTE. Rais (apud SEBRAE (org); DIEESE, 2010)

- ii) Fundamentados na tabela abaixo, que trazem os valores de confiança mais utilizados e os valores de Z correspondentes, escolhemos o nível de confiança de 99%.

Quadro 7 - Valores críticos relacionados ao grau de confiança - amostra

Nível de Confiança	α	Valor Crítico $Z_{\alpha/2}$
90%	0,10	1,645
95%	0,05	1,96
99%	0,01	2,575

FONTE: Adaptado e desenvolvido pelo autor com base nos dados secundários

- iii) A margem de erro (E) considerada foi de 1%.

Logo, para os critérios e valores aqui estabelecidos, chegamos ao valor de $n=46,08$, que arredondando para cima obtemos o valor de $n=47$. Portanto, para a situação aqui definida deveremos, no mínimo, aplicar, 47 questionários.

4.4 Limitações

Uma vez que não vislumbramos estudos cuja abordagem tenha o mesmo direcionamento que o nosso uma das dificuldades encontradas foi a mesma vista por Vieira (2007) e que se refere a escassez de informações e dados sobre MPEs por município pois seu registro sistemático a este nível ainda não faz parte da realidade das pesquisas estatísticas. Contudo, quanto a espaço geográficos maiores, estados e a nível nacional, os dados são localizados com maior facilidade. Esperávamos encontrar no www.mpedata.org.br, todavia não logramos o êxito esperado.

“Os dados mais freqüentes fornecidos através de pesquisas normalmente são globais, do país como um todo, regionais e/ou segmentados pelos ramos de atividades como indústria, comércio e serviços.” (VIEIRA, 2007, p. 29)

Outro aspecto, que torna confusa e um tanto quanto difícil, a análise e verificação destas empresas, é a heterogeneidade de critérios para a definição de seu porte.

4.5 Coleta de Dados Primários ⇒ Instrumento de Pesquisa

O instrumento de pesquisa foi formulado em 35 questões e aplicado no centro comercial da cidade de Vitória de Santo Antão – PE, no período de 22/06/2011 a 08/07/2011. Para melhor parametrização das informações, o questionário (APÊNDICE B) foi dividido em três blocos, cada qual com a finalidade de caracterizar as empresas conforme referencial bibliográfico e dados estatísticos, priorizando a classificação no ciclo de vida e o seu relacionamento perante as instituições de crédito (bancos), cuja estrutura encontra-se detalhada mais adiante.

BLOCO 1 ⇒ CICLO DE VIDA ⇒ Replicamos e adaptamos o questionário utilizado por Lester, Parnell e Carraher (2003), composto por 20 questões, para identificar em que etapa do ciclo de vida as empresas respondentes estão. As perguntas abordam informações sobre: estrutura organizacional; processo decisório e fluxo de informações. Objetivando obter a graduação da opinião numa escala ordinal que varia de 1 a 5 e o grau de concordância com cada afirmativa, as empresas terão cinco opções de resposta: DT = Discordo Totalmente (1); D = Discordo (2); NDNC = Nem Discordo, Nem Concordo (3); C= Concordo (4) e CT = Concordo Totalmente (5).

Antes da aplicação de fato, realizamos pré-teste empregando o questionário na versão original traduzida (APÊNDICE A), contudo, percebemos certa dificuldade dos entrevistados em compreendê-lo por exigir maior atenção e por sua complexidade, justificada pelo fato de se tratar de assunto específico cujas diretrizes exigem maior conhecimento sobre o assunto.

Uma vez detectada essa fragilidade, e, sob o argumento de que “as questões devem ser pertinentes ao objeto e claramente formuladas, de modo a serem bem compreendidas pelo sujeito” (SEVERINO, 2007, p. 125) ajustamos a linguagem das declarações. Deste modo, sua interpretação mais bem assimilada com o propósito de não comprometer a graduação (1 a 5) e, por conseguinte, os dados amostrais, evitando o favorecimento de distorções.

BLOCO 2 ⇒ PERFIL DA EMPRESA ⇒ É composto por 04 questões de múltipla escolha que abordam características socioeconômicas para complementar nossa

análise.

Alicerçado no critério utilizado pela Receita Federal para definir o porte das empresas, trabalhamos com os mesmos valores, pois em nosso questionário incluímos o campo CNPJ para que as empresas nos forneçam o número no intuito confirmar junto aos sites relacionados (Receita Federal e SINTEGRA) as informações que nos foram repassadas mediante preenchimento.

Além do porte, informações sobre o setor de atividade, quantitativo de funcionários e idade da empresa são solicitados neste bloco. Tais informações de caráter socioeconômico servirão de base para análise dos dados quando confrontados com os coletados junto ao SEBRAE e Ministério do trabalho e emprego.

BLOCO 3 ⇒ **EMPRESAS X INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS** ⇒ Bloco composto por 11 questões, sendo 08 de múltipla escolha, 01 questão aberta e 02 dicotômicas acerca do relacionamento entre empresas e bancos.

Buscamos nos deter aos aspectos voltados ao relacionamento das empresas com as instituições financeiras. Incluindo itens relacionados aos recursos disponíveis no momento de sua constituição e sua atual necessidade de capital; ousamos indagá-las também sobre questões relacionadas à obtenção e necessidade de crédito no momento atual bem como, se o financiamento e/ou empréstimo veio a comprometer sua liquidez, entendemos que para avaliar essa questão, um maior detalhamento da situação financeira/contábil tem de ser observado, mediante da análise de balanço e dos fluxos de caixa. Contudo, nesta etapa, nos interessa a percepção que o empreendedor e empresário tem dessa realidade, logicamente, em outro momento estas questões serão cruzadas com dados reais para percebermos o grau da divergência ou não de informações.

De posse dos dados tabulados, realizaremos inferências acerca do tema em questão vislumbrando as hipóteses aqui sugeridas.

4.6 Delimitação do Estudo

4.6.1 Perfil do Município

O município de Vitória de Santo Antão situa-se na Zona da Mata do estado de Pernambuco e, segundo censo do IBGE 2010, possui uma área territorial de 371.803 Km² e uma população de 129.974 habitantes. Situado a aproximadamente 50 km da capital Recife, o município apresenta um PIB de R\$ 866.885 mil (censo 2008) e atendida por seis bancos: Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Bradesco, Caixa Econômica, Santander e Itaú.

Em relação à quantidade de empresas, o município possui um conglomerado de 1.666 (censo 2009), dentre os quais, não conseguimos obter o quantitativo exato de micro e pequenas, pelo fato de não se acharem disponíveis tais dados por município. Contudo, se tomarmos como referência os percentuais de estabelecimentos de micro e pequeno porte apresentada pelo SEBRAE (2010), ou seja, 99%, chegaríamos a aproximadamente, 1.649 empresas enquadradas como MPEs. Em função disto nossa amostra foi calculada com base na estimativa da proporção populacional, que nos sugeriu uma amostra de 47 empresas, todavia, foram entrevistadas 69 empresas no centro comercial da cidade mediante instrumento de pesquisa que consta do Apêndice A deste trabalho. Com a duplicação da BR-232, o volume de negócios no município cresceu consideravelmente, recentemente, teve a instalação de empresas de grande porte tais, como Sadia, Kraft Foods e Isoeste. Vitória, em função de sua localização estratégica e privilegiada, vem sendo indicada como destino de novos empreendimentos..

4.6.2 Perfil das MPEs em Vitória de Santo Antão (VSA)

Foram distribuídos 80 questionários durante o mês de julho de 2011, que solicitamos o preenchimento pelo dono do negócio, contudo, 11 se negaram a responder, pois existe ainda certo receio em repassar informações sobre sua

empresa. Dentre as 68 micro e pequenas empresas entrevistadas **73,53%** desempenham atividades de comércio, 14,71% voltam-se ao setor de serviços e 11,76% exercem as atividades de comércio e serviços ao mesmo tempo.

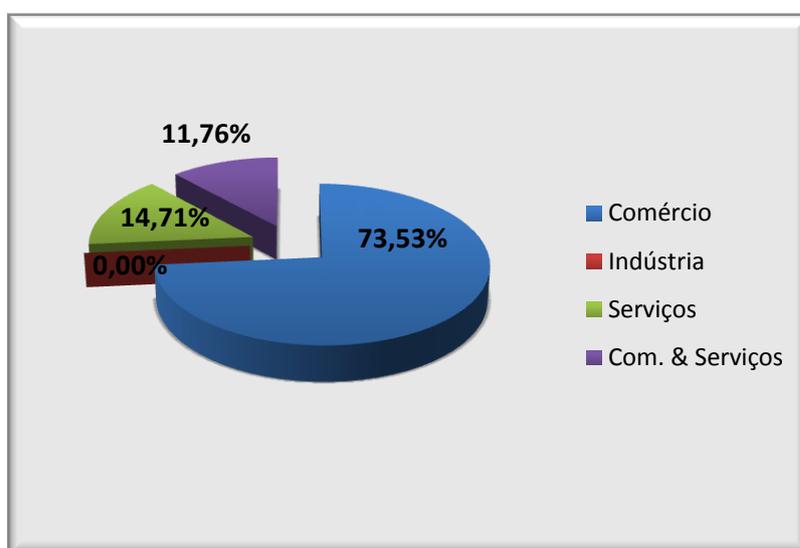


Gráfico 7 - Setores de Atividade do Município

FONTE: Adaptado e desenvolvido pelo autor com base nos dados primários

O que confirmado pelos dados produzidos pelo Sebrae (2010) nas estatísticas para o interior dos estados, demonstrando uma predominância das atividades do comércio.

Para identificação do porte, trabalhamos com o critério legal que define a o regime de tributação fundamentado na receita bruta anual. Com base nele, constatamos que a participação das micro e pequenas empresas no município representam, conforme demonstrado no gráfico a seguir, 91% dos negócios ativos. Percebemos também a presença do Microempreendedor Individual, identificado em 7% dos micro e pequenos negócios, até então marginalizados perante as políticas e benefícios sociais, por estarem desconhecidos. Com a Lei Complementar 128/2008 começam a fazer parte das estatísticas e, dessa forma, ganha o microempreendedor que passa a ser favorecido com privilégios tributários e creditícios e ganha o governo que passa a desenvolver e implementar políticas mais eficazes em função de um melhor direcionamento estratégico. Com relação ao porte, tomamos o cuidado de solicitar aos entrevistados que informassem o CNPJ da empresa, e, para

atribuir maior confiança à nossa pesquisa, realizamos a consulta dos mesmos foram diretamente no site da Receita Federal.

Percebemos também certa dificuldade dos empresários em identificar o porte de sua empresa em muitos casos assinalaram de forma incorreta, porém quando recorremos ao sítio da Receita Federal para confirmar o seu porte, percebemos a divergência e efetuamos a correção. Esse fato reforça também a falta de conhecimento do empresário acerca das principais características de seu negócio.

Tabela 7 - Número de Estabelecimentos por Setor para as MPEs no Interior – 2008

Setor	QTDE	%
Indústria	478.124	11,94%
Construção	145.270	3,63%
Comércio	2.261.967	56,47%
Serviços	1.120.425	27,97%
TOTAL	4.005.786	100,00%

FONTE: Adaptado de MTE. Rais (apud SEBRAE (org); DIEESE, 2010)

Com relação às idades das empresas, o nível de sobrevivência supera a média estimada pelo Sebrae. No município de Vitória, **81,16%** das empresas pesquisadas já estão em atividades por mais de dois anos e **42,03%** sobrevivem por mais de dez anos. Logo, podemos perceber que predomina na economia vitorriense a existência de empresas relativamente tradicionais. Interessante observar que das 29 empresas que sobrevivem mais de 10 anos, cerca de 82,61% utilizou na abertura de seu negócio apenas recursos próprios não recorrendo a empréstimos e/ou financiamento bancários e 44,93% afirmaram que nunca obtiveram operação de crédito junto aos bancos e 39,13% recorreram a crédito bancário a título de capital de giro.

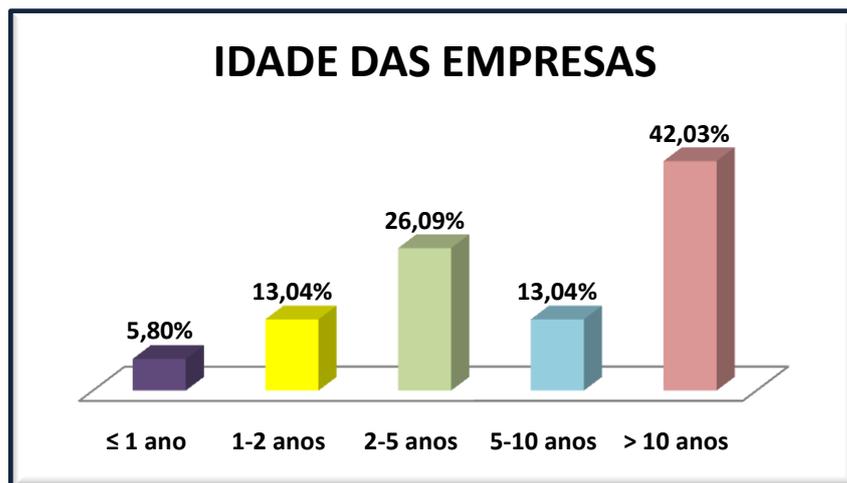


Gráfico 8 – Sobrevivência das MPEs em Vitória de Santo Antão
FONTE: Elaborado desenvolvido pelo autor com base nos dados primários

Com relação à geração de empregos, sem sombra de dúvidas, estas organizações têm papel relevante na economia, pois, em nossa pesquisa constatamos que apenas 1,45% das MPEs não contrataram ninguém, funcionando unicamente com o seu proprietário e a maioria, 62,32%, possuem de 1 a 5 empregados.

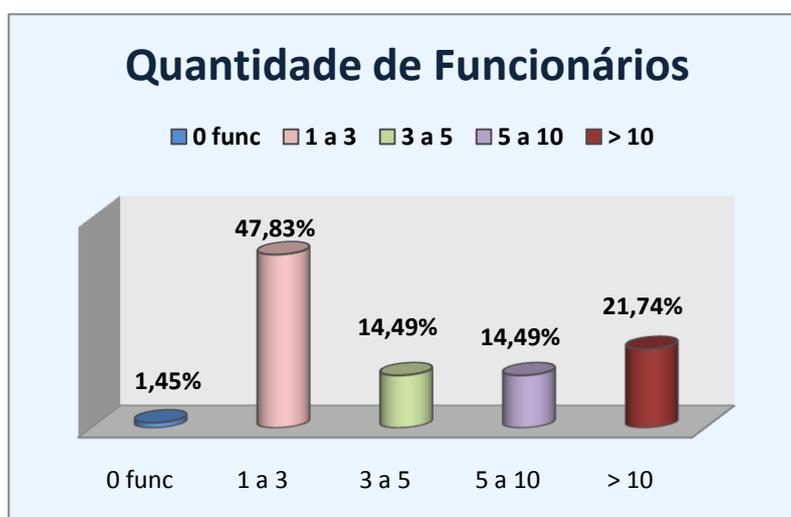


Gráfico 9 - Quantitativo de pessoas empregadas em nºs relativos
FONTE: Elaborado pela autora com base nos dados primários

Nosso estudo comprova o que a literatura aqui apresentada menciona principalmente no que tange à participação desse segmento na economia como um todo e na geração de empregos, ratificando o seu papel socioeconômico.

4.6.3 Definição do Ciclo de Vida das MPEs de VSA

Da mesma forma que Correia *et. al.* (2011), utilizamos, para identificar o estágio do ciclo de vida em que as empresas se encontram com o questionário utilizado por Lester, Parnell e Carraher (2008) em sua sequencia original sem a identificação dos estágios.

Para analisar os dados da pesquisa e identificar os estágios do ciclo de vida organizacional das empresas, o questionário foi segregado em cinco escalas que foram constituídas por quatro variáveis cada uma, as quais formam os constructos para identificar os estágios, como proposto por Lester, Parnell e Carraher (2003) [...] (CORREIA *et. al.*, 2011)

O construto, segundo Hair et al (2010, p. 177), “é um conceito inobservável, medido indiretamente por um grupo de variáveis relacionadas.” Cada construto é desenvolvido identificando as características que determinam o conceito estudado e as variáveis envolvidas.

O quadro 8 abaixo apresenta as variáveis propostas por Lester, Parnell e Carraher que compõem o constructo da etapa nascimento, composta pelas declarações utilizadas no instrumento de pesquisa:

Quadro 8 - Constructo Estágio Nascimento

DECLARAÇÃO/AFIRMATIVA	Estágio
1. A nossa organização é pequena em tamanho, quando comparada com nossos concorrentes	Nascimento
4. O poder decisório de <i>está nas mãos</i> do(s) fundador (es) da empresa	Nascimento
7. Nossa estrutura organizacional é caracterizada como simples	Nascimento
12. O processamento de informações pode ser descrito como simples, principalmente no estilo “boca a boca” (sem formalização)	Nascimento

FONTE: Adaptado de Lester; Parnell; Carraher, 2008

No Quadro 9 adiante temos os elementos que caracterizam o constructo Crescimento.

Quadro 9 - Constructo Estágio Crescimento

DECLARAÇÃO/AFIRMATIVA	Estágio
5. O poder decisório da organização é <i>dividido</i> entre vários proprietários e investidores	Crescimento
11. Em nosso quadro de funcionários temos profissionais especializados (contadores, engenheiros, administradores, arquitetos etc.) e, por isso, nos tornamos diferenciados	Crescimento
13. O processamento de informações é utilizado para acompanhar como a empresa está se saindo (desempenho) e para facilitar a comunicação entre os departamentos (Financeiro, de Vendas, Marketing etc.)	Crescimento
18. A maioria das decisões da empresa é tomada <i>por grupos de gestores</i> que se utilizam de alguma análise sistemática que ainda é superficial	Crescimento

FONTE: Adaptado de Lester; Parnell; Carraher, 2008

Logo abaixo, trazemos ao conhecimento as variáveis que caracterizam o constructo Maturidade.

Quadro 10- Constructo Estágio Maturidade

DECLARAÇÃO/AFIRMATIVA	Estágio
2. Como empresa, somos maiores do que a maioria dos nossos concorrentes, mas não tão grandes como deveríamos ser	Maturidade
6. O poder decisório <i>está nas mãos</i> de um grande número de acionistas	Maturidade
8. A estrutura organizacional é baseada em vários departamentos cada um com uma atribuição diferente (Exemplo: Departamento Financeiro, Departamento de Vendas etc.)	Maturidade
14. O processamento de informações é sofisticado (Exemplo: Informatizado, formalizado) necessário para a eficiência da produção e para atingir os resultados desejados	Maturidade

FONTE: Adaptado de Lester; Parnell; Carraher, 2008

No Quadro 11 seguinte, temos os elementos que caracterizam o constructo Renovação:

Quadro 11 - Constructo Estágio Renovação

DECLARAÇÃO/AFIRMATIVA	Estágio
3. Somos uma organização com diretores respondendo para acionistas	Renovação
9. A estrutura organizacional da empresa é divisional (Exemplo: Departamento de Pintura, Departamento de Confecção Infantil, Setor que atende Pombos, Setor que atende Vitória etc.) com sofisticado sistema de controle	Renovação
15. O processamento de informações é muito complexo (está relacionado a vários processos com grande número de informações a serem detalhadas) e utilizado para coordenar diversas atividades para melhor atender ao mercado	Renovação
19. A maioria das decisões da empresa é tomada por grupos de gestores, grupos de trabalho e equipes de projetos que tentam facilitar o crescimento através da participação	Renovação

FONTE: Adaptado de Lester; Parnell; Carraher, 2008

A seguir, no Quadro 12, temos os elementos que definem o constructo Declínio:

Quadro 12 - Constructo Estágio Declínio

DECLARAÇÃO/AFIRMATIVA	Estágio
10. A estrutura organizacional é centralizada (decisões são tomadas somente pela gerência sem o envolvimento de outras pessoas) e com poucos sistemas de controle	Declínio
16. O processamento de informações não é muito sofisticado e mal utilizado	Declínio
17. As decisões são tomadas pela alta administração e seu processo é considerado pouco complexo	Declínio
20. A maioria das decisões da empresa é tomada por poucos gestores que adotam abordagem conservadora	Declínio

FONTE: Adaptado de Lester; Parnell; Carraher, 2008

Para definir os estágios de cada empresa trabalhamos com uma escala de medida de atitudes fundamentada no grau de concordância (Escala de Likert), numa escala de 1 a 5 (desde discordo totalmente a concordo totalmente). A escala de Likert é uma escala utilizada para medir atitudes e, em geral, apresenta formato balanceado entre descritores favoráveis e desfavoráveis.

Sugerido por Oliveira (2005), na **avaliação descritiva** foi realizado o Ranking Médio para cada questão, possibilitando identificar qual a tendência das respostas das empresas.

A cada resposta foi estipulado um valor de 1 a 5, por intermédio do qual foi calculada média ponderada para cada questão, tomando como base as frequências de cada resposta, através da seguinte equação:

$$\text{Média Ponderada (MP)} = \sum (f_i \cdot V_i)$$

Equação II

Logo: **RM = MP / (NE)**

Onde:

f_i = frequência observada de cada resposta

V_i = valor de cada resposta

RM = Ranking Médio

NE = Número de empresas entrevistadas

A figura 10 e a Tabela 8 a seguir mostram o ranking médio geral das respostas obtidas acerca do ciclo de vida (primeiro bloco do questionário) que cerca de 70% das respostas foram abaixo de 3 (três), que representa o nível de indiferença em relação às assertivas (nem concorda nem discorda). Apenas seis questões apresentaram ranking médio geral superior a 3 (três), que foram a 4, 7, 10,12, 13 e 14 e a maior pontuação foi em relação a questão 4, que foi de 4,49 e se refere a assertiva “O poder decisório está nas mãos do do(s) fundador(es) da empresa”, reforçando o papel do empresário/empreendedor na opinião dos respondentes, o que também foi corroborado em nossa pesquisa exploratória (dados secundários).

Tabela 8 - Ranking Médio Geral - Ciclo de Vida

Questão	DECLARAÇÃO						DP	RM
		DT	D	NDNC	C	CT		
		1	2	3	4	5		
1	A nossa organização é pequena em tamanho, quando comparada com nossos concorrentes.	12	17	9	21	9	1,35	2,97
2	Como empresa, somos maiores do que a maioria dos nossos concorrentes, mas não tão grandes como deveríamos ser	9	26	10	17	6	1,22	2,78
3	Somos uma organização com diretores respondendo para acionistas	38	27	1	2	0	0,68	1,51
4	O poder decisório de está nas mãos do(s) fundador(es) da empresa	1	4	0	19	44	0,89	4,49
5	O poder decisório da organização é <i>dividido</i> entre vários proprietários e investidores	40	16	0	8	4	1,26	1,82
6	O poder decisório <i>está nas mãos</i> de um grande número de acionistas	45	20	0	3	0	0,72	1,43
7	Nossa estrutura organizacional é caracterizada como simples	4	20	6	26	12	1,24	3,32
8	A estrutura organizacional é baseada em vários departamentos cada um com uma atribuição diferente (Exemplo: Departamento Financeiro, Departamento de Vendas etc.)	14	24	5	14	11	1,43	2,78
9	A estrutura organizacional da empresa é divisional (Exemplo: Departamento de Pintura, Departamento de Confecção Infantil, Setor que atende Pombos, Setor que atende Vitória etc.) com sofisticado sistema de controle.	20	28	3	9	8	1,38	2,41
10	A estrutura organizacional é centralizada (decisões são tomadas somente pela gerência sem o envolvimento de outras pessoas) e com poucos sistemas de controle	12	14	8	20	14	1,43	3,15
11	Em nosso quadro de funcionários temos profissionais especializados (contadores, engenheiros, administradores, arquitetos etc.) e, por isso, nos tornamos diferenciados.	25	21	3	13	6	1,38	2,32
12	O processamento de informações pode ser descrito como simples, principalmente no estilo “boca a boca” (sem formalização)	7	21	1	17	22	1,47	3,38
13	O processamento de informações é utilizado para acompanhar como a empresa está se saindo (desempenho) e para facilitar a comunicação entre os departamentos (Financeiro, de Vendas, Marketing etc.)	8	17	10	16	17	1,39	3,25
14	O processamento de informações é sofisticado (Exemplo: Informatizado, formalizado) necessário para a eficiência da produção e para atingir os resultados desejados.	7	16	10	17	18	1,37	3,34
15	O processamento de informações é muito complexo (está relacionado a vários processos com grande número de informações a serem detalhadas) e utilizado para coordenar diversas atividades para melhor atender ao mercado	17	16	5	14	16	1,55	2,94
16	O processamento de informações não é muito sofisticado e mal utilizado	9	33	13	12	1	0,98	2,46
17	As decisões são tomadas pela alta administração e seu processo é considerado pouco complexo	12	33	8	10	5	1,16	2,46
18	A maioria das decisões da empresa é tomada <i>por grupos de gestores</i> que se utilizam de alguma análise sistemática que ainda é superficial	45	14	2	6	1	1,01	1,59
19	A maioria das decisões da empresa é tomada por grupos de gestores, grupos de trabalho e equipes de projetos que tentam facilitar o crescimento através da participação.	32	26	1	8	1	1,04	1,82
20	A maioria das decisões da empresa é tomada por poucos gestores que adotam abordagem conservadora	28	24	3	13	0	1,11	2,01

FONTE: Adaptado e desenvolvido pela autora com base nos dados da pesquisa

Em análise ao ranking médio, verificamos que existe uma maior tendência de concordância para as afirmativas:

4 – “O poder decisório de está nas mãos do(s) fundador(es) da empresa”

7 – “Nossa estrutura organizacional é caracterizada como simples”

10 – “A estrutura organizacional é centralizada (decisões são tomadas somente pela gerência sem o envolvimento de outras pessoas) e com poucos sistemas de controle”

12 – “O processamento de informações pode ser descrito como simples, principalmente no estilo “boca a boca” (sem formalização)”

13 – “O processamento de informações é utilizado para acompanhar como a empresa está se saindo (desempenho) e para facilitar a comunicação entre os departamentos (Financeiro, de Vendas, Marketing etc.)”

14 – “O processamento de informações é sofisticado (Exemplo: Informatizado, formalizado) necessário para a eficiência da produção e para atingir os resultados desejados”

Observamos também que, das 6 questões que obtiveram pontuação superior a 3, metade delas são variáveis que caracterizam o constructo **Nascimento**, demonstrando uma tendência geral de que a maior parte das empresas entrevistadas se situe nesta etapa do ciclo de vida. Com base nestas informações, as quais demonstram a opinião dos empreendedores acerca de seu negócio e, confrontando com o nosso referencial teórico, a simplicidade na estrutura e nos meios de comunicação utilizados por estas organizações, bem como, o papel de destaque do **fundador**, são características peculiares, senão, elementos essenciais para que empresas de pequeno porte sejam constituídas. Estes elementos possibilitam maior flexibilidade e maior adaptabilidade ao meio ambiente empresarial, pois, em função de sua estrutura tais organizações respondem mais rapidamente às oscilações do meio no qual estão inseridas.

Com base nos dados coletados e, tanto na média de cada constructo, quanto na pontuação máxima obtida, a classificação do porte das empresas,

Quadro 13 - Classificação dos Estágios da MPEs de Vitória de Santo Antão

Código	Nascimento	Crescimento	Maturidade	Renovação	Declínio	Maior Pontuação*	Estágio
E1	18	5	5	7	12	18	Nascimento
E2	13	5	7	5	10	13	Nascimento
E3	15	8	9	9	8	15	Nascimento
E4	13	7	12	9	11	13	Nascimento
E5	17	14	7	7	12	17	Nascimento
E6	17	8	11	5	9	17	Nascimento
E7	16	8	14	14	11	16	Nascimento
E8	16	8	8	10	16	16	Nascimento
E9	14	8	9	8	8	14	Nascimento
E10	15	7	8	5	11	15	Nascimento
E11	10	17	15	14	8	17	Crescimento
E12	13	10	14	12	9	14	Maturidade
E13	13	14	13	13	9	14	Crescimento
E14	11	6	9	8	9	11	Nascimento
E15	14	10	10	8	10	14	Nascimento
E16	13	15	14	13	14	15	Crescimento
E17	9	10	12	13	5	13	Renovação
E18	12	12	15	13	10	15	Maturidade
E19	13	8	12	8	10	13	Nascimento
E20	12	13	15	10	13	15	Maturidade
E21	14	5	9	8	8	14	Nascimento
E22	17	5	11	6	11	17	Nascimento
E23	14	8	7	13	12	14	Nascimento
E24	16	5	7	8	10	16	Nascimento
E25	15	5	7	7	11	15	Nascimento
E26	13	8	11	11	9	13	Nascimento
E27	16	7	8	7	11	16	Nascimento
E28	18	7	8	6	9	18	Nascimento
E29	15	7	10	9	9	15	Nascimento
E30	12	14	14	12	10	14	Crescimento
E31	16	12	12	10	11	16	Nascimento
E32	10	20	17	17	12	20	Crescimento
E33	17	5	9	4	13	17	Nascimento
E34	13	5	7	4	10	13	Nascimento
E35	16	5	9	6	9	16	Nascimento
E36	15	6	8	5	9	15	Nascimento
E37	19	7	9	6	7	19	Nascimento
E38	17	8	9	7	7	17	Nascimento
E39	9	9	14	9	10	14	Maturidade
E40	16	5	6	6	7	16	Nascimento
E41	9	19	16	14	13	19	Crescimento
E42	9	8	12	12	13	13	Declínio
E43	17	8	7	5	6	17	Nascimento
E44	13	6	10	6	9	13	Nascimento
E45	14	9	9	9	10	14	Nascimento
E46	18	8	6	7	8	18	Nascimento
E47	15	10	9	9	7	15	Nascimento
E48	14	5	10	4	9	14	Nascimento
E49	13	6	11	5	9	13	Nascimento
E50	17	11	10	10	13	17	Nascimento
E51	16	9	9	6	11	16	Nascimento

Código	Nascimento	Crescimento	Maturidade	Renovação	Declínio	Maior Pontuação*	Estágio
E52	17	10	8	9	9	17	Nascimento
E53	14	6	10	5	9	14	Nascimento
E54	16	5	9	6	14	16	Nascimento
E55	12	11	15	9	8	15	Maturidade
E56	16	15	8	9	11	16	Nascimento
E57	18	11	12	10	17	18	Nascimento
E58	15	6	7	5	9	15	Nascimento
E59	16	5	9	6	11	16	Nascimento
E60	10	11	12	13	6	13	Renovação
E61	14	10	11	12	8	14	Nascimento
E62	11	15	11	8	16	16	Declínio
E63	16	14	14	11	9	16	Nascimento
E64	12	8	6	8	8	12	Nascimento
E65	10	10	12	13	10	13	Renovação
E66	11	11	13	11	10	13	Maturidade
E67	11	4	10	5	7	11	Nascimento
E68	17	14	14	9	15	17	Nascimento

FONTE: Adaptado e desenvolvido pela autora com base nos dados primários

*Pontuação obtida pela multiplicação de cada resposta por seus respectivos pesos.

Por questões éticas e para resguardar as informações das empresas, optamos por caracterizar cada uma atribuindo-lhe código que varia de E1 a E68.

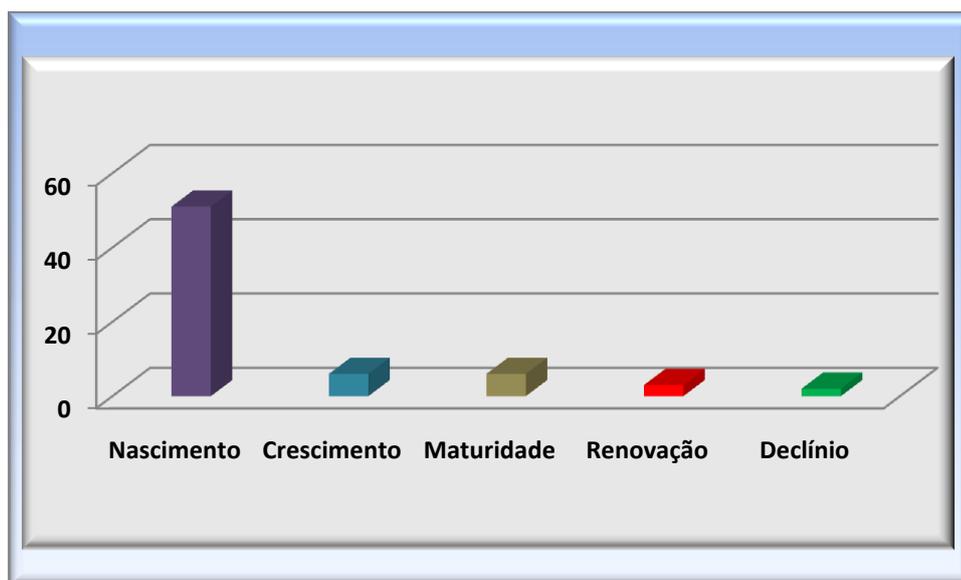


Figura 10 - Estágio do Ciclo de Vida das MPEs - Vitória de Santo Antão – 2011

FONTE: Adaptado e desenvolvido pela autora com base nos dados primários

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1 CICLO DE VIDA E ESTRUTURA

A microempresa pesquisada confirma as principais características da pequena empresa brasileira, segundo o IBGE: administração centralizada; estrutura muito simples, com quantidade menor de unidades ou funções administrativas; forte presença de proprietários, sócios e membros da família como mão-de-obra ocupada nos negócios; estreito vínculo entre os proprietários e as empresas, não se distinguindo, principalmente em termos contábeis e financeiros, a pessoa física da jurídica; a contratação direta de mão-de-obra e o baixo volume de capital.

A figura 10 a seguir demonstra o *Ranking Médio* das respostas para cada questão. Podemos verificar que há uma tendência para uma maior concordância, na opinião dos respondentes para o fato de que as decisões, nos micro e pequenos negócios, são centralizadas na pessoa do fundador, daí, considera-se o fundador como peça fundamental na estrutura destes empreendimentos, o que Schumpeter no início do Século XX já destacava.



Figura 11 - Ranking Médio Geral

FONTE: Adaptado e desenvolvido pela autora com base nos dados primários

Por possuírem uma estrutura organizacional simples e baixo padrão de formalização as MPEs da mesma forma que surgem muito rápido, sua existência hoje também é relativamente efêmera, pois um dos maiores desafios enfrentados por estes empreendimentos “é o alcance de metas e objetivos estratégicos em ambientes caracterizados pela incerteza e instabilidade” (SPILLAN e ZIEMNOVICZ, 2003, apud MORAES et al, 2007).

Segundo Moraes et al (2007), o tamanho de uma empresa é o que afeta e determina sua estrutura administrativa, pois o comportamento e as atitudes são definidos em função de suas dimensões. Com base na pesquisa, observamos que a maioria dos entrevistados concorda que a sua estrutura organizacional é simples, Leone (1999), ressalta que empresas de menor porte geralmente possuem este tipo de estrutura pelo fato de as circunstâncias não lhes possibilitarem desenvolver uma estrutura mais aperfeiçoada.

Com relação aos estágios do ciclo de vida no qual as empresas entrevistadas estão inseridas as síntese dos resultados é apresentada na figura a seguir:

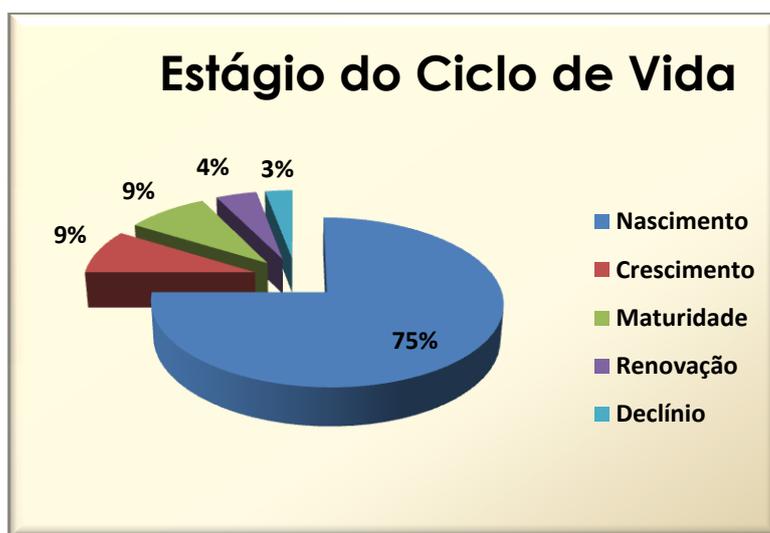


Figura 12 - Estágio do Ciclo de Vida das Empresas Pesquisadas
FONTE: Adaptado e desenvolvido pela autora com base na pesquisa

Como verificamos 75% das empresas se encontra no estágio Nascimento, ou seja, negócio em fase inicial, com poucos funcionários, onde as decisões são centralizadas no empresário. E, isso, segundo Mintzberg (2003, p. 161), “tem importante vantagem de assegurar que a resposta à estratégia reflete o completo

conhecimento do núcleo operacional, além de favorecer, também a flexibilidade e adaptação na resposta estratégica, pois somente uma pessoa necessita agir”.

Embora, alguns bancos forneçam recursos para a implantação do negócio, das 51 empresas no estágio nascimento, apenas 13,7% utilizaram crédito bancário na abertura do negócio, os outros 86,3% utilizaram recursos próprios ou contaram com a ajuda de familiares.

Outro ponto interessante a ser considerado é o fato de 37,2% das empresas no estágio de existência (inicial), permanecer sem evoluções significativas em sua estrutura que lhe permitissem migrar para um estágio mais elevado, por mais de 10 anos.

Ousamos em considerar a segunda maior pontuação obtida por cada empresa como sendo o estágio seguinte e o que constatamos foi que, em 29,4% dos casos estudados as empresas estariam ingressando no estágio **declínio**.

Quadro 14 - Migração de Estágio - Próximo Estágio considerando a 2ª Maior pontuação obtida

	Nascimento	Crescimento	Maturidade	Renovação	Declínio	Maior Pontuação	Estágio	2ª Maior Pontuação	Próximo Estágio
E1	18	5	5	7	12	18	Nascimento	12	Declínio
E2	13	5	7	5	10	13	Nascimento	10	Declínio
E10	15	7	8	5	11	15	Nascimento	11	Declínio
E24	16	5	7	8	10	16	Nascimento	10	Declínio
E25	15	5	7	7	11	15	Nascimento	11	Declínio
E27	16	7	8	7	11	16	Nascimento	11	Declínio
E28	18	7	8	6	9	18	Nascimento	9	Declínio
E33	17	5	9	4	13	17	Nascimento	13	Declínio
E34	13	5	7	4	10	13	Nascimento	10	Declínio
E36	15	6	8	5	9	15	Nascimento	9	Declínio
E39	9	9	14	9	10	14	Maturidade	10	Declínio
E40	16	5	6	6	7	16	Nascimento	7	Declínio
E45	14	9	9	9	10	14	Nascimento	10	Declínio
E50	17	11	10	10	13	17	Nascimento	13	Declínio
E51	16	9	9	6	11	16	Nascimento	11	Declínio
E54	16	5	9	6	14	16	Nascimento	14	Declínio
E57	18	11	12	10	17	18	Nascimento	17	Declínio
E58	15	6	7	5	9	15	Nascimento	9	Declínio
E59	16	5	9	6	11	16	Nascimento	11	Declínio
E68	17	14	14	9	15	17	Nascimento	15	Declínio

FONTE: Adaptado e desenvolvido pela autora com base na pesquisa

Observamos também que do total de empresas que estariam entrando em declínio, 95% delas se encontram atualmente na fase inicial de sua existência, logo, supomos, que não chegariam a passar pelas demais fases do ciclo de vida organizacional proposto por Lester, Parnell e Carraher (2008).

Quadro 15 - Migração para o Estágio Maturidade

	Nascimento	Crescimento	Maturidade	Renovação	Declínio	Maior Pontuação	Estágio	2ª Maior Pontuação	Próximo Estágio
E3	15	8	9	9	8	15	Nascimento	9	Maturidade
E4	13	7	12	9	11	13	Nascimento	12	Maturidade
E6	17	8	11	5	9	17	Nascimento	11	Maturidade
E7	16	8	14	14	11	16	Nascimento	14	Maturidade
E9	14	8	9	8	8	14	Nascimento	9	Maturidade
E14	11	6	9	8	9	11	Nascimento	9	Maturidade
E19	13	8	12	8	10	13	Nascimento	12	Maturidade
E21	14	5	9	8	8	14	Nascimento	9	Maturidade
E22	17	5	11	6	11	17	Nascimento	11	Maturidade
E26	13	8	11	11	9	13	Nascimento	11	Maturidade
E29	15	7	10	9	9	15	Nascimento	10	Maturidade
E35	16	5	9	6	9	16	Nascimento	9	Maturidade
E37	19	7	9	6	7	19	Nascimento	9	Maturidade
E38	17	8	9	7	7	17	Nascimento	9	Maturidade
E44	13	6	10	6	9	13	Nascimento	10	Maturidade
E48	14	5	10	4	9	14	Nascimento	10	Maturidade
E49	13	6	11	5	9	13	Nascimento	11	Maturidade
E53	14	6	10	5	9	14	Nascimento	10	Maturidade
E67	11	4	10	5	7	11	Nascimento	10	Maturidade

FONTE: Adaptado e desenvolvido pela autora com base na pesquisa

Em nossa análise quanto às empresas no estágio Nascimento, percebemos que 37,3% das empresas neste estágio estariam migrando para a Maturidade, isso representa um fato relevante e que nos sugere que tais empresas estariam evoluindo naturalmente, conforme determina o ciclo de vida organizacional tomado como base para o presente estudo empírico.

Reconhecer a relevância de tais informações é primeiro passo para o desenvolvimento de ferramentas para propiciar o desenvolvimento sadio destas instituições e ainda os impactos sustentáveis que tais ações vêm acarretar para a geração de emprego e o nível de atividade da economia como um todo.

5.2 EMPRESAS X INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS X CRÉDITO

O relacionamento entre bancos e empresas hoje é imprescindível para a realização das transações comerciais. Atualmente, o uso de talões de cheque, cartões de crédito, transferências eletrônicas são constantes e ocorrem diariamente e concomitantemente no mundo todo, portanto, ficar de fora dessa realidade fragiliza

a sobrevivência das empresas que tem na comodidade destes produtos/serviços, redução de custos de transações.

Dentro deste contexto, indagamos os empresários acerca de questões associadas a sua ligação com bancos, cujos resultados, são apresentados a seguir:

I) Atual necessidade de Recursos Financeiros

Os empresários entrevistados informaram em suas respostas que sua maior necessidade atual é para **Capital de Giro (57,3% das empresas entrevistadas)** e segunda maior demanda apresentada foi para **Investimentos Fixos – Reforma e Ampliação (25%)**.

II) Foi constatado que a maioria das empresas tem a prática de se relacionar com mais de um banco e, conforme apresentado na tabela abaixo, cerca de 61,8% delas trabalham com 2 a 3 bancos distintos, supomos que isso se dá pelo fato de, caso um deles não possa atender a demanda imediata, estas recorrem, em caráter emergencial, ao outro.

Tabela 9 - Quantidade de Bancos que se relacionam as empresas entrevistadas

Relacionamento	QTDE	%
1 banco	15	22,06%
2 bancos	22	32,35%
3 bancos	20	29,41%
Mais que 3 bancos	9	13,24%

FONTE: Adaptado e desenvolvido pela autora fundamentado nos dados primários

III) Dificuldades acesso ao Crédito

Embora as empresas busquem cada vez mais manter e/ou estreitar seu relacionamento com as instituições financeiras, as dificuldades na obtenção de crédito persistem. Na opinião dos respondentes, são listados, adiante os principais fatores que prejudicam, senão, impossibilitam a obtenção dos recursos financeiros intermediados por aquelas instituições.

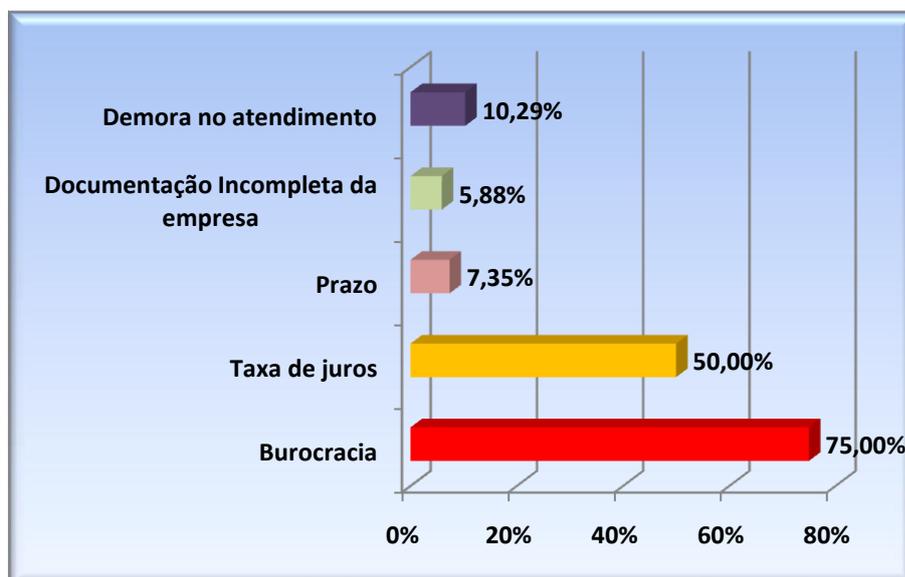


Figura 13 - Fatores considerados prejudiciais à obtenção do crédito na opinião dos entrevistados
FONTE: Adaptado e desenvolvido pela autora (dados primários)

A burocracia é o fator de maior impacto negativo, segundo os empresários de Vitória de Santo Antão, sobre a tomada de crédito e que reprime, de certo modo, a demanda existente.

As altas taxas de juros também foram citadas como elemento inibidor do crédito, contudo, conforme destacado na revisão da literatura, o governo tem intensificado o desenvolvimento de programas e ferramentas que reduzem o ônus repassado ao cliente final do crédito em função do risco da operação.

Com relação a liquidez das empresas, 82,3% dos empresários respondentes afirmaram que o endividamento junto aos bancos não prejudicaram sua liquidez junto aos demais credores (ex: fornecedores).

IV) Comprometimento da Receita Bruta Anual (RBA) em 2010

Com relação ao endividamento dos clientes entrevistados podemos concluir que os empresários do município pesquisado possuem caráter mais conservador, o receio de se endividar e prejudicar o negócio ainda são presentes no cotidiano destas organizações. Os dados demonstraram que 47% das respondentes, informaram que não comprometeram sua receita bruta com dívidas junto a bancos, 22%, comprometeram de 10 a 20% e 20,6%, de 20 a 30% de sua RBA (dados informados e não observados). Isso reflete que na relação empresas de micro e pequeno

portes e instituições financeiras, a tomada de crédito por parte da primeira e a concessão por parte da segunda, ainda, apresentam riscos que geram as seguintes ações:

- a) Retração da demanda por parte das MPEs e
- b) Elevação das taxas de juros pelos bancos.

V) Fatores de Sucesso considerados pelos entrevistados

Dentre os fatores que favoreceram o desempenho da organização, ganha destaque a capacidade empreendedora do fundador.

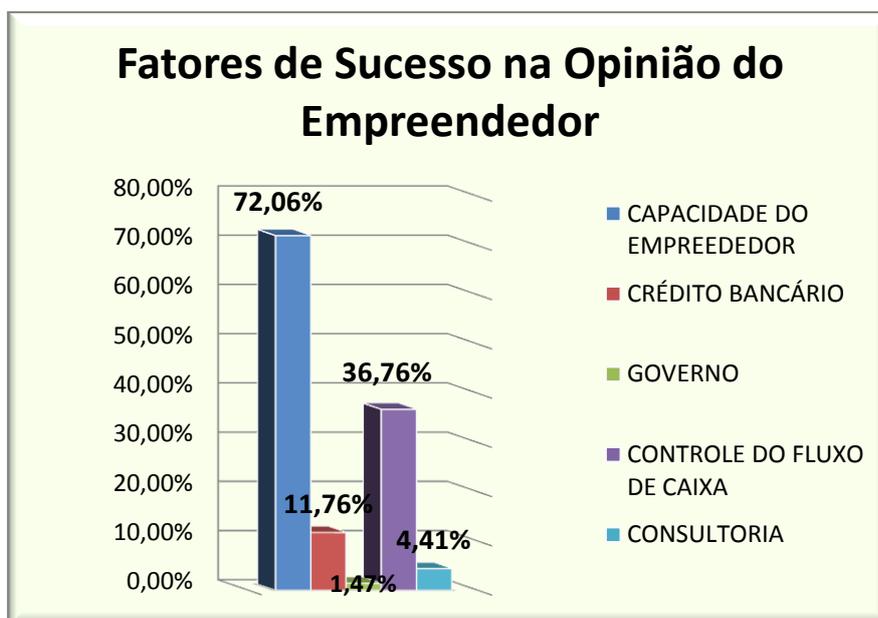


Figura 14 - Fatores de Sucesso obtidos na pesquisa
FONTE: Adaptado e desenvolvido pela autora (dados primários)

Nos micro e pequenos negócios, dada sua estrutura simples, o fundador é a empresa e vice-versa, um não pode ser desligado do outro. Portanto, o que foi corroborado tanto com a pesquisa, quanto na literatura é que o fator primordial do sucesso está na pessoa do empreendedor, logicamente, suas decisões interferem diretamente na sobrevivência, porém, sozinho e sem recursos, não pode “tocar” o negócio adiante, daí, entram em cena os demais participantes deste cenário que são: o governo, no desenvolvimento de políticas e as instituições financeiras como intermediadoras de recursos, até então limitados aos olhos do micro e pequeno empreendedor.

5.3 CONCLUSÕES

A importância que a sobrevivência da MPE representa para o desenvolvimento econômico e social do país atinge dimensões expressivas, pois, a quantidade de empregos não só mantidos, como também gerados e o faturamento em reais obtidos por essas empresas se configuram em valores significativos para a economia brasileira. “Para cada emprego mantido desoneram-se os cofres públicos com investimentos destinados a famílias de baixa ou nenhuma renda, além de promover o ciclo econômico e o sustento de várias famílias.” (PEREIRA; SOUSA, 2009).

➤ Tamanho das Organizações

A simplicidade e baixo grau de formalização são marcantes nas empresas de pequeno porte. Embora tal fato traga benefício à sua adequação, no sentido de favorecer respostas estratégicas rápidas, podemos inferir que este aspecto também as fragiliza por não possuírem robustez e experiência suficientes para encarar fortes crises no mercado no qual estão inseridas.

Também em relação ao tamanho das empresas, percebemos que existe uma variedade de formas de classificá-las, que consideramos algo que, de certo modo, tanto dificulta o entendimento.

Para quem busca elucidar dúvidas quanto ao tamanho da empresa e outras questões relacionadas, bem como para estudos e desenvolvimento de políticas, estratégias de crescimento, e, principalmente, para a concessão de crédito, essa caracterização compromete o tratamento uniforme das informações obtidas.

➤ Fundador e Empresa

Como bem demonstrado por Adizes (1998), nos primeiros estágios de vida, existe uma grande dependência da empresa em relação ao seu fundador ao ponto de caso este, não tenha a determinação e o comprometimento necessários ao andamento do negócio, certamente, entrará em declínio. Notadamente a figura do empreendedor é destaque na condução do negócio, e, conseqüentemente, em sua

sobrevivência, pois, são as suas decisões que conduzem ou não a empresa ao crescimento ou declínio.

Em função de, em muitos casos de constituição do empreendimento acontecer como forma de subsistência do empresário e, a maioria das micro e pequenas empresas serem de caráter familiar, os rendimentos da empresa, os quais nos primeiros estágios de vida, ainda não se configuram em lucro, confundem-se com os rendimentos pessoais/familiar. Com isso, deduzimos que é um dos principais elementos que se configuram em quebra do negócio, pois em nossa pesquisa na opinião dos entrevistados, o *controle dos fluxos de caixa* é o segundo fator relevante de sucesso do empreendimento. Tal fato é corroborado por Adizes (1998), que menciona que no estágio *infância* do ciclo de vida por ele sugerido, o principal problema existencial é o da **subcapitalização**.

Com base nestes aspectos, podemos deduzir que o fluxo de caixa representa umas principais variáveis a serem observadas quando a sobrevivência das MPEs é posta em evidência.

➤ **MPE x Acesso ao Crédito**

Ao longo de nossa trajetória bibliográfica constatamos que o crédito embora não seja o fator de maior relevância na longevidade destas organizações, tem impacto na sustentabilidade das empresas, pois hoje a maior demanda das empresas é para recursos de curto prazo, preferencialmente, **capital de giro**.

O crédito não é um artifício imposto para as empresas, pois, a decisão de obtê-lo ou não, é do administrador. Contudo, em nosso estudo, observamos que esta ação ainda é reprimida. Deduzimos que o medo de que os altos juros propostos pelas instituições comprometam o lucro da empresa e o negócio, venha a ser uma das reações espontâneas na busca pela sobrevivência. Pois identificamos nas informações repassadas pelos respondentes que empresas que continuaram vivas por mais de dois anos não recorreram a empréstimos e/ou financiamento bancários no último ano e, principalmente, para sua constituição. O conservadorismo ainda prevalece na mente do empresário.

Embora exista a demanda, percebemos que, conforme a pesquisa realizada, o volume de crédito concedido está aquém do que é almejado pelos empresários.

Pois segundo Pezzi (2005), 38% das micro e pequenas empresas veem na dificuldade de obtenção de financiamento um dos principais entraves ao seu desenvolvimento. Algo que, sob nossa ótica, é fator inibidor do crescimento das mesmas.

Ainda sob questões relacionadas à obtenção de crédito, concluímos que, embora o governo, a sociedade e as instituições, sintam a pressão exercida pela demanda existente, pouco ainda está sendo feito para sanar essa deficiência. Um ponto crucial peculiar a concessão do crédito está associado ao problema da **assimetria de informações**²³. Nesse contexto, parte menos informada é a da oferta que, e função disso, incluem o risco às operações de crédito elevando as taxas de juros.

“Em um artigo clássico da literatura econômica, Joseph E. Stiglitz e Andrew Weiss (*Credit Rationing in Markets with Imperfect Information*, 1981) demonstram que racionamento de crédito pode ocorrer em um mercado financeiro sem intervenção estatal (sem repressão financeira) devido à assimetria de informações entre as partes contratadas.” (SANTOS et al, 2004, p. 62)

O grau de informalidade dos pequenos negócios e a fragilidade de seus registros contábeis tem correlação positiva com a dificuldade de acesso a crédito perante as instituições financeiras que vê nesses pontos o risco de concessão dos recursos financeiros.

Outro ponto de destaque relacionado à assimetria de informações é a existência de banco de dados de negativados e que compromete a tomada de crédito.

Percebemos que em diversos trabalhos acadêmicos consultados para a elaboração da presente pesquisa, Tasic (2003), Figueiredo (2001), Oliveira e Rocha (2005), a assimetria de informações ganha destaque como entrave na concessão de empréstimos e/ou financiamentos para micro e pequenos negócios.

²³ Segundo Santos (2004, p. 64), a assimetria de informações não se confunde com a ausência dela e, mas uma distribuição desigual das informações existentes.

5.4 SUGESTÕES DE ESTUDO

Em função de seu destaque econômico-social, observamos que cada vez mais os micro e pequenos negócios são objeto tanto de políticas de âmbito nacional quanto regional, pois, ao longo da história atuaram como ferramenta importante na erradicação do desemprego e como fator relevante na geração de renda, basicamente, abrangendo em sua maioria a população de baixa e média renda.

Outro ponto de destaque é o papel das instituições financeiras, em especial, dos Bancos de Desenvolvimento, que se configuraram como instrumento valioso na execução de políticas públicas e na distribuição de recursos para os micro e pequenos empreendimentos, contribuindo antes de tudo, não apenas para o fortalecimento da economia, como também, para a inclusão social e bancarização.

O crédito aparece em vários momentos como item essencial aos programas de apoio às MPE's, sem eles muitos empreendimentos não teriam condições de seguir adiante. Pois, já no início do século XX, Shumpeter, economista austríaco, destacava a importância da pequena empresa como base econômica e política, e, vislumbrava seu fortalecimento com base em três pilares: a intuição do empreendedor, a inovação tecnologia e o *crédito*. O Brasil, segundo o GEM²⁴, é o país com maior taxa de empreendedorismo em estágio inicial (TEA), dentre 17 países que foram alvo da pesquisa, esse é mais um *sintoma* a ser moldado em ferramenta de crescimento econômico e oportunidade de desenvolvimento.

Cadastro Positivo X Crédito Preferencial X Taxa de juros

Analisar os impactos da criação de uma linha de crédito inicial para os micro e pequenos negócios, tomando como referência informações do cadastro positivo e confrontando com informações da Receita Federal e o Sistema de Informações de Crédito do Banco Central. Desde que a consulta seja devidamente pré-autorizada pelo titular da informação. Reduzindo desta forma o problema da assimetria de informações e ampliando os horizontes das contratações de operações de crédito por parte das instituições financeiras. Possivelmente tais ações trariam impacto na

²⁴ Global Entrepreneurship Monitor – Pesquisa que mede a evolução do empreendedorismo e é coordenada pelo London Business School e o Babson College (pesquisa realizada em 2010)

redução das taxas de juros, a qual reflete o risco da operação, desta forma, minimizado.

Comprovação da projeção da segunda maior nota apurada na verificação do ciclo de vida

Uma vez que consideramos a segunda maior nota como referência para prever o estágio seguinte, seria interessante no intervalo de um a dois anos posterior a realização da presente pesquisa, novamente indagar as empresas aqui entrevistadas e constatar se a previsão sugerida no presente trabalho corresponde a de fato ao estágio seguinte. Inclusive, buscando identificar correlações entre as variáveis estudadas.

Empresas com mais de dez anos ainda permanecem no estágio inicial do ciclo de vida

Constatamos que embora já tenham idade superior a dez anos boa parte das empresas entrevistadas permanecem no estágio nascimento. Daí a pergunta: O que leva a micro e pequenas empresas a não modificarem sua estrutura, a qual permanece simples, sem muitos níveis hierárquicos e sem elevação do seu grau de formalização por longos períodos senão, por toda sua existência?

Capital de Giro

Independentemente do estágio do ciclo de vida, o capital de giro corresponde à principal demanda por crédito informada pelos respondentes. Quais as prováveis consequências da criação de uma linha de giro automática, baseada no faturamento anual, seu nível de endividamento e o perfil do empreendedor?

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ADIZES, Ichak. **Os Ciclos de vida das organizações:** como e por que as empresas crescem e morrem e o que fazer a respeito. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

CARVALHO, Carlos Eduardo; ABRAMOVAY, Ricardo. Diagnóstico da oferta e da demanda de serviços financeiros. In: SANTOS, Carlos Alberto *et al.* **Sistema financeiro e as micro e pequenas:** diagnósticos e perspectivas. cap. 1, 2. ed. Brasília: Sebrae, 2004.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL, **Classificação de porte de empresa aplicada a todos os setores.** Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Navegacao_Suplementar/Perfil/porte.html>. Acesso em: 07 jan. 2011.

BARBOSA, Fernando de Holanda. **Política monetária:** Instrumentos, Objetivos e a Experiência Brasileira [s.d.]. Disponível em: <<http://www.fgv.br/professor/fholanda/Arquivo/Polimone.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2011.

BERQUO, Anna T. A. P. P. A regulação dos sistemas monetário e financeiro. **Revista da Pós-Graduação em Ciências Jurídicas.** v. 5, n. 8, p. 47-61, 2006.

BNDES. **Apoio do sistema BNDES às micro, pequenas e médias empresas.** 12/04/2000. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/especial/pme.pdf. Acesso em: 21 mai. 2011.

BORINELLI, Márcio Luiz. **A identificação do ciclo de vida das pequenas empresas através das demonstrações contábeis.** Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis. 1998.

BOULDING, K. E. **General systems theory, the skeleton of science.** [S.l.: s.n.] In: Management science, 1956.

BRASIL. **Lei nº 9.317,** de 5 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o regime tributário das ME e EPP, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de pequeno porte e dá outras providências. **DOU,** Brasília, DF, 06 dez. 1997, p.25.973/7.

BRASIL. **Lei nº 9.841,** de 5 de outubro de 1999. Institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispondo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição Federal. **DOU,** Brasília, DF, 06 out. 1999.

BRASIL. **Lei nº 11.196**, de 21 de novembro de 2005. Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica; e dá outras providências. **DOU**, Brasília, DF, 22 nov. 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Programa Brasil empreendedor**. Disponível em: <<http://www2.desenvolvimento.gov.br/sitio/sdp/proAcao/proBraEmpreendedor/priEixPrograma.php>>. Acesso em: 08 jan. 2011.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). **PROGER: Programa de geração de emprego e renda**. Disponível em: <<http://proger.mte.gov.br/portalproger/pages/sobreproger.xhtml;jsessionid=278CC62943681A85ED7C4B845619EE89.lbroute813>>. Acesso em: 07 abr. 2011.

CARMO, Maria Lígia Moreira do. **Planejamento e gestão municipal integrada entre os municípios de Campos do Jordão, São Bento do Sapucaí, Santo Antônio do Pinhal e Monteio Lobato**. 2003. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, UNIVAP, São José dos Campos.

CASTELLANI, Fernando F.. **A empresa em crise**. Volume 3.-Coleção Prática. Ed. 1. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

CAVALCANTE, F., & MISUMI, J. Y. . **Mercado de capitais**. Rio de Janeiro: Campus, 2001

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002. 242 p.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Peason Prentice Hall, 2007.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos**. Rio de Janeiro: Campus, 2004

_____. **Empreendedorismo: Dando asas ao espírito empreendedor**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

CLEMENTE, Ademir; KÜHL, Marcos Roberto. **Intermediação financeira no Brasil: influência da taxa de captação sobre a taxa de aplicação**. In: 6º CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE. São Paulo. 2006.

CORAZZA, Gentil. O Banco Central do Brasil: evolução histórica e institucional. **Perspectiva Econômica**. São Leopoldo, v.20, n. 1, jan./jun.2006, p. 1-23.

Disponível em: <<http://www.perspectivaeconomica.unisinos.br/pdfs/48.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2011.

CORREIA *et al.* **Um estudo empírico sobre o ciclo de vida e estágios organizacionais.** In: 11º CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, São Paulo. 2006. Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos112011/537.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2011.

COSTA, Achyles Barcelos da. **O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter.** Unisinos, São Leopoldo, ano 4, n. 47, 07 abr 2006. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/uploads/publicacoes/edicoes/1158329722.22pdf.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2011.

CUNHA, Luísa Margarida A. **Modelos Rasch e escala Likert e Thurstone na medição de atitudes.** Dissertação (Mestrado em Probabilidade de Estatística – Departamento de Estatística e Investigação Operacional). Universidade de Lisboa, Lisboa, 2007.

DIEESE, **As medidas do Conselho Monetário Nacional para a regulamentação das tarifas bancárias.** Nota Técnica. 2008. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatec63pacoteTarifasBancarias.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2011.

FALCÃO, José de Moraes. **Sebrae: o aniversário de uma idéia transformadora.** Disponível em: <<http://www.cdlif.com.br/index.php?centro=artigo.php&dados=VGtSck5RPT0=>>. Acesso em: 07 mai. 2011.

FAYET, Eduardo Alves. **Marco teórico para um modelo de gestão à luz do ciclo de vida das organizações.** Tese (Doutorado em Engenharia de Produção – área de concentração Inteligência Organizacional) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2006.

FERRREIRA, Ricardo J. **Sistema financeiro nacional.** s.d. Disponível em: <<http://www.editoraferreira.com.br/publique/media/01SFN.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2011.

FIUZA, Pedro Rocha. **Competências gerenciais dos empresários de micro e pequenas empresas mineiras.** 90 p. Dissertação (Mestrado em Administração – área de Gestão da Inovação e Competitividade) – Faculdade Pedro Leopoldo, 2010.

FONSECA, Pedro. **Da hegemonia á crise do desenvolvimento: a história do BRDE.** Porto Alegre: BRDE, 1988, p. 61.

GEM 2010: maior número de empreendedores por oportunidade. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/customizado/estudos-e-pesquisas/temas-estrategicos/empreendedorismo/integra_bia?ident_unico=17685>. Acesso em: 13 mai. 2011.

GODOY, Marcelo Magalhães; BARBOSA, Daniel Henrique Diniz; BARBOSA, Lidiany Silva. Da arte de conhecer as doenças: o diagnóstico da economia mineira de 1968

e o planejamento do desenvolvimento de Minas Gerais. **Nova Economia**. Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 343-388, mai-ago. 2010.

GRAPEGGIA, M. *et al*; **Fatores condicionantes de sucesso e/ou mortalidade de micro e pequenas empresas em Santa Catarina**. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/prod/2011nahead/AOP_200903046.pdf. Acesso em: 05 jul. 2011.

GRECCO, Simara Maria de Souza Silveira. **Empreendedorismo no Brasil**: 2010. Curitiba: IBQP, 2010.

GREINER, Larry. E. . Evolution and revolution as organizations grow. **Harvard Business Review**. v. 10, n.4, 397-409, 1998.

HAIR, Joseph F. et. al. **Fundamentos de pesquisa de marketing**. Porto Alegre: Bookman, 2010. 408 p.

HART, Dennis; GREGOR, Shirley (Eds). **Information system foundations: constructing and criticizing**. Canberra: ANU E Press, 2005.

HOFFMANN, V. E.; SCHROEDER, L.; SILVA, C. M. M. **As relações interorganizacionais como mecanismos de desenvolvimento**. 2004. Disponível em: http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/art_cie/art_09.pdf. Acesso em: 05/01/2011.

HOLANDA, Nilson. **Bancos de desenvolvimento como agentes de mudança: painéis do Seminário de Promoção do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento, 1979.

JACOB, Rodrigo Cunha Martins. **A metáfora da seleção natural e seu uso em economia evolucionária**. 2007. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, UFRJ, Rio de Janeiro.

JOHNS, Rob. **Likert items and scales**. Mar. 2010. Disponível em: <http://www.surveynet.ac.uk/sqb/datacollection/likertfactsheet.pdf> Acesso em: 18 jul. 2011.

KAUFMAN, George G. **El dinero, el sistema financeiro e y la economia**. Barcelona: Ediciones Universidade de Navarra, 1973. p. 71-85.

KOTESKI, Marcos Antonio. As micro e pequenas empresas no contexto econômico brasileiro. **Revista FAE Business**. Curitiba, nº 8, p. 16-18, mai/2004. Disponível em: http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v8_n1/rev_fae_v8_n1_03_koteski.pdf. Acesso em: 08 jan. 2011.

_____. **Fatores Condicionantes e Taxas de Sobrevivência e Mortalidade das Micro e Pequenas Empresas no Brasil**. Brasília: SEBRAE, ago/2007. Disponível em: [http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/8F5BDE79736CB99483257447006CBAD3/\\$File/NT00037936.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/8F5BDE79736CB99483257447006CBAD3/$File/NT00037936.pdf) > Acesso em: 05 jan. 2011.

LESTER, D. L.; PARNELL, J. A.; MENEFEE, M. L. Organizational life cycle and innovation among entrepreneurial enterprises. **Journal of Small Business Strategy**. v. 19, n.2, p.37-50, 2008.

LEVIN, Jack. **Estatística aplicada a ciências humanas**. 2a. Ed. São Paulo: Editora Harbra Ltda, 1987.

LIMA JÚNIOR, James Figueiredo de Araújo. **Estratégia e a longevidade das micro e pequenas empresas**. 2009. 86 p. Dissertação (Mestrado em Gestão de Empresas) – Convênio Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – ISCTE e Fundação Getúlio Vargas – FGV, Rio de Janeiro, 2009.

LIRA, Sérgio Roberto Bacury de. **Morte e ressurreição da SUDAM: Uma análise da decadência e extinção do padrão de planejamento regional na Amazônia**. 2005. 239 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

MALLMANN, Lígia Margarete. **Gestão empresarial: O papel das Micro e Pequenas Empresas no Desenvolvimento do Vale do Rio Taquaris/RS**. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Santa Cruz do Sul/RS, 2008.

MASON, Moya K. **Research on small business**. Disponível em: <<http://www.moyak.com/papers/small-business-statistics.html>>. Acesso em: 26 fev. 2011.

MATOS, Elaine C. A.; BARBOSA, Reginaldo. Análise de crédito para as micro e pequenas empresas. **Revista Científica Eletrônica de Ciências Contábeis**. Ano I, n. 2. out. 2007. Disponível em: <www.revista.inf.br>. Acesso em: 25 mai. 2011.

MILLER, Lawrence M. **Barbarians to bureaucrats: Corporate Life Cycle Strategies**. New York: Fawcett Columbine, 1990.

MONTEIRO, José Morais. **Controladoria empresarial: gestão econômica para as micro e pequenas empresas**. 2010. 115 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais) – Universidade Federal de Sergipe, 2010.

MORAIS, José Mauro de. “Programas Especiais de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas: BNDES, Proger, e Fundos Constitucionais de Financiamento”. In: NEGRI, João Alberto de; KUBOTA, Luis Cláudio (editores). **Políticas de Incentivo à Inovação Tecnológica**. Brasília: IPEA, 2008. p. 389-434.

_____. **Crédito bancário no Brasil: participação das pequenas empresas e condições de acesso**. 2005. Disponível em: <http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/2/23902/P23902.xml&xsl=/ddpe/tpl-p/p9f.xsl&base=/ddpe/tpl/top-bottomudit.xslt> Acesso em: 05 mai. 2011.

NASSIF, Luis. **Da Sumoc ao Banco Central** (10/04/2011). Disponível em: <<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/da-sumoc-ao-banco-central>> Acesso em: 25 abr. 2011.

OLIVEIRA, Argus Ruy G.; MARTINI, Délson Luiz; SILVA, Paulo Renato F. O Desenvolvimento em crise: a liquidação do BRDE. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v.10, n.1, p.3-11, 1989. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1268/1629>>. Acesso em: 30 abr. 2011.

OLIVEIRA, Luciel Henrique de. **Exemplo de cálculo de Ranking Médio para Likert**. Notas de Aula. Metodologia Científica e Técnicas de Pesquisa em Administração. Mestrado em Administração e Desenvolvimento Organizacional. PPGA CNEC/FACECA: Varginha, 2005.

OLIVEIRA, Ualison Rébula de; ROCHA, Henrique Martins. **Estudos de redução da mortalidade das micro e pequenas empresas através de um instrumento de crédito específico para esse segmento**. In: Simpósio de Excelência e Gestão e Tecnologia, 2, 2005, Resende-RJ. p. 422-434. Disponível em: http://www.aedb.br/seget/artigos05/277_ARTIGO%20MICRO%20E%20PEQUENAS%20EMPRESAS%20-%20REVISADO.pdf. Acesso em: 20 mai. 2011.

PALERMO, Fernanda Kellner de Oliveira. As micro e pequenas empresas como propulsoras do desenvolvimento econômico e social. Contribuição para o incremento das atividades econômicas no âmbito do Mercosul. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 7, n. 55, 1 mar. 2002. Disponível em: <http://jus.uol.com.br/revista/texto/2735>. Acesso em: 20 mar. 2011.

PEZZI, Sergio Luiz. **Acesso ao crédito por parte das micro e pequenas empresas brasileiras no período pós-plano real**. 2005. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento) – Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

PEREIRA, D.; LUCAS, R. B.; MINCIOTTI, S. A. Mortalidade das micro e pequenas empresas e a aplicação das técnicas de marketing. **Revista FEAD – Minas**. v. 5. 2008. p. 20-37. Disponível em: <http://revista.fead.br/index.php/adm/article/viewFile/2/28>. Acesso em: 28 jun.2011.

PEREIRA, R. C. M.; SOUSA, P. A. **Fatores de mortalidade de micro e pequenas empresas: um estudo sobre o setor de serviços**. 2009 Disponível em: http://www.aedb.br/seget/artigos09/195_Mortalidade_nas_MPEs.pdf. Acesso em 01 jul. 2011.

PINHEIRO, Juliano L. **Mercado de capitais: fundamentos e técnicas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

REIS, Amilton Bispo dos. **Crédito para micro e pequenas empresas: análise da experiência brasileira recente**. 2007. 135 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2007.

RIBEIRO, Luiz Eduardo. **Medida dos requisitos para a sobrevivência de micro e pequenas empresas**. 2006.175 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional – Departamento de Economia, Contabilidade e Administração) – Universidade de Taubaté, Taubaté, 2006.

SANTOS, Carlos Alberto dos *et al.* **Sistema financeiro e as micro e pequenas empresas: diagnósticos e perspectivas**. 2. ed. Brasília: Sebrae, 2004. 192 p.

SANTOS, M. F.; BERNARDES, L. A. Princípios que norteiam o sistema financeiro nacional. **Anuário da Produção Acadêmica Docente**. vol. 4, n. 7. São Paulo: Anhaguera Educacional Ltda, 30 mar. 2011, p. 149-162.

SEBRAE (org.); DIEESE. **Anuário de trabalho na micro e pequena empresa**: 2009. Brasília; São Paulo: SEBRAE; DIEESE, 2010.

_____. **Debate sobre apoio às pequenas empresas começou no governo JK**. 08/10/2002. Disponível em: <http://www.sebrae-sc.com.br/novos_destaque/oportunidade/default.asp?materia=4334>. Acesso em: 01 abr 2011.

_____. **Do Microcrédito às microfinanças**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/customizado/uasf/inclusao-financeira/microfinancas/o-que-e-microcredito>>. Acesso em: 13 mai. 2011.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância da UFSC, 2001

SILVA, José Pereira da. **Gestão e análise de risco de crédito**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

SILVA, Wendel Alex Castro; JESUS, Daiana Kelle Aragão; MELO, Alfredo Alves de Oliveira. Ciclo de Vida das Organizações: sinais de longevidade e mortalidade de micro e pequenas empresas industriais na região de Contagem-MG. **Revista de Gestão**, São Paulo-SP, Brasil, v. 17, n. 3, p. 245-263, jul./set. 2010.

SOARES, K. F.; CARMONA, C. U. de M.; LEISMANN, E. L. Gerenciamento do risco de crédito em micro e pequenas empresas: recortes teórico-empíricos. **Revista da Micro e Pequena Empresa**. v.3, n.3, p.83-95, 2010

SPÍNOLA, André Silva. **Breves considerações sobre a microempresa no Direito Brasileiro**. Artigo – Federal 2002/0248. Disponível em: <<http://www.fiscosoft.com.br/a/25yz/breves-consideracoes-sobre-a-microempresa-no-direito-brasileiro-andre-silva-spinola>>. Acesso em: 29 mar 2011.

TASIC, Igor Alexander Bello. **Crédito às micro e pequenas empresas: assimetria de informações e análise da realidade brasileira**. 2003. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/sobre/consursomonografia/igor.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2011.

TAVARES, Martus A. R.; CARVALHEIRO, Nelson. **Setor bancário brasileiro**. São Paulo: FIEPE/USP, 1985.

VANDENBERG, Paul. **Micro, small and medium-sized enterprises and the global economic crisis: impacts and policy responses**; International Labour Office, Sustainable Enterprise Programme. - Geneva: ILO, 2009 Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/documents/publication/wcms_108413.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2011.

VIEIRA, Maria Lédio. **A Contribuição das micro e pequenas empresas para a redução da pobreza no Brasil**. 2007. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia – MPE/CAEN) – Universidade Federal do Ceará, 2007.

WALONICK, David S. **Organizational theory and behavior**. 1993. [s.l.]. Disponível em: <<http://statpac.org/walonick/organizational-theory.htm> > Acesso em: 31 mai. 2011.

WOOD JR. Thomaz. **Mudança organizaional**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ZICA, R. M. F.; MARTINS, H. C. **Sistema de garantia de crédito para micro e pequenas empresas no Brasil: a proposta de um modelo nacional**. In: ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS. 5. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.dad.uem.br/adm/graduacao/download/2762-37.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2011.

ZOLET, João Paulo; LOZECKYI, Jeferson. Concessão de crédito para micro e pequena empresa. **Revista Eletrônica Lato Sensu**. Ano 2, n.1, jul. 2007. Disponível em: http://web03.unicentro.br/especializacao/Revista_Pos/P%C3%A1ginas/2%20Edi%C3%A7%C3%A3o/Aplicadas/PDF/9-Ed2_CS-Concess.pdf. Acesso em: 07 jan. 2011.

CRÉDITO para micro e pequenas empresas. Portal Brasil, 10/12/2009. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/para/empreendedor/economia/credito-para-micro-e-pequenas-empresas>>. Acesso em: 21 fev. 2011

History of small business in the United States. Disponível em: <<http://www.smallbusinessnotes.com/small-business-resources/history-of-small-business-in-the-united-states.html>>. Acesso em: 21 mar. 2011.

Juscelino Kubitschek. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Juscelino_Kubitschek>. Acesso em: 01 abr 2011.

Amazônia legal. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Amaz%C3%B4nia_Legal>. Acesso em: 07 mai. 2011.

Dilma propõe ministério da micro e pequena empresa. 03 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.portalrealeza.com/2011/04/dilma-propoe-ministerio-da-micro-e.html>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

GEM 2010: maior número de empreendedores por oportunidade. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/customizado/estudos-e-pesquisas/temas-estrategicos/empreendedorismo/integra_bia?ident_unico=17685>. Acesso em: 13 mai. 2011.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

**Questionário para Pesquisa Acadêmica em Economia sobre a participação das
Instituições Financeiras (Bancos) no Ciclo de Vida das Micro e Pequenas Empresas
(PIMES/UFPE/2011)**

BLOCO 1 – Ciclo de Vida					
Perguntas	DT	D	NDNC	C	CT
	1	2	3	4	5
1. A nossa organização é pequena em tamanho, quando comparada com nossos concorrentes					
2. Como empresa, somos maiores do que a maioria dos nossos concorrentes, mas não tão grandes como deveríamos ser					
3. Somos uma organização com diretores respondendo para acionistas					
4. O poder decisório de está nas mãos do(s) fundador(es) da empresa					
5. O poder decisório da organização é dividido entre vários proprietários e investidores					
6. O poder decisório está nas mãos de um grande número de acionistas					
7. Nossa estrutura organizacional é caracterizada como simples					
8. A estrutura organizacional é baseada em vários departamentos cada um com uma atribuição diferente (Exemplo: Departamento Financeiro, Departamento de Vendas etc.)					
9. A estrutura organizacional da empresa é divisional (Exemplo: Departamento de Pintura, Departamento de Confecção Infantil, Setor que atende Pombos, Setor que atende Vitória etc.) com sofisticado sistema de controle					
10. A estrutura organizacional é centralizada (decisões são tomadas somente pela gerência sem o envolvimento de outras pessoas) e com poucos sistemas de controle					
11. Em nosso quadro de funcionários temos profissionais especializados (contadores, engenheiros, administradores, arquitetos etc.) e, por isso, nos tornamos diferenciados					
12. O processamento de informações pode ser descrito como simples, principalmente no estilo “boca a boca” (sem formalização)					
13. O processamento de informações é utilizado para acompanhar como a empresa está se saindo (desempenho) e para facilitar a comunicação entre os departamentos (Financeiro, de Vendas, Marketing etc.)					
14. O processamento de informações é sofisticado (Exemplo: Informatizado, formalizado) necessário para a eficiência da produção e para atingir os resultados desejados					
15. O processamento de informações é muito complexo (está					

BLOCO 1 – Ciclo de Vida					
Perguntas	DT	D	NDNC	C	CT
	1	2	3	4	5
relacionado a vários processos com grande número de informações a serem detalhadas) e utilizado para coordenar diversas atividades para melhor atender ao mercado					
16. O processamento de informações não é muito sofisticado e mal utilizado					
17. As decisões são tomadas pela alta administração e seu processo é considerado pouco complexo					
18. A maioria das decisões da empresa é tomada por grupos de gestores que se utilizam de alguma análise sistemática que ainda é superficial					
19. A maioria das decisões da empresa é tomada por grupos de gestores, grupos de trabalho e equipes de projetos que tentam facilitar o crescimento através da participação					
20. A maioria das decisões da empresa é tomada por poucos gestores que adotam abordagem conservadora					

BLOCO 2 – Perfil da Empresa

<p>21. Qual o segmento de sua empresa?</p> <p><input type="checkbox"/> Indústria</p> <p><input type="checkbox"/> Comércio</p> <p><input type="checkbox"/> Prestação de Serviços</p> <p>22. Qual a idade de sua empresa?</p> <p><input type="checkbox"/> Até 1 ano</p> <p><input type="checkbox"/> De 1 a 2 anos</p> <p><input type="checkbox"/> De 2 a 5 anos</p> <p><input type="checkbox"/> De 5 a 10 anos</p> <p><input type="checkbox"/> Acima de 10 anos</p>	<p>23. Quantos empregados a empresa possui?</p> <p><input type="checkbox"/> De 1 a 3 empregados</p> <p><input type="checkbox"/> De 3 a 5 empregados</p> <p><input type="checkbox"/> De 5 a 10 empregados</p> <p><input type="checkbox"/> Acima de 10 empregados</p> <p>24. Sua empresa está enquadrada como:</p> <p><input type="checkbox"/> MEI – Microempreendedor Individual</p> <p><input type="checkbox"/> ME - Microempresa</p> <p><input type="checkbox"/> EPP – Empresa de Pequeno Porte</p> <p><input type="checkbox"/> Outros: _____</p>
---	--

BLOCO 3 – Empresas X Instituições Financeiras

25. Os recursos financeiros utilizados na implantação do negócio foram:

- Recursos Próprios
- Parte próprios e parte crédito bancário
- Somente crédito bancário
- Auxílio de familiares
- Outros:

26. No momento atual, sua maior necessidade de capital é para:

- Capital de Giro
- Investimento – Máq. & Equipamentos
- Investimento – Reforma, Ampliação e/ou Construção
- Investimento – Veículos

27. Sua empresa já obteve crédito junto a instituições financeiras e qual a finalidade?

- Não
- Sim. Capital de Giro
- Sim. Investimento (Máq. e Equipamentos, Veículos, Reforma e/ou Ampliação)
- Sim. Investimento e Capital de Giro

28. Quando se fala em Apoio Creditício à Micro e Pequena Empresa, que banco vem a sua mente?

- _____

31. Com quais bancos a empresa possui relacionamento?

- Banco do Brasil
- Banco do Nordeste
- Caixa Econômica
- Bradesco
- Santander
- Itaú
- BNDES

32. O crédito obtido comprometeu a liquidez da empresa, ou seja, sua capacidade de honrar suas contas?

- Sim
- Não

33. Dos itens abaixo, qual teve maior influência no sucesso e sobrevivência de sua empresa?

- Capacidade empreendedora do fundador
- Crédito obtido junto aos Bancos
- Programas desenvolvidos pelo Governo
- Controle dos fluxos de caixa
- Consultoria/Treinamento SEBRAE

34. Em sua opinião, dentre os itens abaixo, qual a principal causa de fechamento de micro e pequenas empresas é:

- Impostos
- Concorrência
- Dificuldades com fornecedores
- Endividamento Bancário
- Outros: _____

<p>29. Em sua opinião, o que mais dificulta seu acesso ao crédito é:</p> <p><input type="checkbox"/> Burocracia</p> <p><input type="checkbox"/> Taxas de Juros Elevadas</p> <p><input type="checkbox"/> Prazo para pagamento</p> <p><input type="checkbox"/> Documentos da empresa incompletos</p> <p><input type="checkbox"/> Demora no atendimento</p> <p>30. Quantos por cento de seu faturamento anual (referente 2010) foi direcionado para pagamento de dívidas decorrentes da obtenção de empréstimos e/ou financiamentos bancários?</p> <p><input type="checkbox"/> 0%</p> <p><input type="checkbox"/> De 10% a 20%</p> <p><input type="checkbox"/> De 20% a 30%</p> <p><input type="checkbox"/> De 30% a 50%</p> <p><input type="checkbox"/> Acima de 50%</p>	<p>35. O relacionamento com bancos é essencial para a sobrevivência de sua empresa? Ela sobreviveria sem conta bancária, sem talão de cheques, sem o empréstimo/financiamento, dentre outros serviços?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p> <p>NOME DA EMPRESA: _____</p> <p>_____</p> <p>CNPJ: _____</p> <p>Data: ____/____/____</p>
--	--

<p>LEGENDA:</p> <p>DT = Discordo Totalmente</p> <p>D = Discordo</p>	<p>NDNC = Nem Discordo, Nem Concordo</p> <p>C = Concordo</p> <p>CT = Concordo Totalmente</p>
--	---